

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO RIO DE JANEIRO**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019





RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 178/2019, da Portaria TCU nº 378/2019 e do Guia para elaboração de Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado (TCU, 2019).

Toda regulamentação interna e materiais mencionados ao longo do relatório podem ser acessados em detalhes no site eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, www.tre-rj.jus.br.

Rio de Janeiro - 2020

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABR - Auditoria Baseada em Riscos

AGU - Advocacia Geral da União

AQ - Adicional de Qualificação

ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios

ASJUPR - Assessoria Jurídica da Presidência

BI - Business Intelligence

BSC - Balanced Scorecard

CAE - Central de Atendimento ao Eleitor

CAT - Central de Atendimento Telefônico

CCJE - Centro Cultural da Justiça Eleitoral

CDESC - Coordenadoria de Desenvolvimento de Competências

CDTIC - Comitê Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

CGTIC - Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

CFTV - Circuito Fechado de Televisão

CGE - Comitê de Gestão da Estratégia do TRE-RJ

CGP - Comitê Gestor dos Portais na Internet, Intranet e Redes Sociais

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

COENG - Coordenadoria de Engenharia

COINF - Coordenadoria de Infraestrutura

COLOG - Coordenadoria de Logística

COSOC - Coordenadoria de Comunicação Social

CPAI - Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão

CPLAN - Coordenadoria de Planejamento Estratégico

CSCOR - Coordenadoria de Soluções Corporativas

CSINT - Coordenadoria de Saúde e Integração

DFT - Dimensionamento da Força de Trabalho

DG - Diretoria-Geral

DJE - Diário da Justiça Eleitoral do RJ

DOU - Diário Oficial da União

EAD - Educação a distância

EC - Emenda Constitucional

EJE - Escola Judiciária Eleitoral

eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico

EPS - Exame periódico de saúde

EVT - Estudo de viabilidade técnica

GABPRE ou GP - Gabinete da Presidência

GABSGP - Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas

GPC - Gestão de Pessoas por Competências

IA - Indicador de Apoio

IDJERJ - Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro

IE - Indicador Estratégico

LAI - Lei de Acesso à Informação

LOA - Lei Orçamentária Anual

NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

NUAD - Núcleo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

NVDA - NonVisual Desktop Access

OE - Objetivo Estratégico

PAC - Plano Anual de Capacitação

PCD - Pessoa com deficiência

PDE - Plano Diretor da Estratégia

PIE - Plano Integrado das Eleições

PJe - Processo Judicial Eletrônico

PLS - Plano de Logística Sustentável

PR - Presidência do TRE-RJ

PSI - Processo de Seleção Interna

RAC - Reunião de Análise Crítica

RAE - Reunião de Análise da Estratégia

RP - Restos a Pagar

SAD - Secretaria de Administração

SCA - Secretaria de Controle Interno e Auditoria

SEATES - Seção de Atenção à Saúde do Servidor

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SIESPJ - Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

SJD - Secretaria Judiciária

SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças

SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

SSG - Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SVPCRE - Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

TCU - Tribunal de Contas da União

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TRE-RJ - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UO - Unidade Orçamentária

UPC - Unidade Prestadora de Contas

VoIP - Voice over Internet Protocol

VPCRE - Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

VPN - Virtual Private Network

W3C - World Wide Web Consortium

ZE - Zona Eleitoral

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ORGANOGRAMA DO TRE-RJ (NÍVEIS ESTRATÉGICO E TÁTICO)

FIGURA 2: CADEIA DE VALOR DO TRE-RJ

FIGURA 3: CICLO DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA DO TRE-RJ

FIGURA 4: MAPA ESTRATÉGICO 2016/2021

FIGURA 5: MODELO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO TRE-RJ - RESOLUÇÃO TRE-RJ Nº 1119/2019

FIGURA 6: SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC DO TRE-RJ

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE 08

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 10

1.1 Finalidade e Competências	11
1.2 Missão, Visão e Valores do TRE-RJ	11
1.3 Estrutura organizacional	13
1.4 Composição da Alta Administração	14
1.5 Ambiente de atuação	15
1.6 Cadeia de Valor	16
1.7 Relacionamento com a sociedade	17
1.8 Determinação da materialidade das informações constantes do Relatório de Gestão	21

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS 22

2.1 Planejamento Estratégico no TRE-RJ	23
2.2 Descrição das Estruturas de Governança	26
2.3 Alocação de recursos	29

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 32

3.1 Critérios norteadores da Gestão de Riscos do TRE-RJ	33
3.2 Implementação da Gestão de Riscos no TRE-RJ	33
3.3 Identificação de fatores críticos de sucesso na construção do Plano Estratégico 2016/2021	33
3.4 Avaliação de controles internos e auditorias baseadas em riscos	34

4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO 35

4.1 Destaques da Gestão do TRE-RJ em 2019	36
4.2 Resultados dos objetivos estratégicos do TRE-RJ em 2019	38
4.3 Resultados alcançados frente às metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário	64

5. RESULTADOS DAS ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 68

5.1 Gestão orçamentária e financeira	69
5.2 Gestão de pessoas e competências	78
5.3 Gestão de processos	90
5.4 Gestão de licitações e contratos	92
5.5 Gestão patrimonial e infraestrutura	96
5.6 Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	98
5.7 Gestão de custos	108
5.8 Sustentabilidade ambiental	112

6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 113

6.1 Demonstrações Contábeis	114
6.2 Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis	114
6.3 Informações sobre o Setor de Contabilidade do TRE-RJ	119
6.4 Conclusões de auditorias	120

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES 122

7.1 Mecanismos de acesso às informações relevantes sobre a atuação do TRE-RJ e de transparência institucional	123
7.2 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações e a inclusão de pessoas com deficiência	124

8. ANEXOS E APÊNDICES 128

8.1 Dados de Partidos Políticos no Estado do Rio de Janeiro	129
---	-----

A vertical bar on the left side of the slide, composed of several colored rectangular segments: green, yellow-green, dark blue, orange, teal, light grey, dark purple, and maroon.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mais do que um dever do Administrador Público, prestar contas consiste em mecanismo de inequívoca importância para incentivar a sociedade a acompanhar e participar da gestão da coisa pública, fortalecendo, assim, o processo democrático. O Relatório de Gestão, que tenho a honra de apresentar, destina-se a demonstrar, com concisão, clareza e fidedignidade as ações empreendidas e os resultados alcançados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro no ano de 2019.

As informações que integram este relatório foram elaboradas e estruturadas coletivamente, considerando a transversalidade dos processos de trabalho para o alcance dos resultados entregues à sociedade. O conteúdo busca apresentar, com absoluta transparência, as iniciativas implementadas pelo Tribunal, seu alinhamento com a Missão – Garantir a legitimidade do processo eleitoral – e a estratégia institucional, bem como o valor gerado para a sociedade, em geral, e, em especial, eleitores, candidatos, partidos políticos e advogados.

Considerada como um dos maiores desafios do TRE-RJ no ano de 2019, a ampliação do quantitativo de eleitores com identificação biométrica cadastrada alcançou resultados expressivos. Foram realizadas, em 2019, revisões de eleitorado com coleta de dados biométricos em 35 municípios, em consonância com o escopo estabelecido no projeto “Cadastramento Biométrico dos Eleitores no Estado do Rio de Janeiro - ciclo 2019- 2020”, priorizado para execução no exercício e alinhado ao objetivo estratégico “Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral”.

Ao final de 2018, o percentual de eleitores com biometria cadastrada no estado do Rio de Janeiro correspondia a 18,98%. Ao final de 2019, o índice atingiu 57,26%, isto é, 7.097.180 dos 12.395.029 de eleitores aptos no Estado tinham suas digitais registradas na Justiça Eleitoral. Concomitantemente ao avanço do cadastramento biométrico, o Cadastro Nacional de Eleitores - CNE foi depurado, assegurando sua atualização, integridade,

confiabilidade e segurança, condições fundamentais para a garantia da legitimidade do processo eleitoral.

Os grandes esforços relacionados ao cadastramento biométrico de eleitores não obstaculizaram a implementação de outras iniciativas em 2019, detalhadamente apresentadas nos capítulos deste relatório. É importante lembrar que a definição e a priorização das iniciativas pauta-se sempre pelas propostas de valor definidas no Plano Estratégico e são orientadas para o alcance dos objetivos e da Visão de Futuro do TRE-RJ.

Destaco, a seguir, em razão do porte e do impacto sobre diversos objetivos estratégicos, algumas das iniciativas implementadas em 2019.

A automação processual foi uma das linhas de atuação percorridas no último exercício, inclusive por alcançar um conjunto de atributos que o TRE-RJ tem o compromisso de entregar aos cidadãos: acesso, celeridade, transparência, economia de recursos públicos e

sustentabilidade ambiental. Nesse viés, foram implementados, em 2019, o “Sistema Eletrônico de Informações – SEI” e o “Processo Judicial Eletrônico – Pje no âmbito do 1º grau de jurisdição”.

Em relação ao “Sistema Eletrônico de Informações – SEI”, observa-se uma grande mudança de paradigma em relação à produção de documentos e processos administrativos, que se traduz em números - somente em 2019, foram produzidos 66.527 processos administrativos através do SEI. Sem demandar uma análise pormenorizada, é possível atribuir à mudança do processamento administrativo, do meio físico para o meio digital, um dos fatores influenciadores da redução, em 2019, de 19% do consumo, per capita, de papel.

Por ora, o SEI está disponível apenas para uso interno das unidades do TRE-RJ. O desafio para 2020 consiste na implantação segura e confiável do referido sistema na Internet, com vistas a ampliar ao público externo as informações quanto à gestão administrativa,

fortalecendo, assim, a transparência, princípio basilar da boa governança.

Quanto ao “Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito do 1º grau de jurisdição”, o sistema foi implantado nos 165 cartórios eleitorais do Estado, encerrando-se, assim, a automação dos procedimentos processuais judiciais, iniciada em 2017, com a implantação do PJe no âmbito do 2º grau de jurisdição. Estima-se que o PJe, agora totalmente implantado, constitua-se em ferramenta de grande importância para promover a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional.

No ano de 2020 serão realizadas eleições municipais, para as quais todo o TRE-RJ voltará prioritariamente sua atenção. O cenário que ora se vislumbra indica, no entanto, que grandes desafios deverão ser enfrentados. Estima-se, por exemplo, o aumento do quantitativo de processos de prestações de contas de campanha e a necessidade de adaptações e inovações no processo de fiscalização da propaganda eleitoral, principalmente no que tange ao combate à desinformação. Além disso, o mundo vive um quadro de pandemia, situação que, certamente, ensejará a revisão de

planos e a introdução de procedimentos inéditos para viabilizar a execução das inúmeras atividades atinentes ao processo eleitoral.

É certo que a cada ano novos e mais complexos desafios se impõem. Entretanto, também é certo que a Justiça Eleitoral fluminense é alicerçada por servidores, magistrados e colaboradores extremamente competentes e comprometidos com a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. São essas pessoas, que ao praticar diariamente os valores do Tribunal, fazem da Justiça Eleitoral a instituição reconhecida, nacional e internacionalmente, por garantir a legitimidade do processo eleitoral. Nesse contexto, expresso minha satisfação, também como cidadão, em apresentar este relatório, bem como o orgulho em atuar no TRE-RJ, com a convicção de que, assim como em exercícios pretéritos, os desafios que estão por vir serão enfrentados e superados com perseverança, determinação e espírito de equipe.

Desembargador
Cláudio Brandão de Oliveira
Presidente do Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro



A vertical bar on the left side of the slide, composed of several colored rectangular segments: light blue, dark blue, yellow-green, dark blue, orange, teal, light grey, dark purple, and maroon.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é órgão integrante da Justiça Eleitoral com previsão constitucional no inciso II do artigo 118. Notadamente, possui funções, jurisdicional, administrativa e consultiva previstas no texto constitucional e no Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65, art. 29 e seguintes).

Como órgão integrante do Poder Judiciário, a função jurisdicional lhe é inerente, aplicando o Direito aos casos concretos que lhes forem submetidos em busca da solução dos conflitos.

A função administrativa destaca-se pela preparação, organização e administração de todo o processo eleitoral fluminense. Insere-se, nessa função, o exercício do poder de polícia que visa inibir práticas ilegais que possam ameaçar a legitimidade do pleito (propaganda irregular, captação ilícita de votos e abuso de poder econômico e político).

Por fim, a função consultiva, peculiar aos Tribunais Eleitorais, decorre da

preocupação de prevenir litígios que possam afetar a regularidade do pleito, orientando a ação dos participantes do processo eleitoral a partir da apreciação de situações abstratas.

Órgão de segunda instância da Justiça Eleitoral no estado, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é composto por dois desembargadores do Tribunal de Justiça, dois juízes de direito estaduais, um juiz do Tribunal Regional Federal e dois advogados. O TRE-RJ tem sua sede no município do Rio de Janeiro, capital do estado.

De acordo com a organização da Justiça Eleitoral, os estados são divididos em zonas eleitorais que podem ser compostas por um, mais de um ou parte de um município. O estado do Rio de Janeiro tem 92 municípios e é composto por 165 zonas eleitorais, sendo 49 na capital e 116 nos demais municípios.

Os Juízes Eleitorais, designados pelo TRE dentre os juízes de direito estaduais para serem titulares de zonas

eleitorais, são órgãos singulares na primeira instância. A sede da zona eleitoral é o cartório eleitoral, onde são atendidos os eleitores domiciliados em sua circunscrição. É lá que o cidadão tem seu primeiro contato com a Justiça Eleitoral, quando se inscreve

como eleitor e passa a participar mais diretamente do processo eleitoral, podendo contribuir para sua ordem e lisura, colaborando, assim, com a Justiça Eleitoral na garantia dos fundamentos constitucionais da soberania popular e da cidadania.

1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO TRE-RJ

MISSÃO DO TRE-RJ

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

Descrição da Missão

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro tem como propósito fundamental assegurar a normalidade, a segurança e a liberdade democrática em todas as etapas do processo eleitoral.

Além disso, compete ao TRE-RJ informar e orientar sobre serviços prestados pelo Tribunal, bem como quanto ao exercício dos direitos

políticos. Todos os mecanismos relacionados ao processo eleitoral objetivam a proteção do voto e a autêntica expressão da vontade dos cidadãos, resguardando a soberania popular. Nesse sentido, compete ao TRE-RJ garantir que a representação política da sociedade seja escolhida com plena isenção, contribuindo, assim, para o fortalecimento da democracia.

VISÃO DE FUTURO DO TRE-RJ

Tornar-se, até 2021, Tribunal de destaque na eficácia do julgamento das ações eleitorais, na prevenção e coerção de práticas eleitorais ilícitas e na promoção do exercício consciente da cidadania

Descrição da Visão de Futuro

A eficácia do julgamento das ações eleitorais consiste na entrega da prestação jurisdicional em tempo e de modo que garanta o caráter preventivo e sancionador da legislação eleitoral, em especial nas ações que possam ensejar a cassação de registro de candidatura, de diploma ou do mandato eletivo, assim como a declaração de inelegibilidade.

A prevenção e a coerção das práticas eleitorais ilícitas abrangem, além das decisões condenatórias em matéria eleitoral, a adoção de medidas de controle na gestão do cadastro eleitoral, o exercício do poder de polícia para garantir a regularidade das

campanhas eleitorais, a orientação de mesários e demais colaboradores para coibir eventuais irregularidades e em medidas de segurança e transparência na preparação das urnas, dentre outros mecanismos.

A promoção do exercício consciente da cidadania busca contribuir para o desenvolvimento da capacidade crítica do cidadão e da percepção de sua responsabilidade no processo democrático. Isso assegura a liberdade de escolha e o livre exercício do direito de voto e, portanto, são importantes mecanismos de prevenção de práticas eleitorais ilícitas.

VALORES DO TRE-RJ

COMPROMETIMENTO

Exercemos nossas atividades com dedicação, empenho, responsabilidade e profissionalismo, priorizando o atendimento das necessidades e expectativas da sociedade e honrando a nossa missão.

COOPERAÇÃO

Atuamos com espírito de equipe, compartilhando conhecimentos, habilidades, objetivos, responsabilidades e resultados, gerando sinergia e eficiência.

CRIATIVIDADE

Superamos obstáculos e desafios com soluções inovadoras, para o cumprimento da nossa missão.

ÉTICA

Atuamos, incondicionalmente, em todas as nossas ações e relações, nos ambientes interno e externo, com retidão, honestidade, integridade, imparcialidade, respeito e moralidade.

ORGULHO INSTITUCIONAL

Sentimos orgulho de fazer parte de uma instituição reconhecida pela relevância dos serviços prestados à ordem democrática.

PESSOAS

Reconhecemos que os servidores são o nosso grande diferencial e, portanto, devem ser permanentemente estimulados em seu crescimento profissional e pessoal, indistintamente, com condições de trabalho adequadas, competências desenvolvidas e relações fundamentadas no respeito e na transparência.

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do TRE-RJ guarda simetria de competências com a do Tribunal Superior Eleitoral, conforme estabelecido na Resolução TSE nº 22.138/05.

O Regulamento Interno da Secretaria do TRE-RJ (Resolução TRE-RJ nº 739/2010 e alterações posteriores), que contém a estrutura completa da organização, dispondo sobre as competências e atribuições de todas as unidades, está disponível em www.tre-rj.jus.br, menu Legislação/Normas do TRE-RJ.

As unidades que compõem os níveis estratégico e tático estão representadas no organograma a seguir.

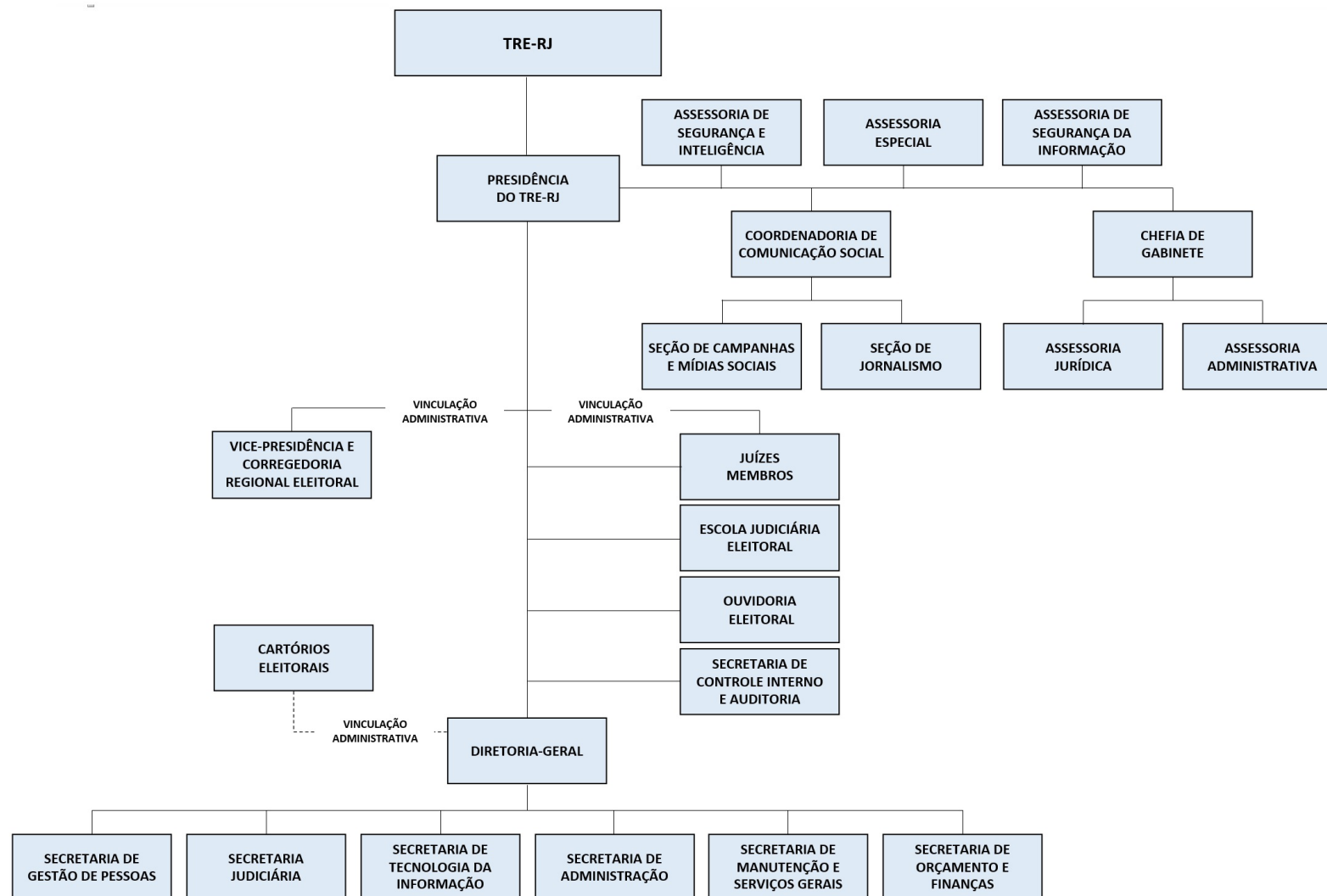


Figura 1: Organograma do TRE-RJ (níveis estratégico e tático)

1.4 COMPOSIÇÃO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

Apresentam-se abaixo os representantes da Alta Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro responsáveis pelo período que abarca o relatório de gestão integrado e o atualmente vigente.



**DES. CARLOS
EDUARDO DA ROSA DA
FONSECA PASSOS**

Presidente
De 05/12/2017 a
06/03/2019



**DES. CARLOS SANTOS
DE OLIVEIRA**

Presidente
De 11/03/2019 a
05/12/2019

**Vice-Presidente e
Corregedor Eleitoral**
De 05/12/2017 a
10/03/2019



**DES. CLÁUDIO
BRANDÃO DE OLIVEIRA**

Presidente
De 09/12/2019 a
11/03/2021

**Vice-Presidente e
Corregedor Eleitoral**
De 11/03/2019 a
08/12/2019



**BRUNO CEZAR
ANDRADE DE SOUZA**

Diretor-Geral
De 08/03/2019 a
08/12/2019



**ADRIANA FREITAS
BRANDÃO CORREIA**

Diretora-Geral
Desde 09/12/2019

De 01/01/2019 a
07/03/2019

1.5 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A Justiça Eleitoral brasileira é reconhecida, nacional e internacionalmente, pelo sistema eletrônico de votação e pela segurança e agilidade com que entrega os resultados das eleições. A garantia da legitimidade do processo eleitoral e a consequente manutenção do reconhecimento alcançado exigem esforços cada vez maiores por parte dos órgãos da Justiça Eleitoral, que precisam estar permanentemente atentos aos anseios da sociedade, a fim de que se antecipem e se adaptem rapidamente às intensas mudanças do ambiente no qual estão inseridos.

O diagnóstico realizado no processo de formulação da estratégia do TRE-RJ para o período de 2016 a 2021 revelou as oportunidades e ameaças relacionadas à atuação da instituição. Entre as oportunidades destacaram-se a credibilidade da Justiça Eleitoral; o maior acesso às mídias sociais e Internet; a cobrança da sociedade por maior transparência, eficiência na aplica-

ção dos recursos públicos e melhoria dos serviços prestados; o crescimento do interesse pela democracia e pela vida política do país; o cadastramento biométrico de eleitores. Entre as ameaças, o reflexo da crise política sobre a credibilidade da Justiça Eleitoral; a pouca informação da população sobre o papel da Justiça Eleitoral e sobre a segurança do processo eleitoral; a interferência do uso do poder econômico sobre a legitimidade da representação popular; a insuficiência de recursos orçamentários.

Se por um lado esse cenário expressa os grandes desafios a serem enfrentados pelo Tribunal no cumprimento de sua missão institucional, por outro manifesta a relevância da maior participação e do controle da população sobre as questões públicas e governamentais. Sendo o cidadão peça fundamental no processo eleitoral, seu engajamento crescente contribui, na mesma medida, para o ambiente de

atuação da Justiça Eleitoral. Afinal, a garantia de um processo legítimo vai ao encontro da expectativa atual da sociedade, podendo alçá-la à condição de colaborador efetivo para o alcance dos resultados pretendidos, seja na fiscalização da propaganda eleitoral, denunciando irregularidades e abusos, ou na atuação como mesário. Com isso, a sociedade deixa de ser destinatária de um serviço para ser, também, responsável pelo seu sucesso.

O contexto atual fortalece, igualmente, órgãos parceiros da Justiça Eleitoral em sua missão institucional, como Polícia Federal, Ministério Público Eleitoral e Tribunais de Contas, reforçando a defesa de princípios republicanos e democráticos.

Os aspectos relativos ao ambiente de atuação do TRE-RJ, aqui apresentados, nortearam as diretrizes estratégicas do Tribunal para o sexênio 2016/2021, consignadas no Plano Estratégico institucional.

1.6 CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor do TRE-RJ foi instituída por intermédio do Ato nº 636/2014, da Presidência deste Tribunal.

Nesse documento encontram-se identificados os Macroprocessos Finalísticos do Tribunal, suas grandes entregas e clientes, além dos Macroprocessos de Gestão e os de Suporte.

Em conjunto com a Cadeia de Valor, foi construída também a Arquitetura de Processos do TRE-RJ, desdobrando-se os processos que a compõem, seus objetivos e produtos.

Detalhes sobre a metodologia de gestão de processos do TRE-RJ são apresentados no tópico 5.3 (Gestão de processos) deste relatório de gestão.

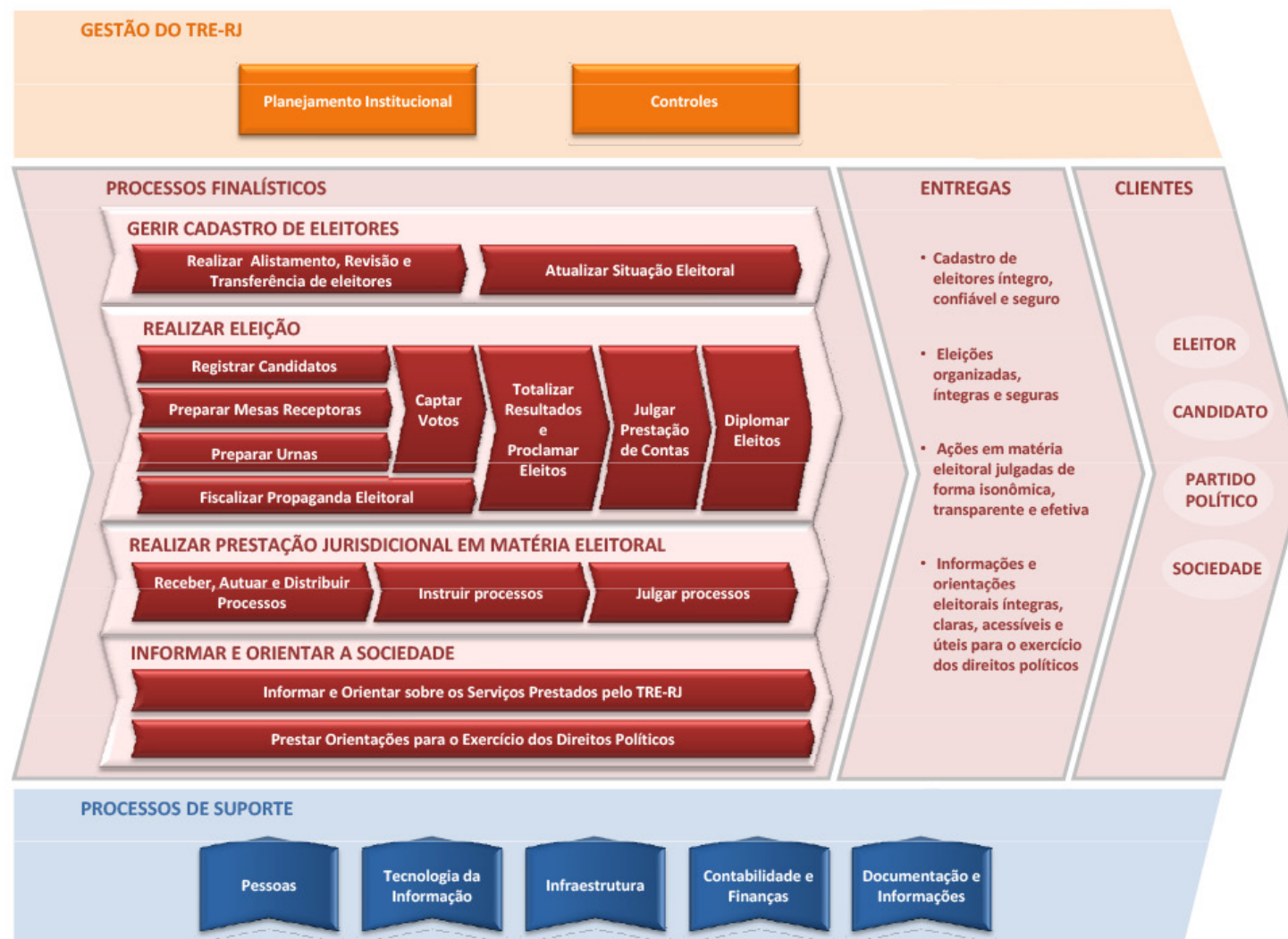


Figura 2: Cadeia de Valor do TRE-RJ

1.7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

1.7.1. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

O TRE-RJ oferece ao cliente externo diversos canais de comunicação, através dos quais se podem requerer informações com base na Lei de Acesso à Informação, registrar reclamações, críticas, elogios, sugestões e denúncias, bem como tirar dúvidas sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral.



1.7.2 OUVIDORIA

A Ouvidoria do TRE-RJ, desde a edição da Resolução TRE-RJ nº 945/2016, que dispõe sobre suas atribuições e regulamenta seus procedimentos, vem buscando desenvolver um trabalho mais estratégico, lançando uma visão macro sobre as ocorrências recebidas.

Haja vista ser um canal de comunicação com o público externo, entende-se que a missão da Ouvidoria é atuar junto aos gestores nas tomadas de decisão, a partir da entrega de elementos advindos diretamente das manifestações dos cidadãos, com vistas ao aprimoramento das ações e da imagem do TRE-RJ.

Meios de acesso à Ouvidoria

CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO - CAT:

Canal de comunicação com o público externo, que presta informações gerais sobre os serviços eleitorais. Eventualmente, a CAT pode transferir as ligações para a Ouvidoria, quando a demanda ultrapassar o escopo da central.

Contato: (21) 3436-9000

Horário de atendimento: das 11 às 19 horas

POR FORMULÁRIO-WEB:

www.tre-rj.jus.br/site/fale_conosco/ouvidoria/formulario_ouvidoria.jsp

PESSOALMENTE:

Endereço: Avenida Presidente Wilson, 194 - 1º andar - Castelo
Rio de Janeiro

Atendimentos da Ouvidoria em 2019

A Ouvidoria do TRE-RJ registrou, no período de 01/01/2019 a 31/12/2019, um total de 1407 (mil, quatrocentos e sete) ocorrências. Das ocorrências recebidas, 142 foram inadmitidas e 1 não foi atendida.

Tipos e tempos médios de atendimento das ocorrências

TIPO DE OCORRÊNCIA	QUANTIDADE RECEBIDA	TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO (DIAS)
Denúncia	27	9.6
Elogio	91	1.9
Pedido de informação	205	6.4
Reclamação	1048	4.1
Sugestão	18	7.3
Crítica	1	6.0
Dúvida	11	7.2
Outros	4	1.5

Tabela 1.7.2.1: Tipos e tempos médios de atendimento das ocorrências

Com relação às reclamações mais recorrentes, os três assuntos de destaque foram:

ASSUNTO DA OCORRÊNCIA	QUANTIDADE RECEBIDA
Indisponibilidade de vaga para atendimento em cartório eleitoral	498
Agendamento de atendimento	114
Descortesia em atendimento ao eleitor	53

Tabela 1.7.2.2: Assuntos das ocorrências

Meios utilizados para registro das ocorrências

Verifica-se que os meios disponíveis eletronicamente são os mais procurados pelos eleitores na comunicação com o Tribunal. No entanto, importa esclarecer que a CAT – Central de Atendimento Telefônico recebe as ligações

destinadas à Ouvidoria e registra as ocorrências através do formulário-web. Assim, acredita-se que o atendimento telefônico e o formulário-web sejam os meios de comunicação mais procurados pelo público externo na interação com a Ouvidoria.

FORMA DE RECEBIMENTO	QUANTIDADE EM 2019
Atendimento Pessoal	6
Atendimento Telefônico	8
Formulário Eletrônico (Web)	1098
Mensagem Eletrônica (e-mail)	155
Reclame Aqui	138

Tabela 1.7.2.3: Forma de recebimento das ocorrências

Ocorrências relativas a pedidos de informação com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)

No ano de 2019 foram registrados 180 pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação, não tendo havido, no período, negativa de acesso à informação em razão de sigilo.

Pesquisa de satisfação

O sistema da Ouvidoria possui funcionalidade de pesquisa de satisfação, através da qual o cliente avalia a cortesia no atendimento, a resposta obtida, o prazo total do atendimento e a relevância de sua participação na melhoria da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro por meio de sua manifestação.

No exercício de 2019, foram aferidas as seguintes médias de satisfação por tipo de ocorrência, em uma escala de 1 a 5 estrelas:

TIPO DE OCORRÊNCIA	MÉDIA DE SATISFAÇÃO
Denúncia	2.7
Elogio	4.8
Pedido de informação	4.2
Reclamação	3.0
Sugestão	3.5
Crítica	4.0
Dúvida	1.0
Outros	3.5

Tabela 1.7.2.4: Tipos de ocorrência e média de satisfação

1.7.3 EVENTOS E PROJETOS QUE ESTIMULAM O EXERCÍCIO CONSCIENTE DA CIDADANIA E A MEMÓRIA ELEITORAL

Ações socioeducativas: Programas Eleitor do Futuro e TRE vai à Escola

O exercício consciente da cidadania foi estimulado com a realização de 40 ações do Programa Eleitor do Futuro, que atendeu a 7.570 alunos, e com a realização de 17 ações do Programa TRE vai à Escola, que alcançou 2.300 estudantes. Ambos programas propõem-se à explanação de informações relevantes e indispensáveis à compreensão da condição de eleitor e do papel desempenhado pelos políticos eleitos.



Memória Eleitoral

A memória eleitoral ganhou visibilidade com a inauguração do Espaço de Memória Eleitoral José Joaquim da Fonseca Passos, que conta com pequeno acervo e importantes documentos, muitos deles cedidos e doados por servidores, familiares e outros tribunais. O espaço é aberto ao público externo e interno, localizado nas dependências da sede do TRE-RJ.

O Portal dos Dados Históricos das Eleições do Rio de Janeiro, canal de comunicação criado no ano de 2015, recebeu no ano de 2019 um número expressivo de acessos para um ano não eleitoral: 20.981 visitantes; 57.196 visualizações de páginas. Disponível na área “Eleições” do portal do Tribunal na Internet, a atualização periódica dos dados tem facilitado o acesso às informações sobre o Processo Eleitoral, como os resultados de eleições municipais e gerais a partir de 1945.

Eventos abertos ao público externo

Em 2019 foram promovidas sete palestras e uma audiência pública abertas ao público externo, nas quais foram ampliados os debates com a comunidade jurídica, partidos políticos, organizações sociais e a população em geral. Destacam-se: o “Encontro Regional para Sistematização das Normas Eleitorais”, audiência pública que contou com 25 expositores e 55 magistrados, para identificar e debater as principais inconsistências da legislação eleitoral vigente; dois eventos sobre julgamento de crimes comuns conexos a delitos eleitorais; e a palestra “Mulheres Eleitoristas”, que fomentou a participação feminina na política e a ocupação por mulheres de cargos do Poder Judiciário.

Produção e publicação de periódicos científicos e cartilhas educativas/instrutivas

Foram publicados em 2019 dois periódicos científicos, Revista Justiça Eleitoral em Debate do 1º e 2º semestres, e lançadas duas cartilhas que dão apoio às ações de cidadania, completando a coleção que conta agora com cinco edições.

Perspectivas para o futuro

A Escola Judiciária Eleitoral está estudando a reestruturação dos projetos socioeducativos atualmente desenvolvidos, com vistas ao aprimoramento dos métodos utilizados, para favorecer a modificação social pretendida. Observa-se um ganho qualitativo e quantitativo nas atividades prestadas e desenvolvidas pela EJE, que em 2019 ampliou o número de ações realizadas e o público alcançado.

Outras informações sobre as ações socioeducativas, eventos e publicações da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ podem ser acessadas no seguinte endereço: www.tre-rj.jus.br/eje

1.7.4 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão do TRE-RJ, disponível no sítio eletrônico do Tribunal (www.tre-rj.jus.br, menu Eleitor), foi desenvolvida com o objetivo de divulgar os serviços eleitorais prestados ao cidadão por esta instituição e os compromissos assumidos com o padrão de qualidade no atendimento.

Contendo os serviços prestados no âmbito dos cartórios eleitorais e das unidades da Sede deste Tribunal, a edição atual da Carta de Serviços consiste em uma versão atualizada e ampliada em dezembro de 2018, com foco nos requisitos previstos na Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

1.7.5 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O Tribunal avalia o grau de satisfação com o atendimento dispensado aos usuários externos que procuram nossos serviços por intermédio de pesquisa de Satisfação do Cliente Externo do TRE-RJ. A pesquisa é estratificada em três populações-alvo distintas, em razão da relação direta entre o serviço e

o ponto de atendimento, a saber: usuários dos serviços nos Cartórios Eleitorais/Centrais de Atendimento ao Eleitor - CAE, na Secretaria Judiciária - SJD e na Internet.

A aplicação é amostral para todos os públicos e consolidada trimestralmente, abordando quesitos de qualidade de atendimento (cordialidade, clareza de informações, solução do problema), instalações físicas do imóvel, tempo de espera, horário de atendimento, sinalização e limpeza, no caso dos atendimentos em pessoa, e efetividade e facilidade na obtenção de informações, no caso do atendimento via Internet.

De acordo com a última pesquisa realizada em 2019, o Tribunal atingiu índice geral de satisfação do cliente externo de 96,01%, melhor resultado de toda a série histórica, percentual este correspondente aos quesitos avaliados como “ótimo” ou “bom”. Os resultados completos das Pesquisas de Satisfação do Cliente Externo estão disponíveis no sítio eletrônico do TRE-RJ (www.tre-rj.jus.br, menu Transparência).

1.8 DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Com a finalidade de determinar a materialidade das informações constantes deste Relatório de Gestão, realizou-se pesquisa junto às unidades da Sede do Tribunal para levantamento dos temas de maior relevância segundo o grau de impacto na consecução da missão do TRE-RJ e grau de relevância para os públicos de interesse, a partir da qual os gestores encaminharam sugestões de temas a serem abordados no relatório.

Nas reuniões realizadas com as equipes das áreas especiais da gestão, enfatizou-se a necessidade de se adotar visão sistêmica, com foco na percepção do cidadão comum sobre a demonstração de resultados do Tribunal e no valor entregue à sociedade, conforme diretrizes constantes do Guia disponibilizado pelo TCU e demais orientações emanadas pelo órgão de controle externo.

Considerado o desafio da transição do antigo modelo para o de relato integrado, em que pese alguns processos internos necessitem ser melhor desenvolvidos – sendo o da determinação da materialidade das informações um exemplo – fez-se notório o grau de amadurecimento institucional neste segundo ciclo de elaboração do relatório de gestão sob o novo formato. O compromisso que se firma é no sentido do aprimoramento contínuo do processo de elaboração do relatório como um todo, com base nas lições aprendidas a cada exercício.



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCACÃO DE RECURSOS

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO TRE-RJ

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro aprovou seu primeiro Plano Estratégico por meio da Resolução nº 720/2009, com período de abrangência de 5 (cinco) anos, de 2010 a 2014, em observância às diretrizes da Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça e orientações do TSE. Em 2015, por meio da Resolução nº 918/2015, a vigência do Plano Estratégico do TRE-RJ foi prorrogada até dezembro daquele ano.

No ciclo de 2010 a 2015 o planejamento estratégico trouxe diversas contribuições para o TRE-RJ. Observou-se, nesse período, a introdução do pensamento estratégico e a realização de iniciativas para alicerçar a cultura de gestão orientada a resultados, dentre as quais, a instituição das Metodologias de Gestão de Projetos e de Gestão de Processos, da Agenda Ambiental, da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo, do Plano Integrado das Eleições, da Pesquisa de Clima Organizacional, do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e da Cadeia de Valor.

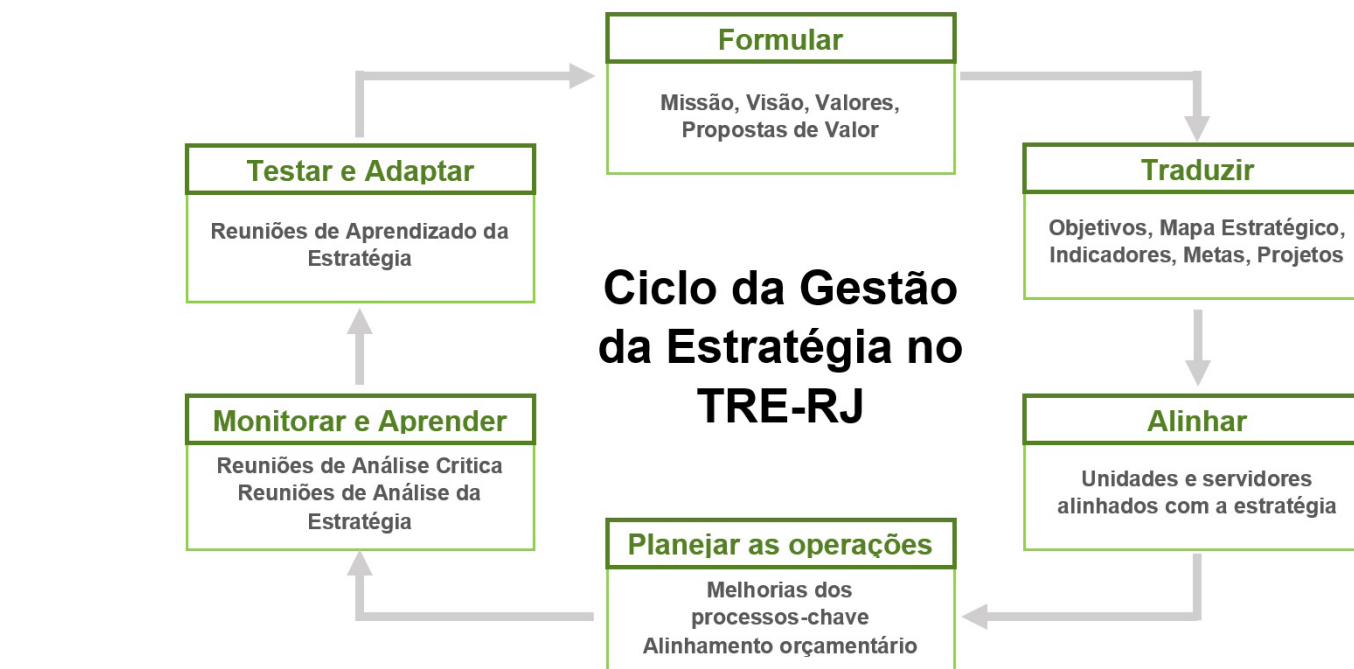


Figura 3: Ciclo da Gestão da Estratégia do TRE-RJ

Em agosto de 2015, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro deu início aos trabalhos de construção de sua estratégia para o sexênio 2016/2021.

O Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro para o período de 2016 a 2021 foi

aprovado em dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 938/2015.

Desde a elaboração do primeiro planejamento estratégico, em 2009, o TRE-RJ adota como base metodológica o Balanced Scorecard - BSC, modelo que permite, a partir de uma visão sistêmica

e balanceada da instituição, descrever a estratégia de forma clara, através de objetivos estratégicos distribuídos em perspectivas. A cada objetivo são vinculados indicadores de desempenho, metas e iniciativas, possibilitando o direcionamento de esforços e a execução da estratégia de forma integrada e orientada.

2.1.1 MAPA ESTRATÉGICO 2016/2021

O mapa estratégico do TRE-RJ está estruturado em três perspectivas: resultados, processos internos e recursos, que representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação do Tribunal. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela instituição para atingir sua visão e cumprir sua missão.

Com a perspectiva de resultados, o Tribunal define instrumentos para maximizar o cumprimento de sua missão e fortalecer sua imagem.

A perspectiva de processos internos identifica os processos críticos nos quais devem ser concentrados esforços a fim de melhorar os serviços entregues à sociedade.

A perspectiva de recursos descreve como infraestrutura, conhecimento, informações, sistemas e pessoas devem se conjugar para dar suporte à estratégia.

A visão integrada da estratégia do TRE-RJ está representada em seu mapa estratégico, na figura ao lado:

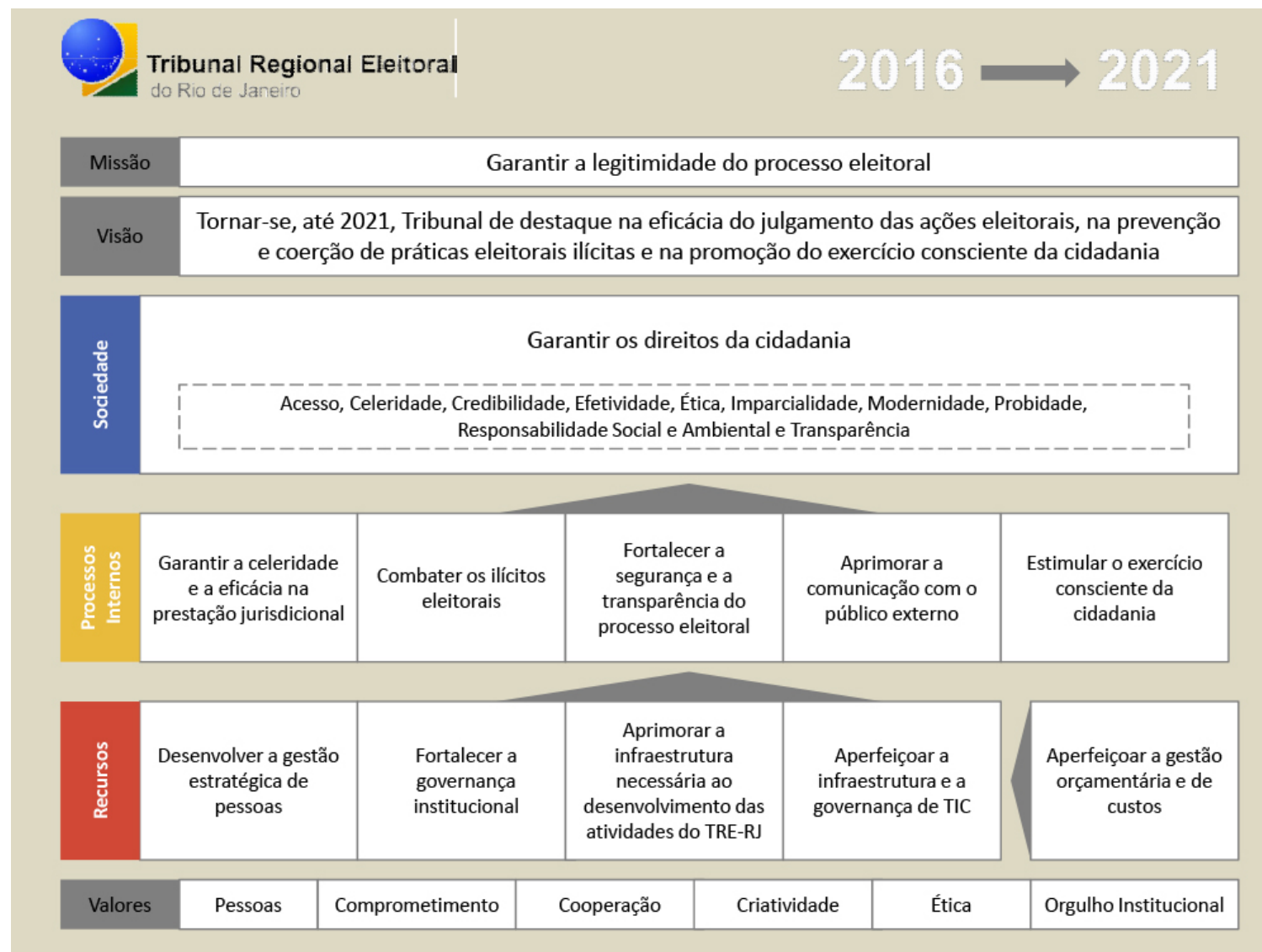


Figura 4: Mapa Estratégico 2016/2021

2.1.2 MECANISMOS PARA A MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO ESTRATÉGICO

O desempenho da estratégia do TRE-RJ é mensurado por um único indicador, o “Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro (IDJE)”, resultante da média dos desempenhos dos objetivos estratégicos. Cada objetivo tem seu desempenho calculado por meio de média ponderada dos desempenhos (resultado/meta) dos indicadores estratégicos que o compõem, que por sua vez, resultam da composição dos desempenhos dos indicadores de apoio, estabelecidos a partir da identificação dos fatores críticos.

Dessa forma, considerando que o modelo ora adotado é estruturado sobre um conjunto de questões críticas, as lacunas de desempenho tornam-se mais evidentes e o processo decisório mais preciso. Outro benefício desse modelo é o desdobramento dos indicadores estratégicos para os diversos níveis hierárquicos, por meio dos indicadores de apoio, favorecendo o processo de gestão, a comunicação da estratégia e a compreensão do impacto dos processos de trabalho para o desempenho institucional, vinculando os servidores aos resultados do Tribunal.

As fichas com os detalhamentos dos indicadores estratégicos e de apoio, como metas, fórmulas de cálculo, unidades de medida, fonte de coleta de dados, temporalidade de medição, dentre outros, compõem o Glossário de Indicadores de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro.

2.1.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS EM 2019

Os resultados apurados em 2018, avaliados em conjunto com séries históricas, portfólio de iniciativas estratégicas e aspectos atinentes aos ambientes interno e externo, orientaram a decisão do TRE-RJ no sentido de priorizar os seguintes objetivos para o exercício de 2019:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS EM 2019

OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais

OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas

OE 08 - Fortalecer a Governança Institucional

OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ

Tabela 2.1.3.1: Objetivos estratégicos priorizados em 2019

2.1.4 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

O Comitê Gestor da Estratégia se reúne trimestralmente, conforme prevê o Ato GP nº 391/2012, nas Reuniões de Análise da Estratégia - RAE, ou extraordinariamente, visando assegurar a tempestividade necessária para a realização de eventuais ajustes no curso da trajetória estratégica e a obtenção dos resultados almejados pelo Tribunal.

A RAE tem por objetivo garantir a gestão da estratégia, por meio da avaliação do desempenho dos objetivos, indicadores e iniciativas constantes do Plano Estratégico.

A RAE favorece a análise sistêmica do desempenho institucional, oportuniza discussões sobre os cenários interno e externo e seu impacto sobre a estratégia, promove o alinhamento de entendimentos acerca da estratégia e orienta o processo decisório.

As Reuniões são subsidiadas por dados e informações relativos aos objetivos estratégicos, indicadores estratégicos e de apoio, os quais são registrados pelas respectivas unidades responsáveis no Sistema GERIR, ferramenta informatizada desenvolvida pela equipe do TRE-RJ com a finalidade de aperfeiçoar o processo de gestão da estratégia.

Com o objetivo de disseminar a estratégia no âmbito das diversas unidades e níveis hierárquicos da instituição, além de promover a gestão participativa e o alinhamento das atividades com foco no desempenho organizacional, deu-se continuidade no exercício à implementação das Reuniões de Análise Crítica - RACs.

As RACs são encontros dos gestores das unidades com a finalidade de estabelecer as ações e os resultados a serem alcançados no prazo de 3 meses para alavancar o desempenho dos Indicadores de Apoio (IAs) críticos.

O Plano Diretor da Estratégia - PDE constitui-se em outro instrumento de apoio à estratégia. Com periodicidade bianual, e revisão anual, o documento define e prioriza as iniciativas a serem implementadas para impulsionar o desempenho estratégico, contribuindo para o alinhamento dos planejamentos orçamentário e estratégico ao subsidiar a elaboração da proposta orçamentária do Tribunal. O PDE 2018/2019 foi aprovado pelo Ato GP nº 266/2018.

No que tange ao nível operacional, a Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ, aprovada em 2015, incorporou indicadores de processos. De acordo com a referida metodologia, periodicamente devem ser realizadas as Reuniões de Monitoramento do Processo, com a participação das unidades executoras do processo, para avaliação dos indicadores, eventuais desvios ocorridos, análise das ações já em implantação e de novas propostas de melhoria contínua.

2.2 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

2.2.1 SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO TRE-RJ

Em sintonia com o previsto no Decreto 9.203/2017, que instituiu uma política de Governança na Administração Pública Federal, o TRE-RJ possui estruturas

organizacionais capazes de garantir mecanismos de governança pública, assegurando que as ações institucionais estejam direcionadas para objetivos alinhados aos interesses da sociedade.

No exercício de 2019, como resultado da iniciativa estratégica “Estruturação do Sistema de Governança do TRE-RJ”, prevista no PDE 2018/2019, alinhada ao Objetivo Estratégico 08 - “Fortalecer a governança institucional”, gestores táticos e da Alta Administração foram capacitados no tema governança institucional, elaborando-se coletivamente, a partir dos aprendizados auferidos com a ação de capacitação, a política de governança institucional do TRE-RJ.

Contendo os princípios, diretrizes, funções e mecanismos que nortearão o sistema de governança e gestão do TRE-RJ, o normativo foi aprovado pelo Plenário do Tribunal, por meio da Resolução TRE-RJ nº 1119/2019. O sistema de governança e gestão está visualmente descrito no modelo anexo à Resolução, reproduzido a seguir.

Uma vez aprovada a política de governança institucional, o desafio que se apresenta para os próximos exercícios é o de fortalecer as instâncias internas de governança e de apoio à governança, com destaque para o Conselho de Governança, ao qual compete deliberar sobre governança, riscos, diretrizes, políticas institucionais e objetivos estratégicos a serem priorizados.

Contribuiu, ainda, para a alavancagem da estruturação do sistema de governança institucional, a publicação em 29/07/2019 da Política de Gerenciamento de Riscos (Resolução TRE-RJ nº 1101/2019) e a aprovação, em 17/10/2019, do Manual de Gerenciamento de Riscos, conforme se verá em detalhes no capítulo seguinte deste relatório.

Informações detalhadas sobre as instâncias internas de governança podem ser localizadas no sítio eletrônico do TRE-RJ, mediante consulta às normas internas do Tribunal, por meio do menu Legislação.

JUSTIÇA ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Sistema de Governança e Gestão de TIC

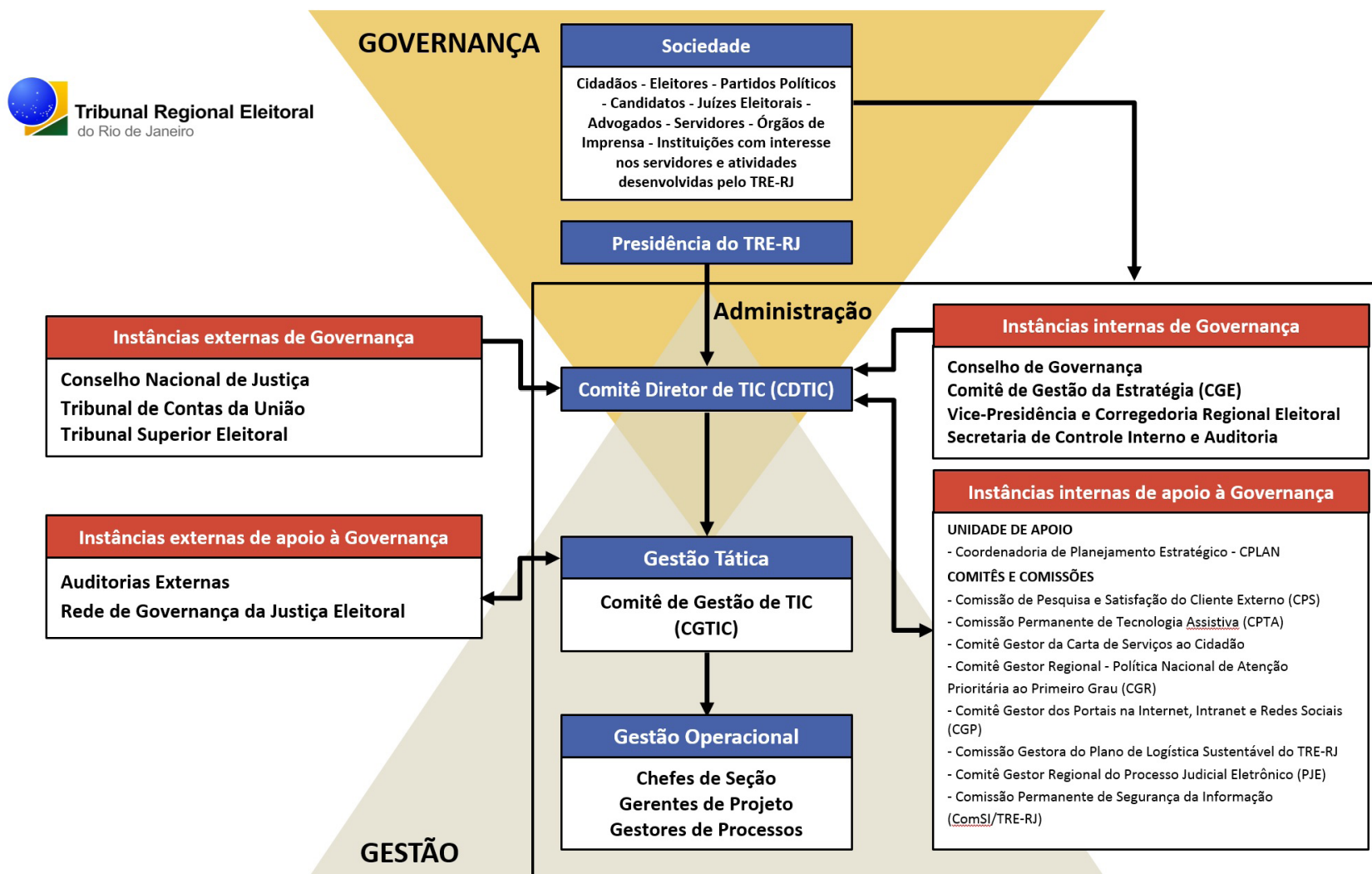


Figura 5: Modelo do Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ - Resolução TRE-RJ nº 1119/2019

2.2.2 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA DO TRE-RJ PELO TCU

No ano de 2018, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro participou como respondente do levantamento de Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública - Ciclo 2018, que consistiu de autoavaliação realizada por 498 órgãos e entidades, por meio de preenchimento de questionário, com o objetivo de medir a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais. Os trabalhos do TCU desenvolvidos nessa área, além de mapear os pontos que precisam de maior reestruturação e medir a evolução dos índices de governança e gestão, visam a estimular a adoção de boas práticas de governança e gestão, a fim de que os órgãos e entidades aprimorem sua capacidade de entregar resultados.

- 0.TRE-RJ
- 1.Tribunal
- 2.JUD
- 3.Todos

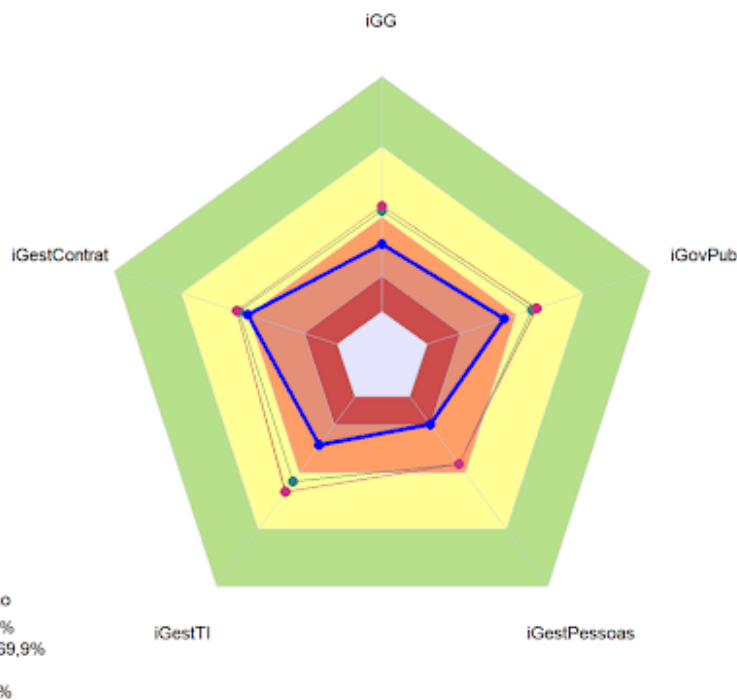


Gráfico 2.2.2.1: Resultados da avaliação da governança

No quadro comparativo abaixo são apresentados os resultados da autoavaliação deste órgão nos ciclo de 2018:

INDICADOR	2018
iGG (Índice integrado de governança e gestão públicas)	29%
iGovPub (Índice de governança pública)	35%
iGovPessoas (Índice de governança e gestão de pessoas)	25%
iGestPessoas (Índice de capacidade em gestão de pessoas)	15%
iGovTI (Índice de governança e gestão de TI)	31%
iGestTI (Índice de capacidade em gestão de TI)	26%
iGovContrat (Índice de governança e gestão de contratações)	42%
iGestContrat (Índice de capacidade em gestão de contratações)	40%

Tabela 2.2.2.1: Resultados da autoavaliação

Os indicadores variam entre os estágios de capacidade inicial e intermediário, o que demonstra a necessidade de aprimoramento de controles nas diversas frentes de gestão avaliadas. Deve-se considerar, todavia, que o Tribunal já vem auferindo melhorias em diversos itens avaliados no âmbito de cada tema, sobressaindo por vezes em relação a outros órgãos do mesmo contexto, conforme se observa do relatório individual do levantamento de 2018 do TRE-RJ. Podem-se destacar, dentre outros aspectos: o estabelecimento de política, estrutura e processos de segurança da informação; a execução de processo de gestão do catálogo de serviços e gestão de incidentes; o aprimoramento do processo de planejamento de contratações e seleção de fornecedores e a execução de avaliações de controles internos na gestão de contratações; a publicação de sua Carta de Serviços ao Cidadão; e a realização de pesquisas de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados em meio digital.

2.3 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Apresentam-se de forma resumida na tabela abaixo, as iniciativas estratégicas desenvolvidas pelo TRE-RJ ao longo do exercício de 2019 com a finalidade de impulsionar o desempenho de seus Objetivos Estratégicos e

as respectivas alocações de recursos. Detalhes sobre outras categorias de alocação de recursos podem ser visualizados nos capítulos 5.1 e 6 deste relatório de gestão.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS	ANDAMENTO	VALORES EMPENHADOS
OE 02 - Garantir a celeridade e eficácia na prestação jurisdicional	Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe no 1º grau	Concluída	R\$ 27.915,20
OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais	Estudo de viabilidade - Implantação de análise estatística aplicada ao direito, com foco nos ilícitos eleitorais - Jurimetria	Concluída	-
OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Limites - Delimitação Geográfica das Zonas Eleitorais	Em andamento	-
	Implantação da Identificação Biométrica de eleitores do Estado	Concluída	-
	Cadastramento Biométrico dos Eleitores do Estado do Rio de Janeiro - Ciclo 2019-2020	Em andamento	R\$ 1.997.312,14
OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo	Estudo de viabilidade - Estruturação dos canais de comunicação do TRE-RJ com o público externo	Concluída	-
	Central de Atendimento Telefônico ao Eleitor - CAT	Concluída	-
OE 06 - Estimular o exercício consciente da cidadania	Estudo de viabilidade - Reestruturação dos projetos socioeducativos	Concluída	-

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS	ANDAMENTO	VALORES EMPENHADOS
OE 07 - Desenvolver a gestão estratégica de pessoas	Redesenho Organizacional e Dimensionamento da Força de Trabalho das unidades da Sede do Tribunal	Concluída	R\$ 13.996,12
	Dimensionamento da Força de Trabalho das unidades do TRE-RJ	Em andamento	-
	Implantação do Sistema Gestão por Competências	Concluída	R\$ 23.633,52
	Formação de Gestores da Sede	Concluída	-
	Implantação dos Exames Periódicos - EPS Piloto SGP	Concluída	-
	Estudo de viabilidade - Estruturação dos canais de comunicação do TRE-RJ com o público interno	Concluída	-
OE 08 - Fortalecer a governança institucional	Estruturação do Sistema de Governança do TRE-RJ	Concluída	R\$ 85.960,00
OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Modernização das instalações elétricas do Núcleo Administrativo - NUAD do TRE-RJ	Em andamento	-
	Sistema de Prevenção e combate a incêndio na Sede do TRE-RJ	Em andamento	-
	Implantação de CFTV	Em andamento	-
	Estudo de viabilidade - Modelo de armazenamento de urnas eletrônicas	Descontinuada	-
	Estudo de viabilidade - Adequação do Arquivo Central	Concluída	-
	Diagnóstico das Instalações Prediais nos imóveis ocupados pelo TRE-RJ	Em andamento	-
OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e governança de TIC	Modernização do Data Center	Em andamento	R\$ 117.117,83
	Rede Privada Virtual - VPN	Em andamento	R\$ 76.303,87
	Implantação de Ferramenta de Inteligência e de Exploração de dados - BI	Concluída	R\$ 215.719,36

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS	ANDAMENTO	VALORES EMPENHADOS
OE 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI	Concluída	R\$ 17.220,00
	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI - Fase 2	Em andamento	-
	Estudo de viabilidade - Implantação do sistema VoIP	Concluída	-
Plano de Logística Sustentável	Implantação da Gestão de Resíduos Sólidos do TRE-RJ	Em andamento	R\$ 30.161,00
	Estudo de viabilidade - Implantação do sistema de energia fotovoltaica	Em andamento	-
Outros	Implantação do eSocial	Em andamento	-
TOTAL			R\$ 2.605.339,04

Tabela 2.3.1: Iniciativas estratégicas desenvolvidas pelo TRE-RJ ao longo do exercício de 2019

A vertical bar on the left side of the slide, composed of several colored rectangular segments: maroon, purple, light grey, teal, orange, light green, and blue.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1 CRITÉRIOS NORTEADORES DA GESTÃO DE RISCOS DO TRE-RJ

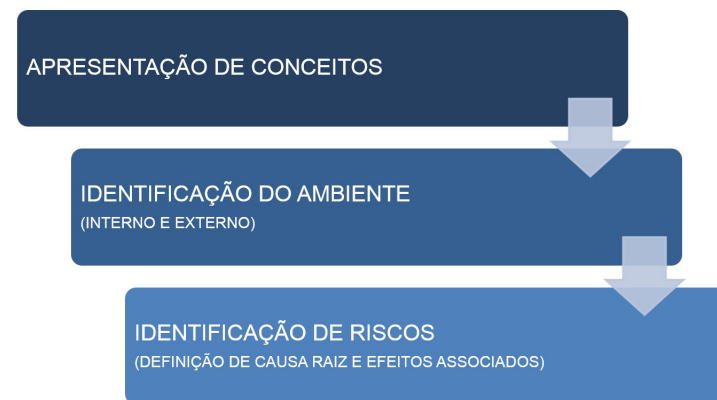
Foi instituída em 29/07/2019 a Política de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ, por intermédio da Resolução TRE-RJ nº 1101/19. Nesse documento encontram-se definidos os objetivos, princípios, diretrizes, processos e responsabilidades a serem observados no gerenciamento de riscos do Tribunal.

O gerenciamento de riscos do Tribunal foi estruturando considerando-se os seguintes critérios:

- 1) estrutura de Governança de Riscos;
- 2) dimensões de impactos dos riscos;
- 3) níveis e apetites a risco definidos;
- 4) procedimentos de gerenciamento estabelecidos para atividades, processos e projetos institucionais.

3.2 IMPLEMENTAÇÃO DO GESTÃO DE RISCOS NO TRE-RJ

Objetivando disseminar a cultura de gerenciamento de riscos no TRE-RJ e sua aplicação em atividades, processos e projetos institucionais, no ano de 2019 foram realizadas oficinas de identificação de riscos considerando as seguintes etapas:



Nessa fase, participaram unidades da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais deste Tribunal, cujos processos foram selecionados com base, dentre outros fatores, em sua relevância e criticidade.

3.3 IDENTIFICAÇÃO DE FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2016/2021

A necessidade de fortalecer a governança institucional está expressa no Plano Estratégico 2016-2021, que estabelece um conjunto de indicadores destinados a monitorar os esforços do Tribunal no alcance desse objetivo, permeando

aspectos relacionados aos mecanismos de liderança, estratégia e controle. Importante salientar que o processo de construção do Plano Estratégico 2016-2021 foi baseado na identificação dos fatores críticos de sucesso, isto é, das condições essenciais a serem asseguradas pela instituição para o alcance dos objetivos estratégicos. Assim, ainda que não tenha sido realizado um processo de avaliação de riscos, a lógica dos fatores críticos de sucesso pressupõe a identificação de eventos que potencialmente podem afetar o alcance daqueles objetivos.

A partir da utilização de um gerenciamento de riscos estruturado, considerando a aprovação da política no ano de 2019, a perspectiva é de impactar positivamente, já no próximo exercício, o sistema de indicadores, que se desdobra do nível estratégico para o nível tático, fomentando assim, o alinhamento dos objetivos e o monitoramento do desempenho organizacional.

3.4 AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS E AUDITÓRIAS BASEADAS EM RISCOS

A unidade de auditoria interna do Tribunal realiza periodicamente, desde 2014, Avaliação de Controles Internos em Nível Entidade, de forma a prover a administração de um diagnóstico que aponte a percepção da organização acerca da efetividade de seu sistema de controles internos para mitigar riscos e garantir que seus objetivos estratégicos sejam alcançados.

Além disso, a unidade executa periodicamente auditorias específicas baseadas em riscos, o que auxilia os gestores das áreas auditadas na identificação de riscos e controles associados aos seus processos de trabalho. Entre as mais recentes, podem ser citadas a auditoria de Avaliação de Controles Internos - Movimentação de Servidores e a auditoria de Fiscalização Técnica da Execu-

ção Contratual, ambas concluídas no exercício de 2019.

Por fim, cabe ressaltar ter sido incluído no Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2020 (documento aprovado no exercício de 2019) atividade específica de atualização do Manual de Auditoria do TRE-RJ, para torná-lo mais alinhado aos conceitos e procedimentos da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos - ABR.

A vertical bar on the left side of the slide, composed of several colored rectangular segments: maroon, dark purple, light grey, orange, dark blue, olive green, and dark blue.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

4.1 DESTAQUES DA GESTÃO DO TRE-RJ EM 2019

4.1.1 CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO NO ESTADO DO RJ

O projeto de implantação da identificação biométrica de eleitores no Estado do Rio de Janeiro, continuou em execução em 2019, conforme consignado no Plano Diretor da Estratégia 2018/2019. A primeira fase do projeto, que consistiu na implantação do atendimento biométrico ordinário em todos os cartórios eleitorais do município do Rio de Janeiro, foi concluída em outubro de 2017. A segunda e a terceira fases, concluídas em 2018, consistiram na implantação total do cadastramento biométrico ordinário no interior do estado e na apresentação do plano de implantação do recadastramento biométrico de eleitores do estado do Rio de Janeiro. No primeiro semestre de 2019, iniciou-se o ciclo 2019-2020 de revisão do eleitorado com coleta biométrica em 35 municípios do estado do Rio de Janeiro, dos quais 32 foram concluídos ainda em 2019.

Entre o exercício de 2018 e o de 2019, houve expressiva evolução do

percentual de eleitores com cadastramento biométrico, devido à incorporação ao cadastro eleitoral, em abril de 2019, dos dados biométricos de outros órgãos públicos, validados nas Eleições 2018.

A ampliação do projeto, em sua fase atual, busca viabilizar o alcance da meta de 100% do eleitorado fluminense cadastrado biometricamente até o final de 2022, prazo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Até o final do exercício de 2019 o percentual de eleitores cadastrados era de 57,26%.

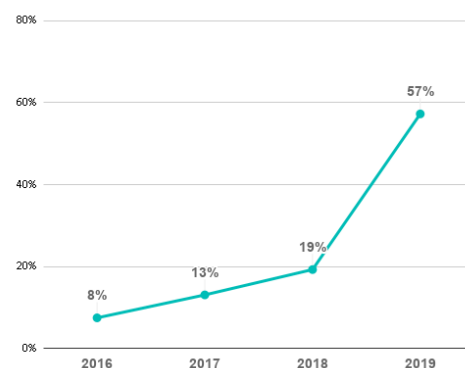


Gráfico 4.1.1.1: Evolução do percentual de eleitores com cadastro biométrico no RJ

BIOMETRIA

A biometria é a tecnologia que identifica o eleitor através do reconhecimento de sua impressão digital, conferindo maior segurança à identificação no momento da votação, por meio de um leitor biométrico, acoplado à urna eletrônica.

O sistema biométrico proporciona maior segurança ao processo eleitoral e garante que ninguém votará no lugar do eleitor.

O procedimento de coleta biométrica é realizado no ato de atendimento em cartório ou em posto de atendimento da Justiça Eleitoral, envolvendo a coleta das impressões digitais, fotografia e assinatura digitalizada.

Na votação com identificação biométrica, o eleitor passa a ter a identidade confirmada ao colocar sua digital no terminal da urna eletrônica.

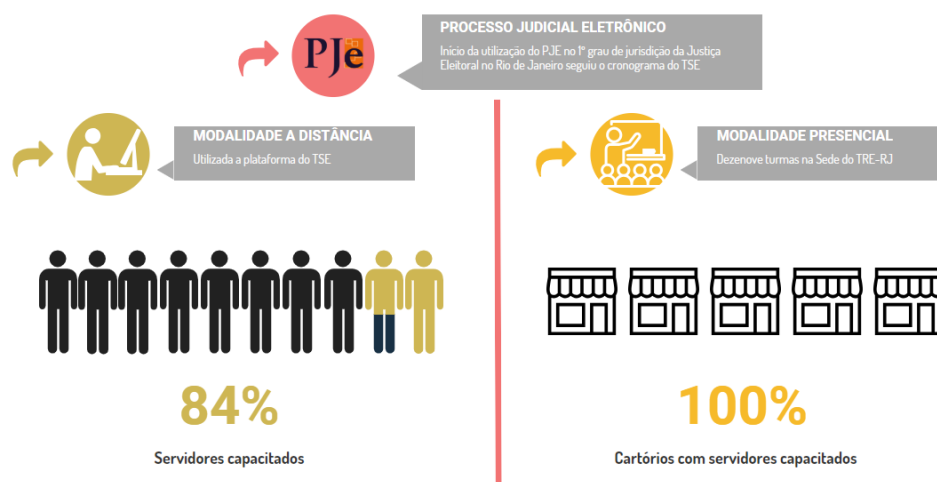


4.1.2 IMPLANTAÇÃO DO PJE 1º GRAU

A Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro implementou, no segundo semestre de 2019, o uso do Processo Judicial Eletrônico - PJe em todos os Cartórios Eleitorais do Estado. O PJe é um sistema que permite a tramitação de processos exclusivamente por via eletrônica, tornando a prestação jurisdicional mais ágil, eficiente, econômica e sustentável.

Tal situação demandou a adoção de medidas que viabilizassem aumento da produtividade dos servidores no processamento dos feitos com a nova sistemática, que trará mais velocidade, reduzindo o tempo de julgamento de um processo, além de provocar mudanças nas rotinas e práticas dos cartórios.

Para tanto, a Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral atuou em duas frentes para capacitação dos servidores: treinamento na modalidade à distância, que contou com duas turmas e treinamento presencial, tendo sido capacitados presencialmente ao menos dois servidores da cada cartório eleitoral, que se tornaram multiplicadores de conhecimento, para disseminação do uso da ferramenta.



Infográfico 4.1.2.1: Capacitação de servidores no PJe

4.1.3 ATUALIZAÇÃO E DEPURAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ELEITORES

Não há como se falar em legitimidade do processo eleitoral sem que se atinja elevado grau de integridade do pleito. Para tanto, é fundamental que o corpo de eleitores tenha sua composição atualizada e livre de fraudes. Neste sentido, é necessário que fortes mecanismos institucionais sejam utilizados para depurar o Cadastro Nacional de Eleitores.

No ano de 2019, concomitante ao avanço do recadastramento biométrico, uma série de medidas foram implementadas pela Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro no sentido de que os cartórios eleitorais do Estado procedessem à rigorosa atualização da situação dos eleitores, com o objetivo de manter atualizado o corpo de cidadãos aptos a participação no pleito de 2020.

Considerando essas principais ações foram realizadas 615.127 (seiscentas e quinze mil cento e vinte e sete) atualizações que refletem e contribuem para a legitimidade do processo eleitoral que se avizinha.



Infográfico 4.1.3.1: Depuração do cadastro nacional de eleitores

Além da atualização direta do Cadastro Nacional de Eleitores, foram tratadas informações de cidadãos que não possuem inscrição eleitoral, com a anotação do impedimento ou o registro da liberação de exercício dos direitos políticos em banco próprio. Nesse seguimento, foram anotadas 4.947 (quatro mil novecentos e quarenta e sete) impedimentos e 2.079 (duas mil e setenta e nove) liberações.

4.2 RESULTADOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRE-RJ EM 2019

A estrutura desta seção objetiva expor de forma sistêmica a avaliação dos resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades definidas pela gestão.

Cada objetivo terá seu desempenho calculado pela de média ponderada dos desempenhos (resultado ÷ meta) dos indicadores estratégicos que o compõem que, por sua vez, resultam da composição dos desempenhos dos indicadores de apoio. Dessa forma, os objetivos estratégicos foram desdobrados até o nível tático, visando não apenas melhor identificar os aspectos que impactam sobre o desempenho, mas também otimizar o processo decisório, a comunicação da estratégia e o entendimento da relação entre os processos de trabalho e o desempenho do Tribunal, aproximando a estratégia e operação, servidores e resultados.

No TRE-RJ, há onze objetivos estratégicos (sendo que um é resultante da média dos desempenhos dos demais objetivos), trinta objetivos estratégicos e oitenta e dois indicadores de apoio. A seguir, apresentam-se o objetivo, o resultado dos indicadores estratégicos e as iniciativas estratégicas a ele diretamente relacionadas.

Na página do TRE-RJ na Internet (menu Institucional, Planejamento e Gestão) é possível consultar informações sobre o detalhamento das fórmulas de cálculo utilizadas para mensurar os objetivos estratégicos, indicadores estratégicos e indicadores de apoio; e a série histórica com os resultados de todos os Indicadores de apoio utilizados na mensuração do desempenho estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

OE 01: GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA

Descrição do objetivo

Assegurar aos usuários da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro uma atuação institucional transparente e eficiente, focada na prestação jurisdicional ágil, na prevenção e combate a ilícitos eleitorais e no incentivo à participação social nas questões de interesse público, a fim de garantir a integridade do processo eleitoral, fortalecer a confiança na instituição e contribuir para a construção da plena cidadania.

Gestor do objetivo

Comitê Gestor da Estratégia

O desempenho estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é mensurado pelo “Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro – IDJERJ”, que é a resultante da média dos desempenhos dos objetivos estratégicos.

O IDJERJ no exercício representa o que o Tribunal alcançou de resultado buscando o cumprimento de sua missão institucional, com vistas a atender às expectativas e fortalecer a sua imagem perante a sociedade.

Ao final da apresentação dos resultados dos demais objetivos estratégicos neste capítulo, é apresentado o resultado e a análise da evolução do Índice de desempenho da estratégia da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro.

OE 02: GARANTIR A CELERIDADE E A EFICÁCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Descrição do objetivo

Realizar a prestação jurisdicional de forma ágil e transparente, por meio do estabelecimento de medidas que viabilizem a maior produtividade de magistrados e servidores, preservando-se a segurança jurídica na tramitação e no julgamento dos processos, a fim de assegurar o caráter preventivo e sancionador da legislação eleitoral.

Gestor do objetivo

Gabinete da Presidência – GABPRE

Linhas de atuação

- Atualização permanente de servidores e magistrados em matéria eleitoral
- Automação dos procedimentos processuais (PJe)
- Capacitação de servidores em processamento de feitos
- Controle sobre o lançamento dos feitos
- Disponibilização estruturada das informações
- Gestão dos processos de trabalho
- Integração de esforços entre o TRE-RJ e o Ministério Público Eleitoral
- Redimensionamento da estrutura funcional

Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 02:

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 01 - Índice de agilidade - 1º grau	50%	SVPCRE	59,78%	68,03%
IE 02 - Índice de agilidade - 2º grau	50%	SJD	95,87%	100%

Tabela 4.2.1: Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 02

Análise de contexto

O objetivo apresentou melhora de desempenho, registrando ao final de 2019 o índice de 84,02%, superior ao atingido em 2018 (77,69%).

O resultado do objetivo, que ainda demonstra a necessidade de atenção, decorre do desempenho insatisfatório do IE 01, com índice de 68,03%, influenciado negativamente pela alta taxa de congestionamento (33,67%) e baixo índice de agilidade no julgamento (65,04%) dos feitos judiciais no âmbito do primeiro grau de jurisdição.

Ação realizada no último período e resultado obtido

O Processo Judicial Eletrônico no primeiro grau foi implantado em todos os Cartórios Eleitorais do Estado no segundo semestre de 2019, visando tornar a prestação jurisdicional mais ágil, eficiente, econômica e sustentável, no entanto ainda não é possível aferir o impacto dessa ação sobre o desempenho do objetivo.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses

Por se tratar de ano eleitoral, estima-se o aumento de casos novos, sobretudo a partir do registro de candidaturas. Se por um lado os exíguos prazos tendem a impulsionar a agilidade dos feitos eleitorais, por outro lado faz-se necessário antever o efeito do grande número de processos sobre a taxa de congestionamento, tanto no ano corrente quanto no vindouro.

Assim, pode-se considerar a redução da taxa de congestionamento no primeiro semestre de 2020 como um desafio a ser enfrentado.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Realização de testes e implantação de versão atualizada do Sistema Portal-BR, utilizado no âmbito deste Regional para extração dos dados que subsidiam o cálculo dos indicadores vinculados ao objetivo em questão;

2. Designação de equipe gestora do sistema PortalBR, com o objetivo de garantir a sistemática administração e supervisão da solução, em observância aos parâmetros estabelecidos pelo CNJ, TSE e Plano Estratégico do Tribunal;

3. Revisão das fichas dos indicadores de apoio que integram o objetivo (1º e 2º graus de jurisdição), visando alinhá-las às Tabelas Processuais Unificadas aplicáveis à Justiça Eleitoral, bem como reavaliá-las quanto à pertinência de adoção de taxa de congestionamento líquida, em substituição à taxa de congestionamento total, ora adotada, sem prejuízo da manutenção do controle sobre os processos suspensos/sobrestados/em arquivo provisório;

4. Identificação das unidades, em primeiro e segundo graus, onde há maior taxa de congestionamento e dos fatores que possam estar gerando o acúmulo dos processos, a fim de que sejam estabelecidas as medidas necessárias para reduzir tais taxas, principalmente no primeiro semestre de 2020.

5. Avaliação pela Assessoria de Planejamento das Eleições da oportunidade/conveniência de iniciar os trabalhos relativos à melhoria do processo “Registrar Candidatos”, já identificado pelo Comitê Gestor dos Portais na Internet, Intranet e Redes Sociais - CGP como crítico para estratégia institucional.

6. Reavaliação, pelas unidades de formação envolvidas, dos conteúdos, materiais e ações de capacitação afetos ao registro de candidaturas e às prestações de contas, a fim de que sejam adaptados à utilização do Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Riscos associados ao objetivo

1. Baixa confiabilidade dos dados que subsidiam o cálculo dos indicadores associados ao objetivo, com efeito sobre o processo decisório, podendo gerar ônus para a Administração Pública.

2. Indicadores desatualizados em relação aos normativos vigentes, impactando na interpretação equivocada do que realmente se pretende medir e afetando o processo decisório.

3. Desconhecimento ou pouco envolvimento do corpo funcional (servidores e magistrados) com os indicadores e metas institucionais, com efeito sobre o baixo comprometimento com os resultados do Tribunal.

4. Aumento do quantitativo de processos de prestações de contas de campanha, em decorrência do potencial incremento dos registros de candidaturas devido, em parte, ao fim das coligações proporcionais (válido nas eleições vindouras para os vereadores), com efeito sobre a qualidade das respectivas análises e/ou na inobservância dos prazos legais.

5. Pouco desenvolvimento das competências dos usuários do PJe, sobretudo no primeiro grau de jurisdição, para realização dos processos de registro de candidaturas e prestação de contas, mormente em razão da utilização paralela de outros sistemas de apoio, desenvolvidos pelo TSE, com efeito sobre a morosidade dos respectivos processos.

Iniciativa Estratégica relacionada

IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJE NO 1º GRAU

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: NOVEMBRO DE 2019 - CONCLUÍDA

Resultados esperados:

O PJe para o 1º grau foi implantado com sucesso dentro do prazo, trazendo para todos os cartórios do Estado do Rio de Janeiro diversos benefícios, dentre eles aumento na celeridade de tramitação processual, ampliação da transparência e eficiência processuais, o que também impactou positivamente na redução de custos operacionais e financeiros ligados à impressão, tramitação, arquivamento e armazenamento de processos, riscos de perda e extravio, com evidentes ganhos de produtividade junto aos colaboradores da Justiça Eleitoral.

OE 03: COMBATER OS ILÍCITOS ELEITORAIS (PRIORIZADO EM 2019)

Descrição do objetivo

Contribuir para a integridade das eleições, fortalecendo os instrumentos e ampliando a efetividade do sistema de prevenção e de repressão a ilícitos eleitorais.

Gestor do objetivo

Gabinete da Presidência – GABPRE

Linhas de atuação

- Capacitação contínua em processamento de feitos e análise de prestação de contas
- Elaboração, atualização e divulgação de materiais com informações sobre ilícitos eleitorais
- Implementação de mecanismos para inibir pressões políticas sobre magistrados e servidores
- Integração de esforços entre o TRE-RJ e o Ministério Público Eleitoral
- Planejamento e gestão das atividades relacionadas à fiscalização da propaganda

Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 03:

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários	100%	ASJUPR	69,89%	38,53%

Tabela 4.2.2: Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 03

Análise de contexto

O objetivo apresentou queda de desempenho, registrando ao final de 2019 o índice de 38,53%, inferior ao atingido em 2018 (52,30%). Entre os obje-

tivos estabelecidos no Plano Estratégico, foi o que revelou pior desempenho no ano de 2019, sendo, portanto, o que, atualmente, mais impacta negativamente o Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral. Tal desempenho insatisfatório decorre da inobservância, tanto no primeiro quanto no segundo grau de jurisdição, dos prazos respectivamente estabelecidos para o julgamento dos processos que possam resultar em perda de mandato eletivo, isto é, seis meses e três meses.

Em ambas as jurisdições foi estabelecida a meta de 75% de processos julgados nos respectivos prazos. No primeiro grau foram julgados dentro do prazo 34,81% dos processos (desempenho de 46,41%) e, no segundo grau, 22,99% dos processos (desempenho de 30,65%).

Salienta-se que o OE 03 é um dos três objetivos prioritários pelo Comitê de Gestão da Estratégia - CGE para o ano de 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O Plano Diretor da Estratégia - PDE consignou um único projeto relacionado ao objeto, isto é, "Estudo de viabilidade para a implantação de análise estatística aplicada ao direito, foco ilícitos eleitorais – Jurimetria". A conclusão da iniciativa, no entanto, não apresentou, até o momento, resultados práticos sobre os processos de trabalho ou sobre o desempenho do objetivo.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses

Não se vislumbra melhora do desempenho do objetivo nos próximos seis meses, haja vista o escopo de medição do único indicador atualmente a ele associado, inclusive porque processos que possam importar em perda de mandato eletivo costumam ingressar após os registros de candidaturas.

Importante salientar que, desde a implantação do Plano Estratégico 2016/2021, o objetivo vem sofrendo sucessivas alterações, especialmente pela subtração de

indicadores estratégicos e de apoio. Tantas oscilações não contribuem para uma avaliação consistente do desempenho do Tribunal em relação ao objetivo.

Nesse sentido, foi gerada a seguinte recomendação no Relatório de Auditoria nº 09/2019 (Auditoria Integrada na Justiça Eleitoral - Indicadores Estratégicos): “Priorizar a reformulação do IE 07 - Índice de combate a ilícitos eleitorais, como um todo, por meio da apresentação de nova ficha de indicador, integrada por indicadores de apoio que expressem, de forma consistente, o desempenho do Tribunal quanto à finalidade pretendida pelo objetivo estratégico ao qual está vinculado”.

Observa-se, ainda, a necessidade de identificação e sistematização de iniciativa(s) estratégica(s) para o objetivo em questão, a ser(em) inserida(s) no PDE 2020/2021, sobretudo por se tratar de objetivo priorizado. A próxima reunião do CGE, para apresentação das fichas dos projetos, está prevista para março de 2020.

Assim, considera-se como principal desafio para o primeiro semestre de 2020 a definição das diretrizes a serem seguidas pelo Tribunal em relação ao combate a ilícitos eleitorais, a fim de que sejam expressas de forma consistente no objetivo estratégico e seus indicadores.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Adequação do sistema PortalBR, utilizado no âmbito deste Regional para extração dos dados que subsidiam o cálculo dos indicadores vinculados ao objetivo em questão, a fim de que contemple funcionalidades que permitam o aprimoramento das análises e do processo decisório como, por exemplo, identificar o tempo de tramitação em cada unidade (MP, Gabinetes de relatores, etc);
2. Designação de equipe gestora do sistema PortalBR, com o objetivo de garantir a sistemática administração e supervisão da solução, considerando o exposto no item anterior;

3. Reavaliação da árvore de indicadores do Objetivo, considerando a finalidade precípua do objetivo estratégico em relação à estratégia institucional e do Poder Judiciário.

Riscos associados ao objetivo

1. Indisponibilidade de sistema que municie o Tribunal de informações sobre os entraves no processamentos dos feitos que possam importar em perda de mandato eletivo ou cassação de diploma, impactando na falta de clareza sobre as ações a serem implementadas, na morosidade desses feitos e na imagem institucional.
2. Indicadores que não expressam de forma satisfatória o que o objetivo pretende alcançar, impactando na avaliação inconsistente do desempenho do Tribunal em relação ao combate aos ilícitos eleitorais.
3. Indefinição de iniciativas para impulsionar o desempenho do objetivo estratégico, impactando na sua estagnação ou involução e, via de consequência, no resultado estratégico como um todo.

Iniciativa Estratégica relacionada

ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA APLICADA AO DIREITO, COM FOCO NOS ILÍCITOS ELEITORAIS - JURIMETRIA

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: FEVEREIRO DE 2019 - CONCLUÍDA

Resultados esperados:

O estudo teve como objetivo avaliar a possibilidade de implementar a análise de dados estatísticos processuais no Tribunal, com foco no combate aos ilícitos, considerando a realidade tecnológica da instituição, bem como a estrutura dos dados e das informações disponíveis.

ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA APLICADA AO DIREITO, COM FOCO NOS ILÍCITOS ELEITORAIS - JURIMETRIA

A conclusão apresentada pela equipe do estudo destaca que, apesar de viável, a aplicação da jurimetria deve ser precedida da implantação de um sistema de governança de dados, que consiste na “organização e implementação de políticas, procedimentos, estrutura, papéis e responsabilidades que delinham e reforçam regras de comprometimento, direitos decisórios e prestação de contas para garantir o gerenciamento apropriado dos ativos de dados”.

Os desdobramentos desta conclusão serão tratados pela Alta Gestão do Tribunal ao longo de 2019.

OE 04: FORTALECER A SEGURANÇA E A TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL

Descrição do objetivo

Assegurar o estímulo à participação dos públicos interno e externo em todas as etapas do processo eleitoral, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, para garantir a integridade e favorecer a confiabilidade do processo.

Gestor do objetivo

Gabinete da Presidência – GABPRE

Linhas de atuação

- Adequação da infraestrutura física e material para realização das eleições
- Ampliação da disseminação de informações sobre as etapas do processo eleitoral
- Ampliação do diálogo com partidos e candidatos
- Aprimoramento dos canais de comunicação interna sobre informações rela-

tivas ao processo eleitoral

- Atualização contínua do corpo funcional e dos magistrados nos temas atinentes ao processo eleitoral
- Celebração de parcerias voltadas para melhoria do processo eleitoral
- Otimização da gestão de pessoal para atendimento às demandas eleitorais
- Otimização do acesso aos dados estatísticos relativos às eleições e informações sobre campanhas eleitorais
- Planejamento participativo das eleições

Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 04:

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição	20%	DG	91,57%	28,07%
IE 10 - Índice de segurança da votação	30%	DG	80,72%	96,28%
IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral	20%	SVPCRE	91,25%	91,25%
IE 12 - Índice de promoção da transparência	30%	GABPRE	100%	98,42%

Tabela 4.2.3: Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 04

Análise de contexto

O objetivo apresentou desempenho de 82,27%, inferior ao atingido ao final de 2018 (90,78%), indicando a necessidade de atenção, decorrente principalmente do baixo percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições (16,67%) e da baixa adesão ao Plano Integrado das Eleições - PIE (7,27%).

Salienta-se que o OE 04 é um dos três objetivos prioritários para o ano de 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Das iniciativas relacionadas ao objetivo, destaca-se o “Cadastramento Biométrico dos Eleitores no Estado do Rio de Janeiro - ciclo 2019- 2020”. Ao final de 2019, dos 12.395.029 eleitores aptos no Estado do Rio de Janeiro, 7.097.180 tinham suas biometrias cadastradas (57,26%) junto à Justiça Eleitoral, quantitativo correspondente a 98,40% da meta de 58,19% estabelecida para o período. Tal resultado influenciou de forma bastante positiva o desempenho do objetivo, uma vez que ao final de 2018 o percentual de eleitores com biometria cadastrada correspondia a 18,98% do eleitorado apto do estado.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses

Destacam-se duas ações implementadas em 2019, as quais tendem a impulsionar a melhora do objetivo:

1. Ativação da gestão do dia a dia do processo “Realizar Avaliação das Eleições”, por estabelecer a sistemática de monitoramento dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições;
2. Criação da “Assessoria de Planejamento de Eleições”, por meio da Resolução TRE-RJ nº 1.118/2019, publicada em 20/12/2019, à qual competirá a coordenação da elaboração e o monitoramento do PIE, bem como a promoção das avaliações das eleições e o monitoramento dos planos de ações resultantes.

A confluência dessas duas ações guarda grande potencial para melhorar o desempenho do objetivo, uma vez que a gestão do processo eleitoral é, atualmente, o seu aspecto mais frágil.

Estima-se, ainda, o aumento de eleitores com cadastro biométrico, em virtude da conclusão dos processos revisionais ainda em curso e da possibilidade de incorporação de novo lote de dados biométricos de outros órgãos.

No entanto, não se pode perder de vista que alguns indicadores que integram o objetivo em questão são medidos somente nos anos eleitorais, sendo seus resultados reproduzidos no ano não eleitoral subsequente, a fim de permitir a comparação do desempenho do objetivo entre os anos eleitoral e não eleitoral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Elaboração de plano(s) de ação pelas unidades responsáveis pelos indicadores que apresentaram desempenho insatisfatório nas últimas eleições.
2. Reavaliação do indicador de apoio do “Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos” em confrontação com as ações consignadas no Plano Integrado das Eleições - PIE, uma vez que consoante a ficha do referido indicador, o PIE deve contemplar minimamente o conjunto de ações ali previsto.
3. Realização de reunião entre a Coordenadoria de Comunicação Social - CO-SOC e as unidades do Tribunal visando tratar do eixo de integração das unidades em relação ao Plano de Comunicação 2020.

Riscos associados ao objetivo

1. Baixo comprometimento dos gestores de indicadores com os resultados aferidos nas últimas eleições, impactando na indefinição de ações específicas para impulsionar os resultados.
2. Desalinhamento entre as diretrizes estabelecidas no Glossário de Indicadores e no PIE, impactando em equívocos de medição e/ou desempenho insatisfatório do indicador correspondente.
3. Desalinhamento entre as unidades em relação aos temas mais sensíveis ao processo eleitoral a serem abordados no Plano de Comunicação 2020, impactando na dispersão de esforços da equipe de comunicação e na baixa aderência ao plano.

Iniciativa Estratégica relacionada

CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO DOS ELEITORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CICLO 2019-2020

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: DEZEMBRO DE 2020

Resultados esperados:

Ampliação do cadastramento biométrico de forma a viabilizar o alcance da meta de que 100% do eleitorado do Estado do Rio de Janeiro esteja cadastrado biometricamente até o final de 2022, prazo ora estabelecido pela Corte Superior Eleitoral. Até o final do exercício o percentual de eleitores cadastrados era 57,26%.

- Aprimoramento e ampliação do uso dos recursos fotográficos, audiovisuais e de design
- Aprimoramento da gestão das notícias veiculadas sobre o TRE-RJ na mídia
- Aprimoramento do relacionamento com a imprensa
- Divulgação do funcionamento do processo eleitoral, das atribuições dos agentes políticos e do papel da Justiça Eleitoral
- Estabelecimento de parcerias com outros órgãos com foco na melhoria dos serviços prestados à sociedade
- Estruturação do planejamento e da gestão da comunicação externa e interna
- Estruturação dos canais de comunicação com os públicos externo e interno
- Identificação e formação de porta-vozes
- Otimização do acesso interno a dados estatísticos sobre o TRE-RJ

OE 05: APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO EXTERNO

Descrição do objetivo

Facilitar ao público externo a interlocução com o TRE-RJ, atuando de forma transparente para disseminar e estimular o acesso a informações sobre a Instituição e suas ações, a fim de promover maior participação da população nas questões de interesse público e melhoria contínua dos serviços ofertados à sociedade.

Gestor do objetivo

Gabinete da Presidência – GABPRE

Linhas de atuação

- Ampliação da troca de experiências entre o TRE-RJ e outras instituições sobre assuntos relacionados à comunicação, por meio da participação em eventos afins
- Ampliação do acesso do público externo aos julgamentos e decisões do TRE-RJ
- Ampliação do uso das redes sociais

Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 05:

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo	40%	GABPRE	70,75%	74,43%
IE 14 - Índice de gestão da comunicação	40%	COSOC	96,90%	85,89%
IE 15 - Índice de relacionamento institucional com a mídia	20%	COSOC	92,42%	97,62%

Tabela 4.2.4: Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 05

Análise de contexto

O objetivo apresentou desempenho de 83,65% no ano de 2019, similar ao atingido no ano de 2018 (85,54%). O desempenho do objetivo foi influenciado pelo IE 13 (74,43%), que foi afetado pela baixa satisfação do cliente externo com os serviços prestados pelos canais de comunicação disponibilizados pelo Tribunal (29,8%), mormente pela Internet (20,98%), seguida pela Ouvidoria (56,29%) e pela CAT (93,07%).

Outros aspectos que impactaram negativamente o objetivo foram a baixa aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo (58,58%) e o Índice de estruturação da relação institucional com a mídia (66,67%).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As duas iniciativas relacionadas abaixo foram consignadas no PDE para impulsionar o objetivo:

1. “Central de Atendimento Telefônico ao Eleitor - CAT”: a iniciativa foi concluída em abril/2019 e, tendo em vista a satisfação dos clientes externos em relação aos serviços prestados pela CAT no ano de 2019, pode ser considerada exitosa (95,36%).
2. “Estudo de Viabilidade para estruturação dos canais de comunicação do TRE-RJ com o público externo”: foi constituído um grupo de trabalho para elaboração de “Política de Comunicação” e posteriormente outro grupo de trabalho para fazer a vinculação entre os resultados do referido Estudo de Viabilidade e a Política de Comunicação. Além disso, foram publicados os seguintes normativos: a Resolução nº 1.104/2019, que dispõe sobre a Política de Comunicação Integrada do TRE-RJ e a Portaria DG nº 114/2019, compondo equipe de trabalho para realizar a vinculação entre os resultados dos Estudos de Viabilidade Técnicas dos canais de comunicação (externos e internos) e a Política de Comunicação. Os trabalhos desse último grupo ainda não foram concluídos, não sendo possível, por ora, avaliar os resultados obtidos sobre o objetivo.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses

Existe uma expectativa de facilitação de acesso dos clientes externos aos serviços prestados por meio da Internet deste Tribunal após a adesão do TRE-RJ ao Projeto “Portal da Justiça Eleitoral”, coordenado pelo TSE.

No entanto, não se pode perder de vista o potencial incremento de acessos aos serviços por meio da Internet em decorrência do período eleitoral, inclusive em razão da implantação do PJe no âmbito do primeiro grau e, em caso de insatisfação dos usuários, o aumento de reclamações junto à Ouvidoria.

Assim, considera-se como maior desafio, a imediata identificação dos fatores que ensejaram a baixa satisfação dos clientes externos e as ações preventivas e de melhoria a serem implementadas, como forma de garantir o direito dos cidadãos a um serviço de qualidade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Elaboração de plano de gerenciamento de riscos, pela área técnica, com relação à disponibilidade dos serviços prestados pelo Tribunal por meio da Internet.
2. Designação de equipe multissetorial para, sob coordenação da unidade de Comunicação Social, elaborar o Plano de Comunicação Integrada, nos termos do que prevê a Resolução nº 1.104/2019, que dispõe sobre a Política de Comunicação Integrada do TRE-RJ.
3. Apresentação pela COSOC de plano de ação para implementação dos quesitos integrantes da ficha do indicador que ainda não foram adotados integralmente.

Riscos associados ao objetivo

1. Indisponibilidade dos serviços prestados pelo Tribunal por meio da Internet, impactando na qualidade do serviço e na imagem institucional.
2. Elaboração intempestiva do Plano de Comunicação Integrada, previsto na Resolução nº 1.104/2019, que dispõe acerca da Política de Comunicação Integrada do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, impactando na

geração de resultado e análise equivocados do índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo.

3. Falta de planejamento para implantação das ações destinadas a estruturar a relação institucional com a mídia, impactando em inobservância do horizonte temporal do plano estratégico para conclusão das ações.

OE 06: ESTIMULAR O EXERCÍCIO CONSCIENTE DA CIDADANIA

Descrição do objetivo

Incentivar a reflexão crítica do cidadão sobre o voto consciente e sua participação como protagonista no processo democrático, por meio de ações socioeducativas e da ampla disseminação de informações sobre o processo e a memória eleitorais.

Gestor do objetivo

Escola Judiciária Eleitoral – EJE

Linhas de atuação

- Aperfeiçoamento da comunicação com os públicos de relacionamento (instituições de ensino, entidades acadêmicas, magistrados e servidores)
- Aperfeiçoamento e capacitação contínuos de servidores e magistrados voluntários para atuação em ações de cidadania
- Aprimoramento dos recursos de design, web design e audiovisual
- Direcionamento das ações em consonância com o público e a faixa etária
- Divulgação da memória eleitoral
- Divulgação das atribuições administrativa e jurisdicional da Justiça Eleitoral
- Divulgação de práticas qualificadas como ilícitos eleitorais
- Sensibilização quanto à importância da participação política e controle social

Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 06:

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 16 - Número de pessoas alcançadas por ações de cidadania	60%	EJE	100%	100%
IE 17 - Índice de aderência ao planejamento de ações de cidadania	40%	EJE	47,12%	43,85%

Tabela 4.2.5: Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 06

Análise de contexto

O objetivo estratégico apresentou ao final do ano de 2019 desempenho de 77,54%, resultado similar ao comparativo do ano de 2018 (78,85%). O desempenho do objetivo foi impactado principalmente pela ausência de medição do indicador relativo ao índice de aderência ao plano de ações de divulgação do processo e da memória eleitorais que pertence ao IE 17.

No entanto, é importante considerar que houve avanços, tais como:

- aumento do número de pessoas alcançadas por ações informativas sobre o processo e a memória eleitorais: no ano de 2019, foram 112.412; no ano de 2018, 81.507 pessoas.
- aumento do número de pessoas alcançadas por ações socioeducativas conduzidas por magistrados e por servidores: no ano de 2019, foram, respectivamente, 2.334 e 7.570; no ano de 2018, 1.465 e 5.166 pessoas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Publicação do Aviso GP nº 16/2019, que determinou a manifestação de todos os magistrados com atribuição eleitoral para a participação em ações de natureza socioeducativas.

2. Publicação de Edital e de Aviso para captação de novos colaboradores, conferiram maior publicidade e proporcionaram o planejamento prévio, tanto das ações, quanto da designação de palestrantes. Todas as escolas contempladas/ inscritas nos termos do edital foram atendidas.

3. Realização de reunião de alinhamento estratégico e apresentação do projeto para colaboradores mostrou-se extremamente proveitosa, no sentido de ter conferido segurança aos palestrantes, recém ingressados, uma vez que foram partilhadas experiências dos voluntários mais antigos. Ademais, ampliou-se o leque de possibilidades, tendo em vista a apresentação de diversas formas de abordagem.

4. Ampliação do quantitativo de colaboradores atuantes, fator que impactou positivamente e possibilitou a execução das ações, de forma concentrada, apenas no segundo semestre.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses

A escassez de magistrados atuantes tem dificultado o crescimento do número de alunos atendidos, sendo necessário um trabalho de sensibilização com o apoio e a influência da Direção da EJE e da Presidência do TRE-RJ.

Por outro lado, o elevado interesse das escolas em ano eleitoral favorece o campo de atuação, mas tal situação deve ser ponderada com a redução de disponibilidade dos palestrantes no mesmo período, haja vista a majoração na carga de trabalho ordinária ocasionada pelo pleito.

Por fim, persiste a necessidade de esforços para a consolidação dos dados eleitorais de todas as eleições, reforçando-se a importância da construção de um processo de trabalho para não só organizar, consolidar e disponibilizar, mas também contextualizar os dados para o público de forma fácil e acessível.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Sensibilizar os magistrados através da apresentação do projeto em um momento anterior ou posterior às reuniões atinentes as convocações dos magistrados, aproveitando-se a presença deles na Sede do TRE-RJ. Desta forma, será possível que os servidores apresentem a motivação, execução e o alcance dos resultados obtidos com a realização das ações. A sensibilização se daria também pela apresentação de fotos de eventos realizados, matérias veiculadas pela COSOC, assim como, eventuais depoimentos prestados pelos magistrados já engajados.

2. Realizar eventos ao longo dos dois semestres, espaçando-se as ações e reduzindo-se a carga horária de execução contínua, trabalhando-se em dupla sempre que possível.

3. Criar melhores possibilidades para uma atualização mais robusta do conteúdo da página dos Dados Históricos de Eleições no Rio de Janeiro, até o momento prejudicada, em razão da dedicação dos servidores destas Unidades em diversas outras atividades, a exemplo de participação em Comissões, Comitês, Projetos Estratégicos e planejamento de atividades referentes a auditoria de gestão documental.

4. Espaçar as ações ao longo dos dois semestres, com intervalo entre ações, que possibilitará maiores chances de remarcação dentro do mesmo mês, permitindo um melhor cumprimento do planejamento previamente efetuado.

5. Elaborar e publicar o plano de ação de divulgação do processo e da memória eleitorais para que seja possível a verificação do cumprimento quanto ao cronograma de ações. Dessa forma, pretende-se iniciar a medição do indicador de índice de aderência do plano, que terá impacto significativo no desempenho do objetivo.

Riscos associados ao objetivo

Com relação à realização de ações socioeducativas, verificam-se os seguintes riscos:

- nos recessos escolares e período de provas, mostrou-se prejudicial no que tange ao quantitativo e ao envolvimento dos alunos, recomendando-se a não execução nesses períodos.
- palestras consecutivas nos períodos da manhã e tarde devem ser feitas com a participação de ao menos dois palestrantes, sob pena de queda qualitativa na condução da ação.

Outra questão observada foi que a manutenção e atualização de dados históricos encontra-se prejudicada pela dedicação concomitante dos servidores responsáveis pela área a atividades diversas - participação em comissões, comitês, projetos estratégicos, atividades de auditoria e gestão documental - sendo necessário o enfrentamento desta problemática identificada, sob risco de prejuízo à continuidade na prestação dessas informações ou até mesmo do conteúdo veiculado.

Iniciativa Estratégica relacionada

ESTUDO DE VIABILIDADE PARA REESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: NOVEMBRO DE 2019 - CONCLUÍDA

Resultados esperados:

A proposta da iniciativa é repensar o planejamento das ações socioeducativas realizadas pelo Tribunal no que se refere à promoção do exercício consciente da cidadania. Objetiva-se buscar novas maneiras de despertar a responsabilidade social em servidores, magistrados e colaboradores, estudando formas de incentivar a atuação social dos servidores e dos magistrados através de medidas institucionais e ainda verificando a possibilidade de incluir temas eleitorais e de cidadania nas ações escolares. Desta forma, espera-se conseguir abarcar um maior número de pessoas e caminhando no sentido do alcance da visão de futuro do TRE-RJ no que tange a promoção do exercício consciente da cidadania.

OE 07: DESENVOLVER A GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS (PRIORIZADO EM 2019)

Descrição do objetivo

Desenvolver o potencial humano do TRE-RJ, buscando garantir a motivação, a capacitação e valorização do corpo funcional, bem como contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos, com ênfase na gestão participativa, na gestão por competências e na melhoria do clima organizacional.

Gestor do objetivo

Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

Linhas de atuação

- Alinhamento do Plano de Capacitação Anual à estratégia institucional
- Aprimoramento da comunicação interna
- Atualização contínua de magistrados
- Desenvolvimento das competências
- Desenvolvimento das lideranças
- Desenvolvimento de Política de Gestão de Pessoas
- Estímulo à gestão participativa
- Gestão do Clima Organizacional
- Redimensionamento da estrutura funcional

Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 07:

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 18 - Índice de desenvolvimento das competências	20%	CDESC	61,95%	50%

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 19 - Índice de desenvolvimento da liderança	30%	CDESC	93,66%	30,64%
IE 20 - Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional	30%	CSINT	40,29%	53,60%
IE 21 - Índice de gestão participativa	20%	GABSGP	Suspenso	Suspenso

Tabela 4.2.6: Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 07

Análise de contexto

O objetivo apresentou significativa queda de desempenho, passando de 65,72% no ano de 2018 para 44,09% em 2019. Os três indicadores estratégicos ativos vinculados ao objetivo apresentaram desempenho insatisfatório – IE 18, IE 19 e IE 20.

Verifica-se grande dificuldade da SGP em implantar as ferramentas de gestão de pessoas previstas no Plano Estratégico. Há que se confirmar a hipótese de que essa dificuldade possa ser decorrente, além da falta de efetividade da própria SGP em virtude dos problemas apresentados nas análises dos indicadores, da barreira cultural relativa à resistência à mudança, bem como da implantação estritamente técnica das novas ferramentas, não se incluindo ações com vistas à introdução de referenciais comportamentais condizentes com os preceitos nelas envolvidos. É de fundamental importância ressaltar que ações de gestão de pessoas são, por sua natureza, de grande complexidade e, equivocadamente, via de regra, não são vistas como responsabilidade de todos os gestores do Tribunal, mas apenas da SGP.

Esses fatores afetam a adesão dos gestores e servidores da organização às iniciativas promovidas pela SGP, dificultando ainda mais a implantação das ferramentas de gestão de pessoas, gerando, portanto, um círculo vicioso.

De fato, a responsabilidade pelo insucesso da implementação das políticas de gestão de pessoas recai sobre a SGP, ainda que os desafios a serem enfrentados se estendam para muito além do campo de atuação do setor.

Enquanto que, internamente, verifica-se grande necessidade de capacitação da equipe no sentido de se qualificarem para promover a renovação da gestão, melhoria e automação dos processos de trabalho e de introdução de uma política de gestão do conhecimento na área, externamente, pode-se falar na necessidade de coordenação de esforços para as questões de gestão de pessoas em todos os níveis da instituição.

Esta análise de contexto diz respeito aos fatores que exercem influência sobre a efetividade da implantação das ações de gestão de pessoas previstas no Plano Estratégico. Pode-se verificar, diante do rol de ações realizadas que segue, o grande esforço realizado pela unidade nas áreas de governança, estrutura, estratégia e eleições, bem como para o atendimento das unidades de controle. No entanto, estas ações não vêm tendo impacto no desempenho estratégico, motivo pelo qual é necessário avaliar, além dos problemas de natureza técnica que vêm causando este baixo desempenho, as contingências de natureza contextual e cultural, bem como os critérios de priorização adotados pela Secretaria.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI para elaboração do Banco de Voluntários de servidores, em formato customizado e com maior autonomia gerencial pela unidade responsável - entrega em adiantado estágio de desenvolvimento – Avaliação das Eleições;
2. Seis palestras de preparação dos gestores e servidores lotados na sede para o 1º Ciclo de Aprimoramento de Competências, estando previstos, no curso do primeiro quadrimestre de 2020, encontros presenciais com os servidores lotados nos Cartórios Eleitorais – Plano Estratégico;

3. 1ª Reunião do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, que deliberou sobre a necessidade de elaboração de Plano de Ação de Gestão de Pessoas 2020-2021, alinhado ao Plano Estratégico 2016-2021;

4. Lançamento do novo Portal da SGP e da ferramenta “Fale com a SGP”;

5. Lançamento do Mural de Redistribuição e Remoção por Permuta no Portal da SGP;

6. Realização da Pesquisa de Clima 2019 – Plano Estratégico;

7. Validação do Plano de ação de Pessoas da área de TIC - aplicação da Res. CNJ nº 211/2015 e definição do respectivo cronograma;

8. Capacitação das unidades da SGP em metodologia ágil;

9. Conclusão da fase quantitativa do Dimensionamento da Força de Trabalho, encontrando-se a qualitativa em etapa final – Iniciativa Estratégica PDE; e

10. Utilização de software de gerenciamento de demandas e organização das atividades da SGP.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses

A SGP apresentou queda do desempenho estratégico, com tendência de piora, sobretudo pelo fato de o volume de demanda ser incompatível com atual forma de trabalho, que necessita ser repensada sob a perspectiva da automatização e aprimoramento na priorização de entregas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Há previsão de melhoria do desempenho do OE 07 com a implementação das seguintes medidas:

1. Repensar os processos e automatizar atividades com a finalidade de potencializar a força de trabalho disponível.

2. Organizar e priorizar as demandas, com foco dos esforços em maior alinhamento estratégico com as unidades da SGP responsáveis por melhorias, projetos e planos de ação.

3. Aplicar a metodologia ágil que admite que a demanda é maior que a capacidade de entrega e traz agilidade/adaptabilidade à equipe. Traz foco no valor com ciclos curtos e melhoria contínua (capacitação de 5 unidades da Secretaria prevista para o 1º semestre/2020).

4. Utilizar a ferramenta Trello para auxiliar na priorização das atividades.

Riscos associados ao objetivo

Ainda que de difícil cálculo de probabilidade e impacto, os problemas relacionados aos processos de trabalho, à falta de automação e às dificuldades de planejamento e priorização colocam em risco a eficiência da Secretaria que, em virtude da alta demanda operacional, subutiliza sua força de trabalho para as iniciativas estratégicas.

O risco de demandas supervenientes se sobrepondo àquelas priorizadas concretizou-se no final do exercício. Apesar de os esforços terem sido aplicados em iniciativas importantes, a força de trabalho foi em grande parte absorvida para questões operacionais ou demais questões supervenientes, em detrimento daquelas estratégicas. Faz-se necessário o aprimoramento do planejamento e da priorização das entregas da Secretaria. O risco atual é que, se não conseguir aplicar uma dinâmica ágil ao trabalho, com eficientes critérios de priorização, pode acontecer novamente.

Iniciativa Estratégica relacionada

REDESENHO ORGANIZACIONAL E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT) DAS UNIDADES DA SEDE DO TRIBUNAL

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: JANEIRO DE 2019 - CONCLUÍDA

Resultados esperados:

A iniciativa contemplou um estudo da estrutura organizacional e do dimensionamento da força de trabalho das unidades da sede do TRE-RJ, a fim de adequar o desenho da referida estrutura, a distribuição de atribuições e o dimensionamento da força de trabalho à estratégia do Tribunal, a exemplo do que foi realizado com os Cartórios Eleitorais. O correspondente redimensionamento da força de trabalho pretende propiciar vantagens para toda estrutura organizacional da Secretaria do Tribunal, considerando que uma distribuição mais adequada dos servidores impactará diretamente na produtividade das áreas, refletindo em maior agilidade nos trâmites administrativos e/ou processuais, assim como na viabilização de implementação de melhorias. Foi apresentada minuta de Resolução com proposta para nova estrutura organizacional. A implementação da nova estrutura ocorrerá ao longo de 2019, após aprovação da minuta apresentada.

DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO DAS UNIDADES DO TRE-RJ

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: MAIO DE 2020

Resultados esperados:

Busca-se aprimorar o que foi conseguido com as informações obtidas no primeiro ciclo de avaliação da força de trabalho, a partir da iniciativa Redesenho Organizacional - DFT, concluída em 2019. Espera-se incrementos na gestão da força de trabalho do Tribunal, com a utilização de metodologia fornecida pela UnB e adotada pelo TSE como referência nacional, onde a criação de uma cultura orientada a dados é de vital importância para a Administração e para a tomada de decisões gerenciais. Pretende-se calcular o custo do trabalho da Justiça Eleitoral entregue à sociedade, bem como a quantidade de força de trabalho adequada para o desempenho otimizado dos processos de trabalho e atividades indispensáveis ao pleno funcionamento da instituição.

IMPLANTAÇÃO DOS EXAMES PERIÓDICOS DE SAÚDE – EPS PILOTO SGP

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: ABRIL DE 2019 - CONCLUÍDA

Resultados esperados:

Realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS) da força de trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas, a fim de avaliar os desafios e oportunidades da implantação do EPS em toda a instituição. O EPS terá uma abordagem multiprofissional, sendo realizado pela equipe de saúde da SEAMES, abrangendo a Medicina, a Odontologia, a Enfermagem e o Serviço Social, considerando o entendimento sobre saúde como um processo multifatorial complexo. Por se tratar de uma avaliação da saúde na sua relação com o trabalho e, sendo o aspecto laboral o seu enfoque, pretende-se identificar fatores, no âmbito do trabalho, que possam influenciar a condição de saúde dos servidores.

O EPS visa, portanto, subsidiar a tomada de decisão dos gestores no sentido de promover a saúde e segurança, bem como controlar ou erradicar os fatores nocivos no trabalho.

Com a realização deste piloto, no qual uma das entregas será o plano de implantação dos EPS em toda a instituição, este Regional promove um melhor alinhamento às diretrizes constantes da Resolução nº 207/15 do CNJ

A ampliação da implementação dos exames periódicos para toda instituição se iniciará ainda em 2019, e, além dos benefícios já citados, acredita-se que também terá impacto positivo no Clima Organizacional.

OE 08: FORTALECER A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL (PRIORIZADO EM 2019)

Descrição do objetivo

Aperfeiçoar os mecanismos de liderança, estratégia e controle, demonstrando, de forma transparente, a integridade de todas as ações institucionais e reforçando o compromisso com os valores éticos, com o cumprimento das normas externas e diretrizes internas, com o alinhamento às necessidades e expectativas das partes interessadas e com a prevenção e correção de quaisquer desvios ou inconformidades, a fim de assegurar a devida gestão dos interesses e dos bens públicos.

Gestor do objetivo

Gabinete da Presidência – GABPRE

Linhas de atuação

- Aprimoramento da função de auditoria interna
- Definição e divulgação dos padrões de conduta ética a serem observados pelos agentes
- Estabelecimento de mecanismos de controle para assegurar a atuação dos agentes em consonância com os padrões de conduta ética
- Estabelecimento e divulgação do sistema de governança da instituição
- Estruturação do modelo de avaliação de desempenho das instâncias internas de governança
- Identificação e desenvolvimento das competências das instâncias internas de governança
- Implantação do modelo de gestão de riscos e controles internos
- Institucionalização de modelo de gestão da estratégia
- Transparência da gestão

Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 08:

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança	40%	GABPRE	54,76%	97,45%
IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia	30%	CPLAN	55,11%	87,85%
IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle	30%	SCA	75,26%	88,24%

Tabela 4.2.7: Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 08

Análise de contexto

Com desempenho de 91,81% ao final de 2019, o objetivo apresentou o melhor desempenho de toda a série histórica do ciclo estratégico 2016/2021. Tal resultado merece destaque especial em razão da contínua evolução ao longo do exercício, que culminou com o incremento de 30,8% em relação ao desempenho de 61,01% obtido em 2018.

Deve-se destacar que nos anos de 2018 e 2019 o objetivo OE 08 foi considerado como “prioritário” pelo Comitê de Gestão da Estratégia do TRE-RJ, fator ao qual se pode atribuir o êxito alcançado.

Apesar do ótimo resultado, ainda existe uma lacuna que pode ser trabalhada em relação aos mecanismos de estratégia e controle. Quanto ao primeiro, observa-se que as Reuniões de Análise da Estratégia e as Reuniões de Análise Crítica não foram realizadas em conformidade com os respectivos cronogramas. Quanto ao segundo, registram-se problemas no monitoramento de processos críticos e, ainda, inobservância dos prazos de conclusão das recomendações exaradas pela unidade de controle e auditoria.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Das ações relacionadas ao objetivo, destaca-se a “Estruturação do Sistema de Governança do TRE-RJ”, consignada no Plano Diretor da Estratégia e alinhada com os IE 22 e IE 24.

Os produtos gerados pela iniciativa acima, a seguir relacionados, influenciaram diretamente o desempenho do objetivo:

- Resolução nº 1.101/2019, em 29/07/2019, que dispõe sobre a Política de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ;
- Manual de Gerenciamento de Riscos, em outubro de 2019;
- Resolução nº 1.119/2019, em 20/12/2019, que dispõe sobre o Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses

Estima-se a melhora de desempenho do objetivo em razão dos seguintes fatores:

- Publicação da regulamentação da composição e do funcionamento do Conselho Permanente de Ética do TRE-RJ, por meio do Ato GP nº 256/2019, em 03/06/2019, e da designação de seus membros por meio do Ato GP nº 409/2019, em 11/09/2019, o que viabilizará a elaboração do plano de trabalho anual voltado para a divulgação e promoção da prática de comportamentos e valores éticos e no gerenciamento da avaliação de resultados desta gestão, a teor do previsto no inciso II do art. 14 da Resolução nº 948/2016, que institui o Código de Ética deste Tribunal. Tal fator tende a impulsionar o desempenho do indicador de apoio IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos / IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança.
- Publicação antecipada, no Portal da Estratégia, do cronograma de realização das quatro RAEs no ano de 2020, considerando os prazos estipulados pela legislação vigente no Tribunal. Tal fator tende a impulsionar o desempenho do IA 63 - Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia / IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Formular consulta, pela Presidência, ao Conselho Permanente de Ética do TRE-RJ, acerca das ações que vêm sendo implementadas e prazo para apresentação do plano de ação previsto no inciso II do art. 14 da Resolução nº 948/2016.
- Elaborar planos de ação para implementação dos quesitos integrantes das fichas dos indicadores relacionados ao índice de estruturação do sistema de governança e ao da gestão de riscos e controles internos, ainda não adotados integralmente.
- Elaborar plano de ação que tenha por objetivo assegurar a realização de, ao menos, três monitoramentos de 100% dos processos críticos até o final de 2021.

- Comunicar ao gestor e ao analista do processo “Realizar Avaliação das Eleições” sobre a necessidade de sistematizar a gestão do dia a dia do referido processo.
- Designar equipe gestora do sistema PortalBR, com o objetivo de garantir a sistemática administração e supervisão da solução, em observância aos parâmetros estabelecidos pelo CNJ, TSE e Plano Estratégico deste Tribunal.
- Implementação da revisão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos e elaboração de “Manual do Gerente de Projeto”.

Riscos associados ao objetivo

- Inobservância do disposto no inciso II do art. 14 da Res. nº 948/2016, que estabelece a seguinte competência ao Conselho Permanente de Ética: “elaborar plano de trabalho anual, envolvendo, se for o caso, unidades do Tribunal, objetivando criar eficiente sistema de gestão da ética, que consistirá na divulgação e promoção da prática de comportamentos e valores éticos e no gerenciamento da avaliação e de resultados desta gestão”, impactando na baixa disseminação ou desconhecimento do código de ética pelas partes interessadas.
- Falta de planejamento para implantação das ações destinadas a estruturar o sistema de governança e a gestão de riscos e controles internos, impactando em inobservância do horizonte temporal do plano estratégico para conclusão das ações.
- Falta de planejamento para assegurar que 100% dos processos críticos tenham passado por, ao menos, três monitoramentos até o final de 2021, impactando no desempenho da estratégia institucional.
- Inobservância da periodicidade de monitoramento dos processos críticos que estão na gestão do dia a dia, impactando no desempenho da estratégia institucional.
- Baixa confiabilidade dos dados que subsidiam o cálculo do indicador referente ao índice de conformidade dos cartórios, com efeito sobre o processo decisório que busca a eficiência nos trabalhos cartorários.

Iniciativa Estratégica relacionada

ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA DO TRE-RJ

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: DEZEMBRO DE 2019 - CONCLUÍDA

Resultados esperados:

A iniciativa estratégica contemplou a capacitação dos gestores em governança pública e gestão de riscos, promovendo um nivelamento dos conhecimentos dos atores deste processo, avaliando também as políticas e práticas que possibilitem o aperfeiçoamento da Governança Corporativa Pública no TRE-RJ.

Destacam-se como principais resultados: o estabelecimento normativo do sistema de governança e gestão institucional do TRE-RJ, por meio da aprovação e publicação, em 20/12/2019, da política contida na Resolução TRE-RJ 1119/2019, instrumento no qual foram formalizados os princípios, diretrizes, funções e mecanismos que nortearão a governança institucional, identificadas ainda as partes interessadas e as instâncias internas e externas de governança e de apoio à governança do TRE-RJ; a publicação em 29/07/2019 da Política de Gerenciamento de Riscos (Resolução TRE-RJ 1101/2019) e a aprovação, em 17/10/2019, do Manual de Gerenciamento de Riscos.

OE 09: APRIMORAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO TRE-RJ (PRIORIZADO EM 2019)

Descrição do objetivo

Adequar a infraestrutura do TRE-RJ às condições necessárias para o desenvolvimento das atividades eleitorais, observando-se critérios de acessibilidade, sustentabilidade, saúde e segurança, bem como a adoção de práticas para maior eficiência no controle e na gestão dos recursos.

Gestor do objetivo

Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais – SSG

Linhas de atuação

- Acessibilidade das instalações
- Adequação das instalações aos trabalhos e serviços prestados
- Definição de política de uso de imóveis
- Eficiência na gestão orçamentária de infraestrutura
- Estruturação da gestão imobiliária
- Otimização da gestão dos serviços relacionados à infraestrutura
- Padronização mobiliária e imobiliária
- Segurança das instalações

Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 09:

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura	20%	COENG	83,33%	96,18%
IE 26 - Índice de eficiência da gestão da infraestrutura imobiliária	20%	SSG	69,44%	57,74%
IE 27 - Índice de atendimento às demandas de serviços	20%	SSG	97,79%	91,11%
IE 28 - Índice de satisfação do cliente externo com relação à infraestrutura	40%	COENG	89,84%	100,00%

Tabela 4.2.8: Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 09

Análise de contexto

Observa-se uma pequena melhora no desempenho do objetivo, tendo seu percentual de alcance passado de 86,05%, em 2018, para 89,01%, em 2019, devido à favorável medição do IE 28, com a aplicação tempestiva da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo.

Fator que prejudicou a performance do objetivo foi o baixo desempenho do IE 26

(57,74%), impactado pelo resultado insatisfatório de dois indicadores de apoio, quais sejam, o cálculo zerado do indicador de apoio do índice de execução do plano de obras, que mesmo após recente revisão apresentou problemas em sua medição e o baixo percentual de alcance do indicador de índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações, para o qual já foram identificadas melhorias na forma de medição e de interpretação, que serão apresentadas na próxima Reunião de Análise da Estratégia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Dentre as principais ações realizadas, destacam-se as duas relacionadas abaixo:

1. Publicação da Resolução TRE nº 1.063/18, que regulamentou os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar as instalações do TRE-RJ.
2. Término das adaptações e das manutenções de apoio aos trinta e cinco locais destinados à realização do Projeto de biometria obrigatória em Municípios da Região Metropolitana e Interior do Estado.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses

Há previsão de considerável melhora do desempenho do OE 09, devido à tendência de melhor resultado de dois indicadores de apoio vinculados ao IE 26: o histórico negativo apresentado pelo Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações será solucionado com a reformulação do indicador, e será viabilizada a medição do Índice de execução do plano de obras junto à unidade responsável.

Cabe destacar ainda que está em fase final de negociação a transferência de cinco Cartórios Eleitorais para o primeiro trimestre de 2020, sendo quatro no bairro de Campo Grande para o West Shopping e um no Município de Itaguaí

para o Shopping Patio Mix.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A entrega final do projeto estratégico “Diagnóstico das instalações prediais nos imóveis ocupados pelo TRE-RJ” contribuirá para melhor tomada de decisão quanto à transferência de imóveis e melhor planejamento de manutenções preventivas, otimizando a utilização de recursos.

Pretende-se também manter a política de concentração da estrutura imobiliária, que busca melhores condições para os servidores e usuários e simplificação dos processos de trabalho direcionados à manutenção desta estrutura.

Riscos associados ao objetivo

O principal risco relacionado ao objetivo deve-se ao alto volume de demandas nas unidades operacionais decorrentes do período eleitoral no ano de 2020, necessitando de uma gestão atenta, visando a otimização dos recursos disponíveis.

Iniciativa Estratégica relacionada

MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO NÚCLEO ADMINISTRATIVO DO TRE-RJ

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: FEVEREIRO DE 2021

Resultados esperados:

Elaboração de projeto básico e executivo visando à contratação de serviços destinados à implantação de novas instalações elétricas do Núcleo administrativo do Caju – NUAD, promovendo um incremento na segurança nas instalações, maior disponibilidade do sistema elétrico, redução das falhas e um correto enquadramento tarifário, gerando, inclusive, a possibilidade de economia de recursos, contribuindo para a otimização de custos do Tribunal.

SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO NA SEDE DO TRE-RJ

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: FEVEREIRO DE 2022

Resultados esperados:

Contratação de projeto de instalação de sistema de prevenção e combate a incêndio e contratação de empresa para implantar o sistema de prevenção e combate a incêndio nos prédios que abrigam a Sede do TRE-RJ.

Ao final da iniciativa espera-se ter os Edifícios-sede totalmente adequados à legislação pertinente, garantindo um ambiente de trabalho mais seguro para seus usuários.

IMPLANTAÇÃO DE CFTV

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: 2020

Resultados esperados:

Aquisição e instalação de equipamentos de circuito interno de monitoramento por câmeras (CFTV) nos imóveis que abrigam a Justiça Eleitoral fluminense. O projeto contempla os imóveis da Sede, do Depósito de Urnas Eletrônicas (Rodrigues Alves) e ainda das unidades que abrigam os polos permanentes de urnas eletrônicas. Espera-se como resultado desta iniciativa uma elevação no nível de segurança, pela ampliação dos mecanismos de controle e monitoramento sobre instalações, acervo patrimonial e fluxo de pessoas. O projeto básico de implantação de circuito interno de monitoramento por câmeras será desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado com aquele órgão do Poder Judiciário.

OE 10: APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA E A GOVERNANÇA DE TIC

Descrição do objetivo

Integrar, incrementar e modernizar soluções e estruturar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, tendo como premissas a otimização dos recursos, o uso de tecnologia limpa e o aproveitamento das boas práticas institucionais, garantindo confiabilidade, integridade, disponibilidade e acesso às informações, aos serviços e aos sistemas essenciais do TRE-RJ.

Gestor do objetivo

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Linhas de atuação

- Ampliação da adoção de critérios sustentáveis na aquisição de bens e serviços de TIC
- Ampliação do descarte ecologicamente correto dos resíduos de cartuchos, toners e fotocondutores
- Aprimoramento do processo de gestão orçamentária de TIC
- Estabelecimento de critérios para priorização das solicitações de desenvolvimento de sistemas e automação de rotinas
- Estabelecimento de Acordos de Nível de Serviço junto aos usuários de TIC
- Estabelecimento do processo de configuração e gerenciamento de ativos
- Integração, padronização e usabilidade das soluções de TIC
- Melhoria da infraestrutura física de suporte aos serviços
- Nivelamento da infraestrutura para padronização de sistemas e equipamentos
- Promoção da disseminação de informações relativas às ações e iniciativas de TIC
- Promoção da Governança de TIC
- Promoção do desenvolvimento das competências em Governança de TIC
- Utilização de boas práticas no desenvolvimento, implantação e uso de soluções de TIC

Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 10:

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 29 - Índice de governança em TIC	30%	STI	90,41%	91,11%
IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos	20%	COLOG	98,81%	94,05%
IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC	30%	COINF	99,90%	98,88%
IE 32 - Índice de modernização das soluções	20%	CSCOR	100%	95,79%

Tabela 4.2.9: Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 10

Análise de contexto

O desempenho do objetivo alcançou 94,97% no ano de 2019, o que representa uma pequena variação do resultado de 2018 que foi de 96,85%. Destaca-se que o IE 29 foi o que apresentou o resultado mais baixo, porém ainda dentro da margem considerada satisfatória (acima de 90% de desempenho).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Chegada de dois novos servidores concursados, o que contribuiu bastante, uma vez que se adaptaram rapidamente e já estão produzindo resultados.
2. Consolidação do funcionamento da ferramenta de BI também possibilitou a entrega de diversas aplicações de Business Intelligence - BI. A ferramenta adquirida (Qlik) e a dedicação da equipe em dominá-la, bem como o auxílio da consultoria contratada, gerou agilidade na entrega de diversas demandas de BI para o TRE-RJ e o fato de as unidades envolvidas com o indicador terem iniciado reuniões semanais de alinhamento das atividades levou a uma melhora de performance.

3. Licitações de novos contratos para substituir os contratos de comunicação de dados com unidades remotas e de acesso à Internet foram bem sucedidas e os contratos já foram iniciados. Nos dois casos houve um ganho de performance e no contrato de comunicação de dados com as unidades remotas houve uma significativa redução de custos, que permitirá melhoria da performance e suprir as necessidades de comunicação de dados para a eleição, assim como eventual antecipação/ampliação de outros projetos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses

O desempenho do objetivo não deverá variar significativamente nos próximos meses, uma vez que as melhorias previstas acabarão por ser absorvidas pelo aumento previsto das metas de cada indicador estratégico associado. No entanto, alguns indicadores poderão não apresentar nenhuma variação em razão da necessidade de intervenção das equipes no desenvolvimento de tarefas relacionadas ao fechamento do cadastro e à eleição. Eventuais necessidades de replanejamento decorrentes de atrasos nas contratações para as eleições (tanto do TSE quanto do TRE) deverão aumentar o impacto nos serviços desenvolvidos pela STI, dificultando a implementação de possíveis melhorias em todos os indicadores relacionados ao objetivo. O atraso na licitação das urnas eletrônicas já deverá envolver diversas áreas da STI devido à necessidade de levantamento de dados para replanejar as agregações, distribuição de equipamentos nos polos, preparação da infraestrutura dos polos e cartórios etc.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A execução do plano de ação que está sendo desenvolvido pela SGP em conjunto com a STI para atendimento dos requisitos da Resolução CNJ nº 211 relacionados à gestão de pessoas em TIC deverá trazer ganho, não somente nos indicadores diretamente relacionados à governança, transparência e gestão de TIC, como nos projetos que envolvem TI, uma vez que deverá haver um reforço nas equipes de TI e melhorias em processos internos que deverão gerar mais agilidade e capacidade de atendimento.

Riscos associados ao objetivo

1. Atraso na contratação de prestação de serviços de suporte à infraestrutura, um dos principais contratos que dá suporte direto ao IE 30 e ao IE 31. Esta contratação deve ser acompanhada com especial atenção em razão de sua relevância para o serviço, dos prazos, da complexidade e das novidades apresentadas (contratação regionalizada para o suporte e novas tecnologias para os demais). O atraso na contratação acarretará em descontinuidade do serviço, aumentando a demanda sobre a área de TI. Até mesmo a contratação no prazo já deverá trazer algumas dificuldades decorrentes de possível troca da força de trabalho que executa os serviços, os quais demandam familiaridade com o ambiente do TRE-RJ, além das ocorrências normais decorrentes de uma eventual troca de contratada. Novas empresas contratadas ou novas implementações de tecnologias certamente terão efeito na qualidade/presteza dos serviços em um primeiro momento, podendo afetar negativamente os indicadores. O cenário de cortes orçamentários também deve trazer impacto negativo para esses indicadores em futuro próximo, seja decorrente de menor reposição/atualização de equipamentos, seja pela redução na mão de obra contratada para suporte.

2. Mutirões para atender a demandas não previstas ou outras situações extraordinárias.

3. Realização de plantões para atender a diversas situações como eleições suplementares, revisões biométricas etc. afeta a disponibilidade das equipes em razão da necessidade de fruição das compensações, reduzindo as equipes disponíveis especialmente nas áreas relacionadas à manutenção da infraestrutura, que já contam com equipes muito reduzidas e demandam conhecimentos específicos e especialização em diversas áreas.

4. Força de trabalho reduzida para fazer frente às diversas novas demandas e à crescente complexidade que têm sido apresentadas à área de TI é um fator que pressiona de maneira negativa o desenvolvimento de ações para alcance das metas.

5. O principal risco relacionado ao IE 31 continua sendo relativo à infraestrutura física do Data Center, que há muito tempo vem trabalhando no limite, pois os sistemas que o compõem (refrigeração, segurança, elétrico etc.) estão defasados, inadequados e sobrecarregados. A estratégia de mitigação, ou seja, o projeto Modernização do Data Center, continua tendo andamento, porém dificuldades na contratação do reforço estrutural da sala prevista para abrigar o Data Center trazem prejuízo ao andamento do projeto e necessitam ser tratadas o quanto antes.

Iniciativa Estratégica relacionada

MODERNIZAÇÃO DO DATA CENTER

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: NOVEMBRO DE 2020

Resultados esperados:

A iniciativa contempla a avaliação estrutural do térreo do Edifício Sede, a contratação de empresa para elaboração de projeto de reforço estrutural do pavimento que receberá o novo Data Center, a contratação de consultoria para a definição da solução de Data Center necessária ao Tribunal e de empresa para execução/implementação da modernização do Data Center.

O Data Center Modernizado e em operação garantirá um ambiente adequado ao processamento de informações e dados diversos, além do abrigo de servidores e sistemas de armazenamento de dados (storages) e ativos de rede (switches, roteadores), que garantam a infraestrutura necessária à disponibilidade dos sistemas e softwares utilizados por este Tribunal.

REDE PRIVADA VIRTUAL - VPN

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: JANEIRO DE 2021

Resultados esperados:

A iniciativa consiste na implantação de solução de segurança, compreendendo equipamentos, licenças de software e serviços, bem como circuitos de dados utilizando tecnologia de banda larga, para conexão das unidades remotas da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro à internet por meio de Rede Privada Virtual. O objetivo é dotar todas as unidades da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro de 2 (dois) acessos de comunicação de dados com equipamento do tipo Firewall em cada unidade, permitindo que estes usuários possam trafegar dados com maior segurança.

Espera-se otimizar a comunicação e tráfego de dados entre as unidades do Tribunal, essa infra instalada mostra-se necessária também para expansão de serviços à sociedade, como por exemplo as ações da Justiça Eleitoral Itinerante.

IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTA DE INTELIGÊNCIA E DE EXPLORAÇÃO DE DADOS - BI

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: SETEMBRO DE 2019 - CONCLUÍDA

Resultados esperados:

A iniciativa objetivou a implantação de Solução de Inteligência de Negócios (BI - Business Intelligence), para visualização e descoberta de dados com capacidade de auto-atendimento (self-service BI), que permita extração, transformação e carga de dados (ETL), bem como a geração de gráficos analíticos, painéis (dashboards) e relatórios para apoio à tomada de decisões, acompanhada de serviços de instalação e configuração, de suporte técnico e manutenção de software com garantia de atualização tecnológica, treinamento e consultoria. A ferramenta já foi adquirida e está sendo gradativamente implementada em todos o Tribunal.

A expectativa é que haja um aprimoramento da disponibilização de informações relevantes aos usuários internos do TRE-RJ, viabilizando a obtenção de métricas, resultados comparativos e indicadores que auxiliem na tomada de decisão, e ainda para o público externo, de modo a facilitar o atendimento à Lei de Acesso à Informação, contribuindo também para o desempenho do objetivo estratégico "Aprimorar a comunicação com o público externo".

OE 11: APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E DE CUSTOS

Descrição do objetivo

Planejar e gerir o orçamento de forma integrada, transparente e alinhada à estratégia, primando pela otimização de custos, a fim de assegurar recursos tempestivos e suficientes para o aprimoramento contínuo das atividades desempenhadas pelo TRE-RJ.

Gestor do objetivo

Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF

Linhas de atuação

- Disseminação de conhecimentos sobre orçamento público
- Processo orçamentário participativo
- Racionalização dos custos
- Transparência do processo orçamentário

Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 11:

INDICADORES ESTRATÉGICOS	PESO	GESTOR	2018	2019
IE 33 - Índice de eficiência da gestão orçamentária	20%	CORÇA	97,01%	98,71%
IE 34 - Custo de manutenção da estrutura	40%	COFIN	76,64%	82,58%
IE 35 - Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia	40%	CPLAN	81,19%	36,48%

Tabela 4.2. 10: Desempenho dos Indicadores Estratégicos relacionados ao OE 11

Análise de contexto

O objetivo apresentou queda de desempenho, registrando ao final de 2019 o índice de 67,37%, inferior ao atingido ao final de 2018 (85,70%). Verificou-se que o resultado foi impactado pelo aumento do peso do IE 35, que teve um desempenho baixo (36,48%). O IE 34 teve um desempenho de atenção, alcançando o índice de 82,58% em 2019, mas com crescimento de 5,94 pontos percentuais de atingimento da meta, em relação ao ano anterior.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Antecipação de pagamentos parciais do mês de dezembro, com o objetivo de aprimorar a execução orçamentária e financeira e minimizar valores inscritos em Restos a Pagar (IN 05/2019).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses

O principal desafio é a melhoria no processo de planejamento e gestão de projetos de iniciativas estratégicas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Dar continuidade ao trabalho iniciado em conjunto entre a área de projetos da CPLAN e a SOF, tanto para estabelecer diretrizes para o preenchimento das variáveis quanto para promover melhorias na elaboração dos orçamentos destinados às iniciativas estratégicas e no seu controle.

Riscos associados ao objetivo

1. A inexecução impacta negativamente no orçamento futuro, trazendo a exposição da Instituição aos riscos de limitação de pagamento determinado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, em função de montante a ser inscrito em Restos a Pagar.

2. Descrédito junto ao TSE na implementação de ações/iniciativas estratégicas, limitando futuros orçamentos para tais fins.

Iniciativa Estratégica relacionada

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEII

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: ABRIL DE 2019 - CONCLUÍDA

Resultados esperados:

A iniciativa consistiu na implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEII), desenvolvido pelo TRF-4ª Região e adotado pelo TSE, em todas as unidades administrativas do Tribunal, contemplou também ampla capacitação dos servidores para utilização da ferramenta.

A implantação do SEII traz grande avanço para o Tribunal, indo ao encontro da necessidade de ter mais celeridade e transparência nos processos administrativos, promovendo maior eficiência administrativa e melhoria dos processos de trabalho.

A utilização da ferramenta importa também na libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e implementa o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real, grandes mudanças na cultura organizacional.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO SEII - FASE 2

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: DEZEMBRO 2020

Resultados esperados:

Aprimoramento e ampliação dos tipos de processos e documentos administrativos abrangidos durante o primeiro ciclo de implantação do SEI. Desenvolvimento de competências de servidores relacionadas à produção digital de processos e documentos administrativos eficazes. Melhoria de desempenho nos relatórios de consulta vinculados a processos e documentos produzidos pelo sistema. Possibilidade de utilização do SEI na internet, por meio de usuários externos.

ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA VOIP

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: SETEMBRO DE 2019 - CONCLUÍDA

Resultados esperados:

O estudo técnico se propõe a apoiar a tomada de decisão pela Alta Administração sobre as medidas necessárias à implantação de modelo de infraestrutura de comunicação de som e imagem que aumente a qualidade, a segurança e a confiabilidade em conjunto com a redução dos custos gerais de telefonia.

A identificação da melhor opção de solução de VoIP para este Tribunal deverá buscar alcançar:

1. Redução de custos totais com telefonia (comunicação);
2. Integração do TRE-RJ ao TSE e demais Regionais, por meio da tecnologia VoIP;
3. Interligação da Sede do TRE RJ a todas as unidades eleitorais do Estado, por meio do VoIP, eliminando-se assim, a tarifação das ligações telefônicas locais e interurbanas.

O resultado do estudo será apresentado ao longo de 2019, e as ações para a implantação do modelo definido serão objeto de nova iniciativa.

OUTRAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Merecem também destaque as iniciativas listadas a seguir, pelo fato de estarem incluídas no Plano Diretor da Estratégia, documento formal homologado pela Alta Administração que tem por objetivo “definir e priorizar as iniciativas a serem implantadas para impulsionar a melhoria do desempenho estratégico do Tribunal”, e por contribuírem de forma efetiva para a melhoria progressiva da conscientização socioambiental, demonstrando a preocupação do Órgão em estabelecer um diálogo com a sociedade para melhor uso dos recursos públicos.

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: JULHO DE 2020

Resultados esperados:

Espera-se atingir um patamar aprimorado na gestão de resíduos interna, com foco em primeiro lugar, nos Edifícios-Sede, pela eliminação de passivos geradores de riscos ambientais e aumento na qualidade de limpeza e descarte. Busca-se também atender a legislação vigente naquilo que for possível para gerar um ambiente de trabalho aprimorado para servidores e usuários do TRE-RJ.

ESTUDO DE VIABILIDADE - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: APÓS FINALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE PARCERIA COM A LIGHT (CHAMADA PÚBLICA)

Resultados esperados:

O produto entregue ao final deverá ser um relatório detalhado e conclusivo a respeito sobre a viabilidade técnica e econômica na implantação de um sistema de energia fotovoltaica nas unidades do Tribunal, contendo elementos sobre redução de custos, compensação de energia elétrica, redução na emissão de CO2 na atmosfera, ou seja, o que for relacionado ao tema para que a Administração possa decidir sobre a implementação posterior de uma ou mais soluções apontadas no estudo.

IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: APÓS A DIVULGAÇÃO DE NOVAS DIRETRIZES DO TSE COM BASE EM DEFINIÇÕES ATUALIZADAS DO GOVERNO FEDERAL

Resultados esperados:

Realizar todas as implementações necessárias a fim de adequar as rotinas e sistemas do TRE-RJ ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), com exceção daquelas concernentes à Saúde e Segurança no Trabalho (SST), as quais serão tratadas em Projeto à parte.

ANÁLISE DO OE 01 - GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA (ÍNDICE DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO – IDJERJ)

O Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro - IDJERJ, que representa o desempenho do principal objetivo do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral fluminense - Garantir os direitos da cidadania, alcançou o patamar de 75,37% ao final de 2019.

Tal desempenho é o segundo melhor de toda a série histórica deste ciclo estratégico, iniciado em 2016 (2016 - 70,16%; 2017 - 74,82%; 2018 - 78,05%; 2019 - 75,33%), sendo apenas um pouco inferior ao alcançado em 2018.

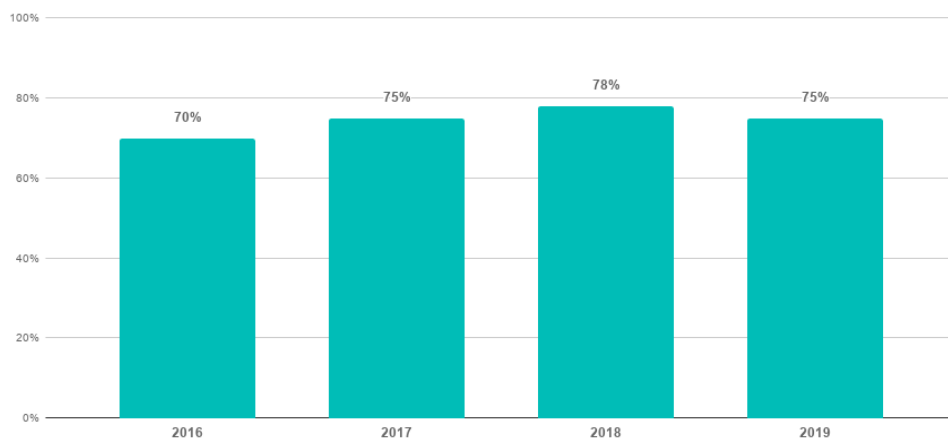


Gráfico 4.2.1 – Evolução de desempenho do Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro - IDJERJ

Ao comparar a evolução dos objetivos estratégicos em relação ao ano anterior, constata-se que: quatro objetivos tiveram um desempenho inferior (OE 03, OE 04, OE 07 e OE 11), quatro alcançaram resultados semelhantes com variação de no máximo três pontos percentuais (OE 05, OE 06, OE 09 e OE 10) e dois apresentaram avanços (OE 02 e OE 08).

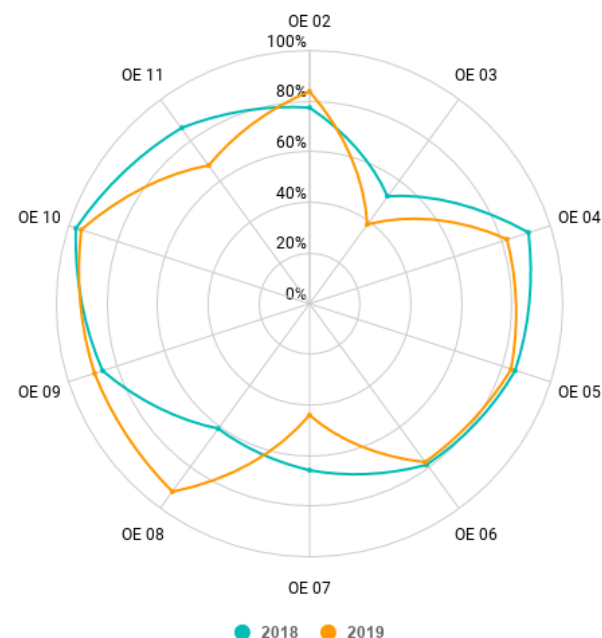


Gráfico 4.2.2 – Evolução de desempenho dos Objetivos Estratégicos

Especificamente em relação aos quatro objetivos priorizados para 2019 – OE 03 (Combater os ilícitos eleitorais), OE 07 (Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas), OE 08 (Fortalecer a governança institucional) e OE 09 (Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ) - verificou-se que dois tiveram melhora de desempenho em relação ao ano anterior e os outros dois apresentaram uma piora de desempenho.

Ainda em relação aos quatro objetivos priorizados para o exercício, o OE 08 merece destaque especial pelo maior percentual de incremento de desempenho (30,8%) em relação ao ano de 2018 entre todos os objetivos do Plano Estratégico (passou de 61,01% em 2018 para 91,81% em 2019).

Cabe destacar que o Conselho Nacional de Justiça elegeu a priorização do

juízo dos processos relativos a ilícitos eleitorais como Meta Nacional (Meta 4 de 2020). Além disso, o cumprimento das Metas Nacionais compõe um dos critérios de pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade. Tais fatores reforçam a necessidade de atenção especial para o OE 03 em 2020.

Embora o desempenho do Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro – IDJERJ de 2019 tenha sido inferior ao de 2018, deve-se considerar a pequena variação, conforme apontado acima. Dessa forma, é necessário continuar os esforços no processo de monitoramento já bem estabelecido e à prática de priorização anual de um reduzido número de objetivos estratégicos, a partir da avaliação minuciosa, sistêmica e contextualizada dos resultados observados ao longo do exercício.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PARA 2020

Por fim, o Comitê Gestor da Estratégia deliberou pela priorização dos seguintes objetivos no exercício de 2020:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESPONSÁVEL
OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais	GABPRE
OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	GABPRE
OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas	SGP

Tabela 4.2.11: Objetivos Estratégicos priorizados para 2020

4.3 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ANUAIS ESTABELECIDAS PARA O PODER JUDICIÁRIO

4.3.1 METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA 2019

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Critério de cumprimento:

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2019 e, no mínimo, mais 1 para os tribunais que tenham estoque processual.

1º grau	158,83%
2º grau	98,92%
Total (1º grau + 2º grau)	121,91%

Fonte: Painel de Resultados das Metas Nacionais 2019 – CNJ

	PROCESSOS NOVOS ATÉ DEZ/2019		PROCESSOS JULGADOS ATÉ DEZ/2019	
	Criminais	Não Criminais	Criminais	Não Criminais
1ª Instância	2099	88	3594	148
2ª Instância	3802	25	3722	26
Total	6014		7490	

Tabela 4.3.1.1: Processo novos X Processos julgados

O alcance da meta considera o cômputo geral de processos distribuídos e julgados nas duas instâncias.

Apesar de o TRE-RJ ter atingido a meta em 2019, verifica-se, analisando separadamente o desempenho dos 1º e 2º graus de jurisdição, que a meta não foi atingida pelo 2º grau de jurisdição.

A Meta 1 foi mantida pelo CNJ no exercício de 2020, o que demandará um maior nível de atenção da Administração, com vistas a melhorar o desempenho do OE 02 - Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional.

Meta 2 - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017.

Critério de cumprimento:

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nas instâncias e no período de referência.

1º grau	103,31%
2º grau	106,58%
Total (1º grau + 2º grau)	104,36%

Fonte: Painel de Resultados das Metas Nacionais 2019 – CNJ

A meta foi atingida nos dois graus de jurisdição da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo.

Critério de cumprimento:

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100% nas instâncias e nos períodos de referência.

	ELEIÇÕES 2016	ELEIÇÕES 2018
1º grau	72,46%	*
2º grau	96,30%	70,59%
Total (1º grau + 2º grau)	81,87%	70,59%

Tabela 4.3.1.2: Processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

* Não há processos que entram no cômputo da Meta

Fonte: Painel de Resultados das Metas Nacionais 2019 – CNJ

A meta não foi atingida em nenhum dos dois graus de jurisdição da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, o que reforça a necessidade de atenção especial para o objetivo OE 03 - Combater ilícitos eleitorais em 2020.

4.3.2 METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA 2019

Meta Específica 1 - Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Implantar o processo judicial eletrônico (PJE) em unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral.

Critério de cumprimento:

A meta estará cumprida se o Tribunal implantou, até 31/12/2019, o PJe em unidades do 1º Grau conforme cronograma estabelecido.

A meta específica foi plenamente cumprida. O PJE para o 1º grau foi implantado com sucesso dentro do prazo, trazendo para todos os cartórios do Estado do Rio de Janeiro diversos benefícios, dentre eles aumento na celeridade de tramitação processual, ampliação da transparência e eficiência processuais.

Meta Específica 2 - Ações para educação eleitoral

Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.

Critério de cumprimento:

A meta estará cumprida se o indicador estabelecido no glossário de metas específicas da Justiça Eleitoral for igual ou superior a 80. Percentual de cumprimento: 95%

O TRE-RJ atingiu a meta em 2019.

Foram promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral as seguintes ações com o objetivo de ampliar os conhecimentos do eleitor sobre o funcionamento do processo

eleitoral em 2019:

- Transmissão “Debate sobre fake news” promovido pelo TRE-MG;
- III Colóquio do COPEJE;
- Encontro regional sobre a sistematização das normas eleitorais;
- Palestra “Mulheres Eleitorais”;
- Palestra “Crimes comuns conexos a eleitorais à luz da decisão do STF”;
- LINDB e a Administração Pública - Noções gerais e aplicabilidade;
- Aula magna - A jurisdição criminal da Justiça Eleitoral;
- Palestra “Eleições 2020: avanços e retrocessos”;
- 19 ações socioeducativas conduzidas por magistrados e 39 conduzidas por servidores, alcançando as primeiras 2300 alunos da rede pública e privada de ensino e a segunda, 7570 estudantes de todo Estado.

4.3.3 INDICADORES ESPECÍFICOS DE DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS

Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário

O Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) é coordenado pelo CNJ e integrado pelos tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal, nos termos do que dispõe a Resolução CNJ nº 76/2009. Os dados estatísticos fornecidos pelos tribunais são consolidados pelo CNJ e alimentam o relatório estatístico anual “Justiça em Números”.

O TRE-RJ fornece ao Conselho os dados correspondentes ao conjunto de variáveis integrantes do SIESPJ aplicáveis à Justiça Eleitoral, em consonância com as orientações e periodicidades estabelecidas na mencionada Resolução.

Em 2019 todos os dados requeridos nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009 foram encaminhados pelo TRE-RJ ao CNJ tempestivamente.

Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade, instituído pela Portaria CNJ nº 88/2019, visa esti-

mular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações; e na produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional.

O desempenho dos tribunais é avaliado com base em critérios distribuídos em três eixos temáticos: Governança, Produtividade, e Transparência e Informação.

No eixo governança estão contemplados itens que avaliam o funcionamento de unidades e comissões, implantação de resoluções, utilização do Processo Judicial Eletrônico e estrutura na Área de Tecnologia da Informação, práticas socioambientais, capacitação, ações voltadas à saúde de magistrados e servidores, respostas às demandas da ouvidoria e gestão participativa na formulação de metas nacionais.

No eixo produtividade são mais bem avaliados aqueles que conseguem solucionar mais processos com menos recursos disponíveis, conciliar mais, manter menor acervo de processos antigos, cumprir as metas nacionais, reduzir a taxa de congestionamento e obter maior celeridade processual.

Por fim, no eixo sobre transparência e informação, exige-se envio dos dados estatísticos validados, observância às Tabelas Processuais Unificadas e ampla transparência ao cidadão.

O TRE-RJ foi premiado com o Prêmio CNJ de Qualidade - Categoria Ouro em 2019.



A vertical bar on the left side of the slide, composed of several colored rectangular segments: purple, dark blue, light blue, teal, orange, dark blue, light green, green, and blue.

RESULTADOS DAS ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1.1 CONFORMIDADE LEGAL

A Proposta Orçamentária de 2019 foi elaborada com base nas orientações do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, diretrizes do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Lei nº 4.320/64, Decreto nº 93.872/86, Emenda Constitucional nº 95/2016, Lei nº 13.707/18 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.808/19 - Lei Orçamentária Anual e demais legislações pertinentes.

A fase de planejamento é pautada pela garantia do adimplemento das despesas obrigatórias, das contratuais e das ações de melhoria do órgão, a fim de cumprir a sua missão institucional.

A fidedignidade, a confiabilidade e a integridade dos dados são verificadas nos seguintes sistemas do Governo Federal:

- SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal: registro dos dados orçamentários;
- SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal: registro dos dados orçamentários, financeiros e contábeis; e
- Tesouro Gerencial.

5.1.2 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AUTORIZADA - AÇÕES DA LOA 2019

A dotação orçamentária autorizada no exercício 2019 alcançou o valor de R\$ 563.412.657,00, resultante da Lei Orçamentária Anual (LOA 2019) e créditos adicionais, sobretudo para atender despesas obrigatórias. Tal montante possibilitou o alcance dos objetivos e supriu todas as necessidades do TRE-RJ no período.

As despesas de pessoal e benefícios representaram 91,4% da dotação do órgão; já as despesas de custeio discricionárias, 7,9% e as de investimento, 0,8%.

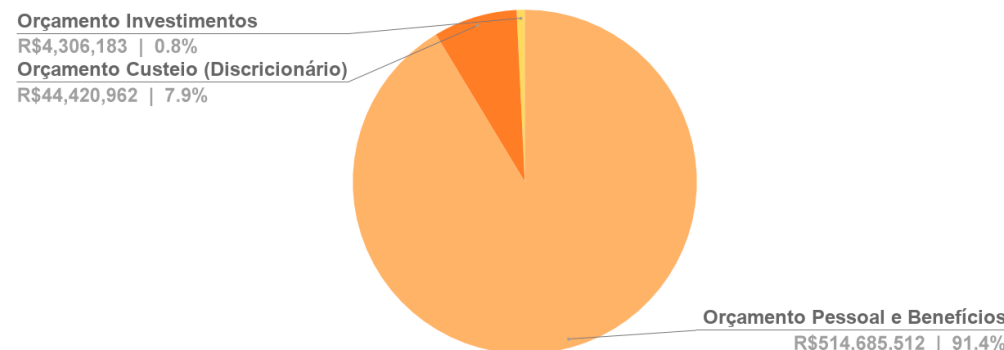


Gráfico 5.1.2.1 – Orçamento 2019 - Dotação Autorizada
Fonte: Tesouro Gerencial
Unidade orçamentária: TRE-RJ

5.1.3 VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO

As alterações orçamentárias decorreram de ajustes realizados através dos créditos adicionais entre os grupos de despesa 3-outras despesas correntes e 4-investimentos.

O planejamento/execução de outras despesas correntes foi satisfatório, pois atendeu as demandas do Tribunal e, ainda, foi possível disponibilizar parte dos recursos para o grupo de despesa investimentos. O citado remanejamento serviu para aquisição de computadores, contribuindo para o objetivo estratégico "Aperfeiçoar a Infraestrutura e Governança de TIC".

GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Outras despesas correntes	44.973.719,00	783.246,00	-1.336.003,00	44.420.962,00
Investimentos	3.753.426,00	1.336.003,00	-783.246,00	4.306.183,00

Tabela 5.1.3.1: Variação Orçamentária - Orçamento Discricionário
Unidade orçamentária: TRE-RJ

5.1.4 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO GRUPO PESSOAL E ENCARGOS + BENEFÍCIOS

GD	ELEMENTO DE DESPESA		VALOR
1	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	276.322.949,61
	1	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR. MILITAR	102.200.319,51
	3	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	55.039.999,04
	13	OBRIGACOES PATRONAIS	47.759.614,33
	DEMAIS ELEMENTOS		372.7442,15
TOTAL			485.050.324,64

Tabela 5.1.4.1: Principais elementos do Grupo Pessoal e Encargos + Benefícios
Despesas pagas

GD	ELEMENTO DE DESPESA		VALOR
3	46	AUXILIO-ALIMENTACAO	13,512,281.02
	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	7,832,309.89
	8	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2,315,270.96
	49	AUXILIO-TRANSPORTE	1,286,184.71
	DEMAIS ELEMENTOS		42,170.50
TOTAL			24988217.08

Tabela 5.1.4.1: Principais elementos do Grupo Pessoal e Encargos + Benefícios
Despesas pagas

Despesas com Pessoal e Benefícios

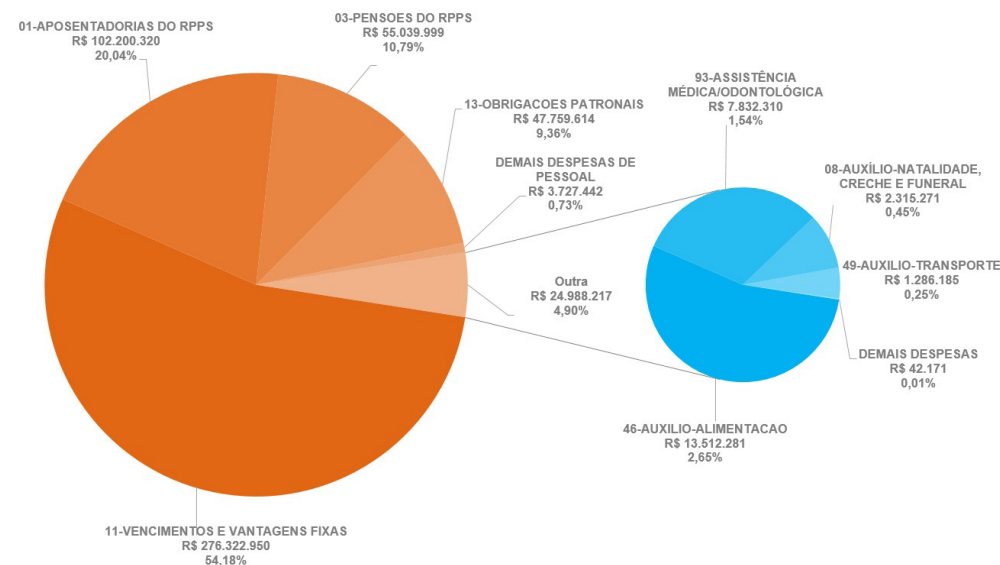


Gráfico 5.1.4.1: Despesas com Pessoal e Benefícios
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.5 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO GRUPO CUSTEIO

GD	ELEMENTO DE DESPESA		VALOR
3	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	19.607.180,63
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	7.335.362,07
	40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	6.635.890,43
	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.430.576,23
	DEMAIS ELEMENTOS		3.591.901,32
TOTAL			39.600.910,68

Tabela 5.1.5.1: Principais elementos do Grupo Custeio
Despesas pagas

Em 2019, os pagamentos das outras despesas correntes, à conta de dotações originárias da LOA e alterações orçamentárias, totalizaram R\$ 39.600.910,68, os quais incluem as despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de despesas de custeio.

As principais despesas referentes a esse grupo são: manutenção predial, limpeza e conservação, estoquista, vigilância ostensiva, energia elétrica, teleprocessamento e locação de imóveis.

Despesas de Custeio (Discricionário)

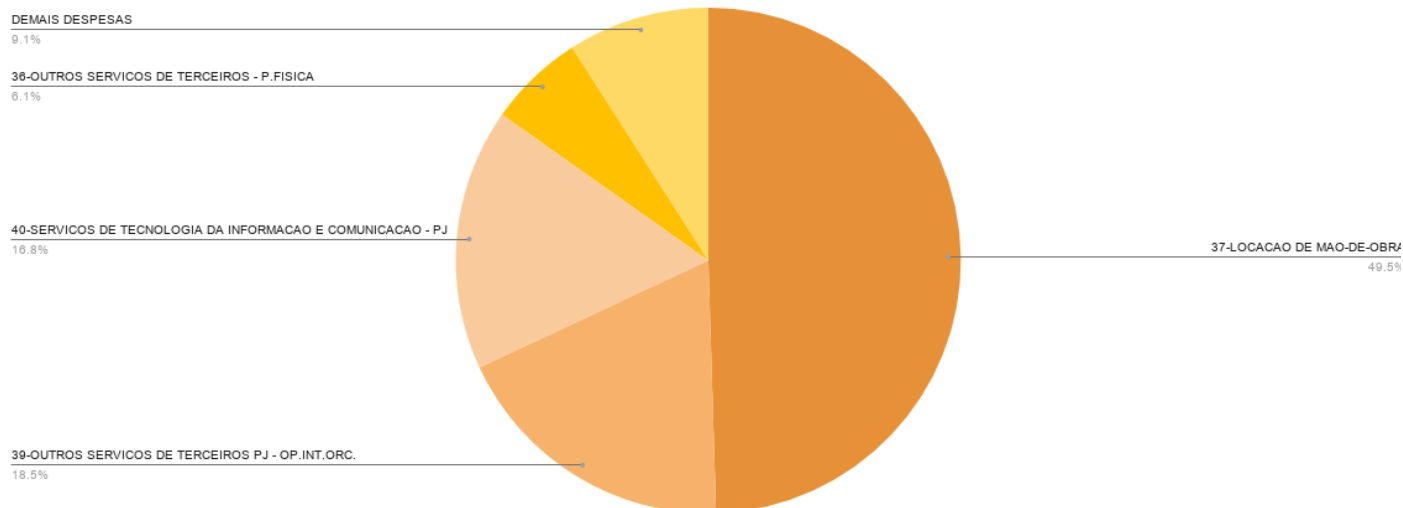


Gráfico 5.1.5.1: Despesas de Custeio (Discricionário)
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.6 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO GRUPO INVESTIMENTOS

GD	ELEMENTO DE DESPESA		VALOR
4	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.215.836,69
	51	OBRAS E INSTALACOES	65.753,71
	40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	25.220,20
TOTAL			3.306.810,60

As principais despesas deste grupo foram com aquisição de microcomputador (46,4%), ar condicionado (15,0%) e mobiliário (14,9%).

Tabela 5.1.6.1: Principais elementos do Grupo Investimentos
Despesas pagas

Despesas com Investimentos

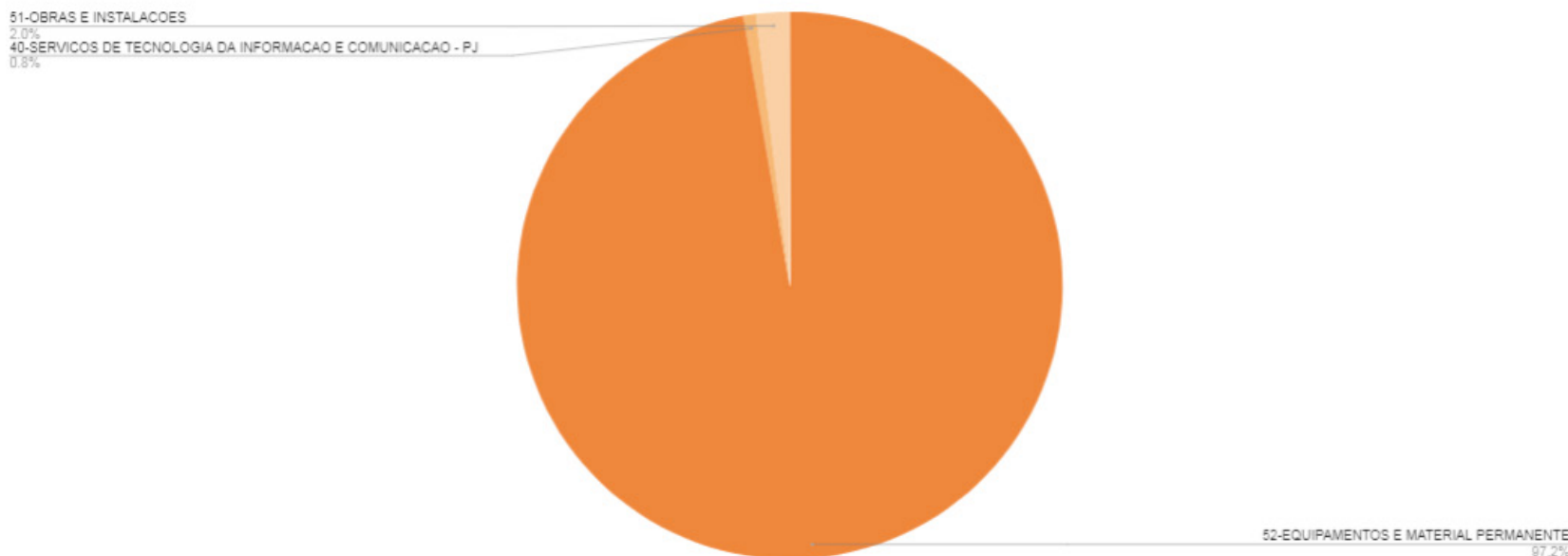


Gráfico 5.1.5.1: Despesas com Investimentos
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.7 DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL EM 2019 E 2018

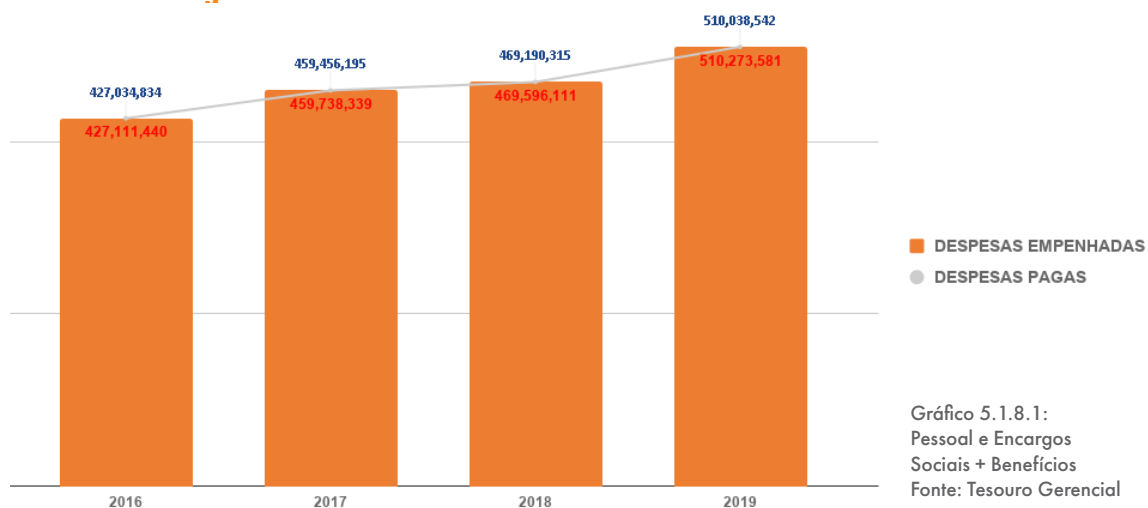
	2019					2018					Em R\$ milhares	
DESPESA	DOTAÇÃO ATUAL (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGO (d)	RP PAGO (e)	DOTAÇÃO ATUAL (f)	EMPENHADO (g)	LIQUIDADO (h)	PAGO (i)	RP PAGO (j)	VARIAÇÃO R\$ (k=d-i)	VARIAÇÃO % (l=d/i)
Pessoal e Encargos + Benefícios	514.685,51	510.273,58	510.043,58	510.038,54	338,00	480.227,95	469.596,11	469.193,36	469.190,31	211,74	40.850,22	8,71%
Custeio (discionário)	44.420,96	42.629,89	39.670,55	39.600,91	2.685,34	42.411,16	39.241,60	36.000,53	35.935,24	3.970,32	3.670,02	10,19%
Investimentos	4.306,18	4.090,73	3.310,65	3.306,81	1.512,20	4.847,69	4.679,14	3.197,36	3.166,46	1.083,18	113,29	3,54%
TOTAL	563.412,66	556.994,20	553.024,78	552.946,26	4.535,55	527.486,81	513.516,85	508.391,25	508.292,01	5.232,92	43.380,51	8,78%

Tabela 5.1.7.1: Dotação e execução das despesas do Tribunal Regional Eleitoral em 2019 e 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.8 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ANÁLISE HISTÓRICA 2016-2019

Pessoal e Encargos Sociais + Benefícios



Em decorrência da implementação da última parcela do Plano de Cargos dos Servidores do Poder Judiciário da União, Lei nº 13.317/2016, houve um aumento significativo nas despesas de pessoal e encargos sociais.

Com relação aos benefícios, não houve variação significativa frente ao ano anterior.

Julgamento de Causas e Gestão Administrativa

A Administração do TRE-RJ tem concentrado esforços no sentido de aprimorar a gestão orçamentária e financeira. Na ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, a execução do exercício 2019 alcançou 96%, superior aos 92,9% em 2018 e 88,9% de 2017, representando um desempenho bastante satisfatório frente à aplicação dos recursos orçamentários. A execução financeira, igualmente, também apresentou melhoria em relação aos demais exercícios, com o objetivo de atender a Emenda Constitucional nº 95/2016.

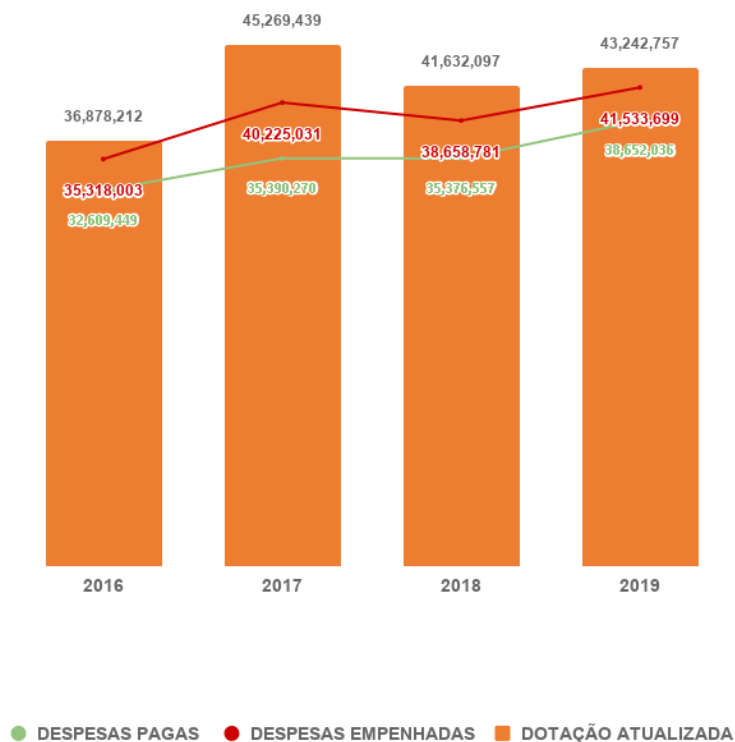


Gráfico 5.1.8.2: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa
Fonte: Tesouro Gerencial
Custeio (Discricionário)

Capacitação de Recursos Humanos

Já no Plano Orçamentário de Capacitação de Recursos Humanos, há uma diferença entre os anos eleitorais e não eleitorais, em virtude de que, no período eleitoral, a força de trabalho do Tribunal está mais dedicada à realização do Pleito. No exercício de 2019, a execução orçamentária alcançou 93,5% da dotação.

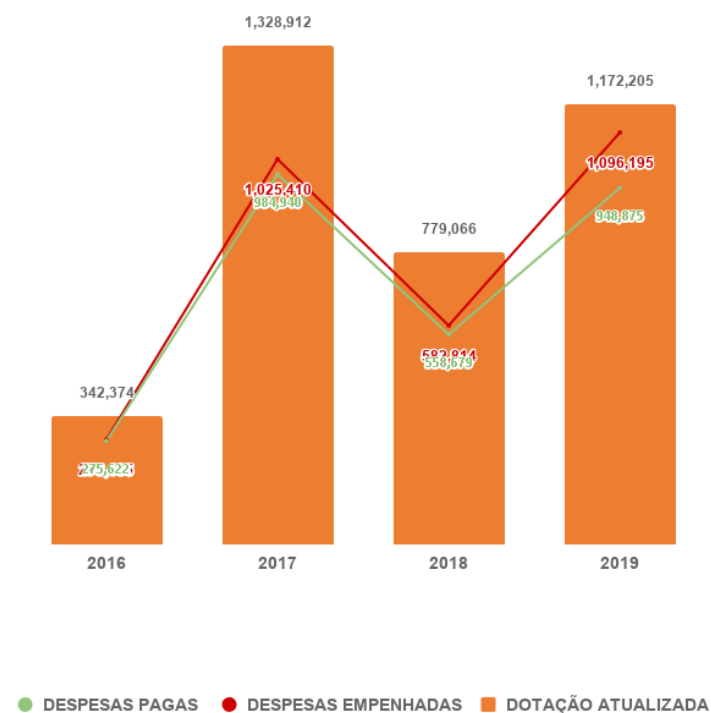


Gráfico 5.1.8.3: Capacitação de Recursos Humanos
Fonte: Tesouro Gerencial

Investimentos

Houve uma melhoria na execução financeira do grupo de despesa investimento, de 67,67% (ano 2018), para 80,84% (ano 2019), decorrente da intensificação do monitoramento da execução financeira dos bens adquiridos, a fim de minimizar impactos de restos a pagar no exercício seguinte.

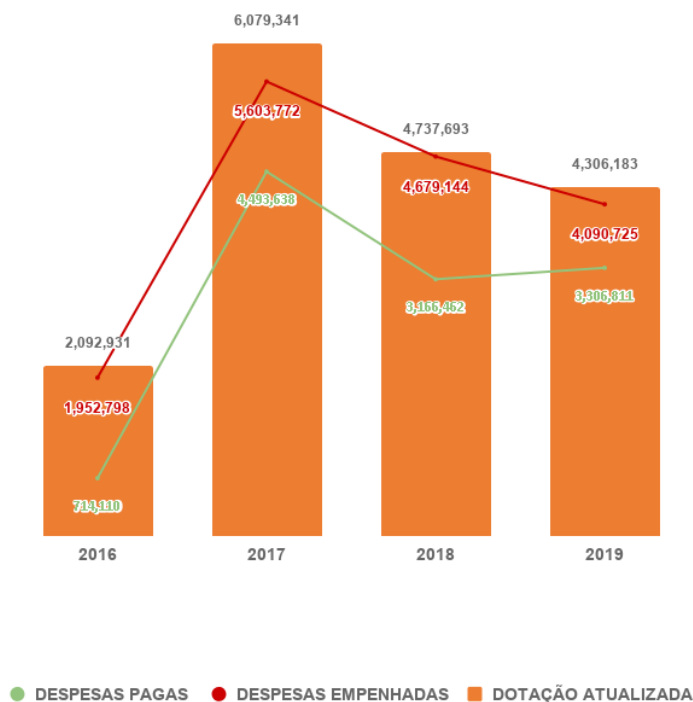


Gráfico 5.1.8.4: Investimento
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.9 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS, INSCRITOS E REINSCRITOS - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

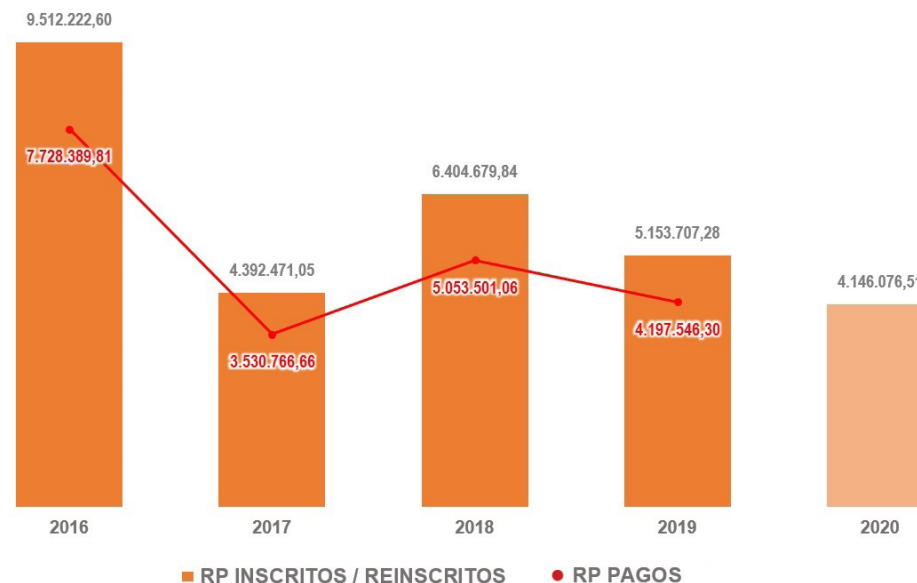


Gráfico 5.1.9.1: Restos a Pagar Processados e Não Processados, Inscritos e Reinscritos - Despesas Discricionárias
Unidade Orçamentária: TRE-RJ
Fonte: Tesouro Gerencial

Com a edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, o TRE-RJ implementou diversos ajustes no acompanhamento da execução financeira do órgão com o objetivo de reduzir gradativamente o estoque da inscrição de restos a pagar. A partir da implementação da citada Emenda, observa-se que, em todos os anos posteriores, houve uma significativa redução nas inscrições em relação a 2016.

Em 2019 ocorreu a inscrição de R\$ 5.153.707,28, o que representou 54% em relação a de 2016. Já ao final do último exercício, houve a inscrição de um valor menor que a metade do valor inscrito no exercício da edição da citada Emenda, totalizando um estoque de R\$ 4.146.077,51 para o exercício de 2020.

5.1.10 PROVISÕES RECEBIDAS - DESCENTRALIZAÇÕES 2019

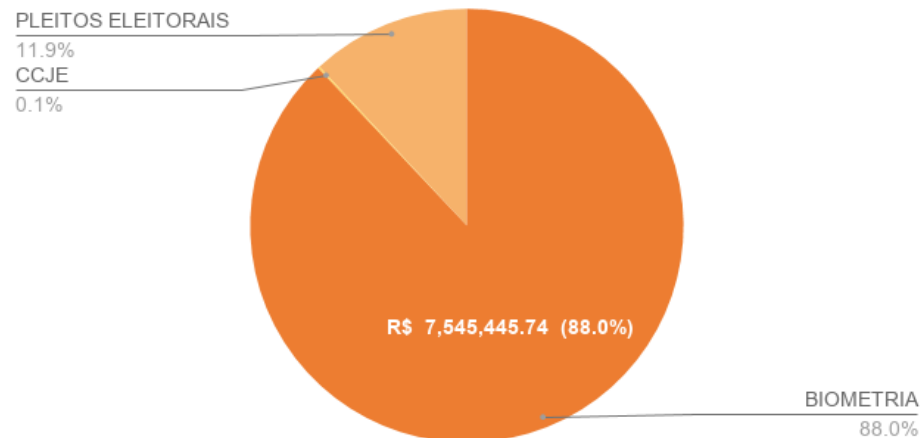


Gráfico 5.1.10.1: Provisões Recebidas - Descentralizações 2019

Unidade Orçamentária: TSE

Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.11 EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2019 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TSE

Pleitos Eleitorais - Valores pagos

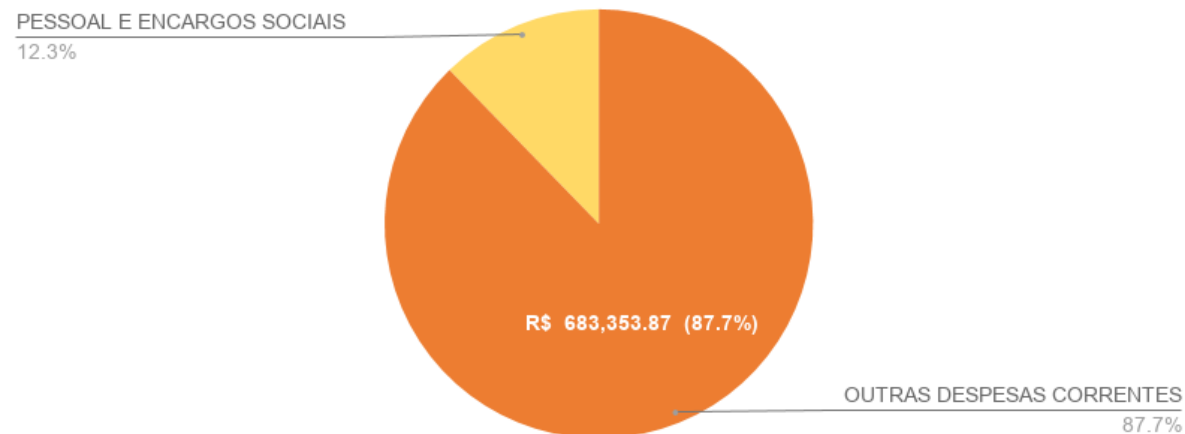


Gráfico 5.1.11.1: Execução das Despesas 2019 - Unidade Orçamentária TSE

Fonte: Tesouro Gerencial

Biometria - Evolução dos Valores

Valores pagos

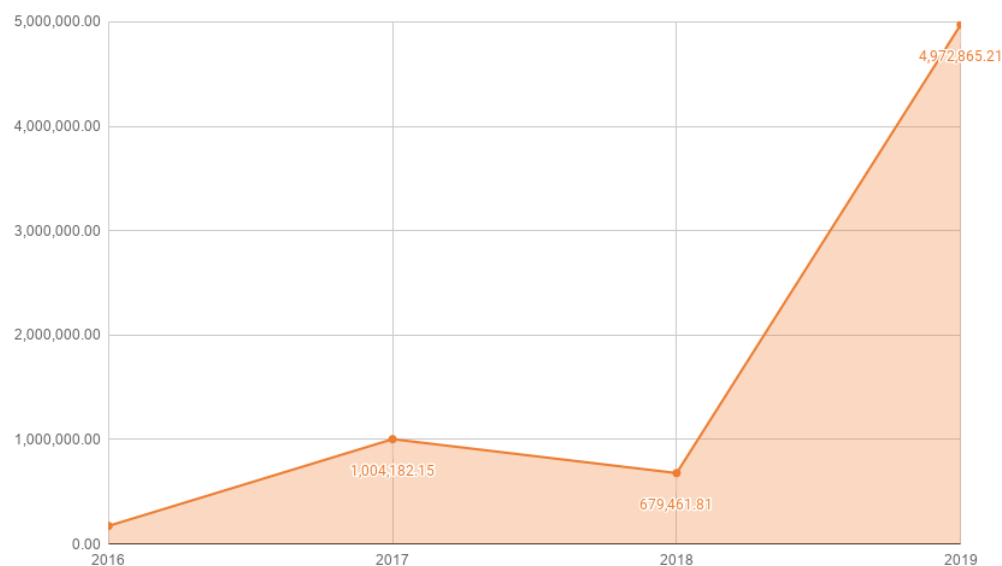


Gráfico 5.1.11.2: Biometria - Evolução dos Valores
Fonte: Tesouro Gerencial

Na ação de Pleitos Eleitorais foi disponibilizado ao Tribunal o montante de R\$ 1.022.324,00, sendo R\$ 823.483,30 destinados à manutenção preventiva das urnas eletrônicas e o restante para a atender às despesas referentes às Eleições Suplementares dos municípios de Iguaba Grande e Paraty.

Do montante descentralizado na citada ação, em outras despesas correntes, foi pago R\$ 652.575,00 para Manutenção Preventiva de Urnas Eletrônicas e R\$ 30.778,87 para a realização das mencionadas Eleições Suplementares, correspondendo a 87% dos valores pagos.

Saliente-se, ainda, que foram pagos R\$ 95.679,74 - Pessoal e Encargos Sociais, referente à prestação de serviço extraordinário pelos servidores nos eventos eleitorais.

Com relação à Biometria, foi destinado ao TRE-RJ o valor de R\$ 7.545.446,00 para execução de outras despesas correntes, precipuamente à contratação de postos de trabalho de recepcionista para atendimento dos eleitores de 35 (trinta e cinco) municípios do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de contribuir para o alcance do atingimento da meta estabelecida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE para o ano de 2022, consistente em 100% do eleitorado biometrizado.

5.1.12 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Aprimorar a gestão orçamentária/financeira do Tribunal, de forma a manter um funcionamento satisfatório de toda a estrutura do órgão, conquanto as restrições impostas pela EC nº 95/2016 com especial atenção à aderência, aperfeiçoando o envolvimento de todas as áreas do TRE-RJ, a fim de otimizar os recursos e melhorar a qualidade do gasto.

5.2 GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS

5.2.1 CONFORMIDADE LEGAL

Legislação aplicada

A Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP é a unidade que instrumentaliza e operacionaliza os mecanismos para alcance, na área de pessoas, dos objetivos estratégicos do TRE-RJ.

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a SGP deste Tribunal, além de normativos próprios e recomendações da Secretaria de Controle Interno e Auditoria, segue orientações e determinações do Tribunal Superior Eleitoral, bem como dos órgãos de direcionamento e controle do Judiciário, principalmente aquelas emanadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Tribunal de Contas da União - TCU.

Direcionamento do CNJ

Resolução CNJ nº 270/2018

A Resolução TRE-RJ nº 1.105/2019 dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais, usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados, no âmbito deste Tribunal, em observância da Resolução CNJ nº 270/18. Em 2019, foram adaptados, para exibição de nome social, os sistemas utilizados pelo TRE-RJ, bem como estão em processo de adaptação a carteira funcional e o contracheque. Além disso, no tocante à promoção de formação continuada de magistrados, servidores, terceirizados e estagiários sobre a temática de identidade de gênero, aguarda-se a abertura de inscrição do curso "Promoção e Defesa dos Direitos LGBT" da ENAP (www.escolavirtual.gov.br/curso/128) para divulgação interna neste Tribunal. Por fim, destaca-se que, nas quatro turmas de ambientação dos novos servidores, foi incluída a temática, com

destaque às boas práticas para um melhor atendimento à população LGBTI+ na Justiça Eleitoral Fluminense.

Resolução CNJ nº 207/2015

A Resolução TRE-RJ 1102/2019 instituiu o Comitê Gestor Local de Atenção à Saúde do Servidor, em atendimento a Resolução CNJ 207/15. Dentre as ações já implementadas, destacam-se o app Pausa Laboral (software livre workrave), as avaliações dos ambientes de trabalho, os exames médicos periódicos (projeto piloto) e campanhas de saúde (Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul).

5.2.2 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal do TRE-RJ é composto de 1299 cargos efetivos, que decorrem de criação por lei específica, sendo providos por concurso público ou redistribuição com outros Órgãos do Poder Judiciário da União.

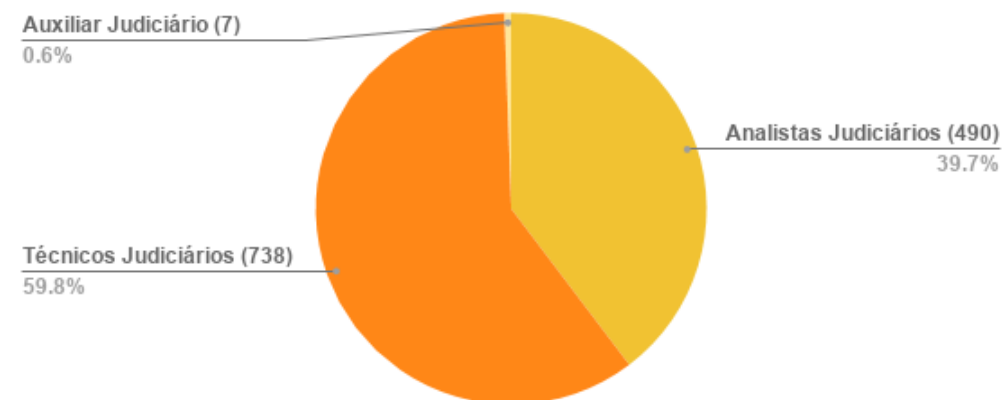


Gráfico 5.2.2.1: Cargos efetivos ocupados

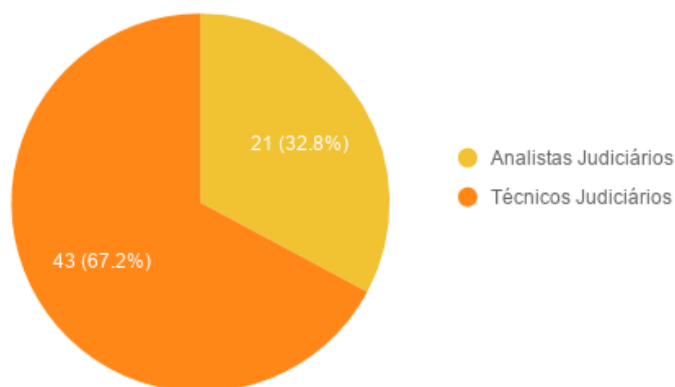


Gráfico 5.2.2.2: Cargos efetivos vagos

Observe-se que os cargos efetivos de Auxiliar Judiciário estão sendo declarados extintos à medida que vagarem, nos termos da Lei nº 11.202/2005.

Além dos cargos efetivos, existem 49 cargos comissionados, escalonados de CJ-1 a CJ-4, e 708 funções comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6. Dessas últimas, existem 70 funções, de nível FC-6, e 67, de nível FC-1, reservadas para posterior utilização, provenientes do rezoneamento efetuado entre 2017 e 2018.

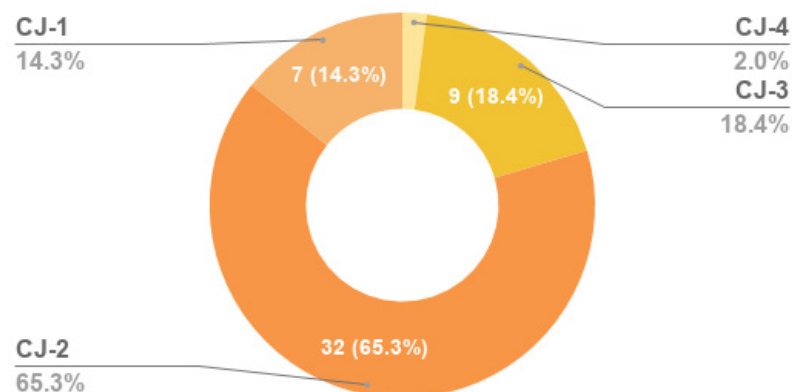


Gráfico 5.2.2.3: Cargos comissionados

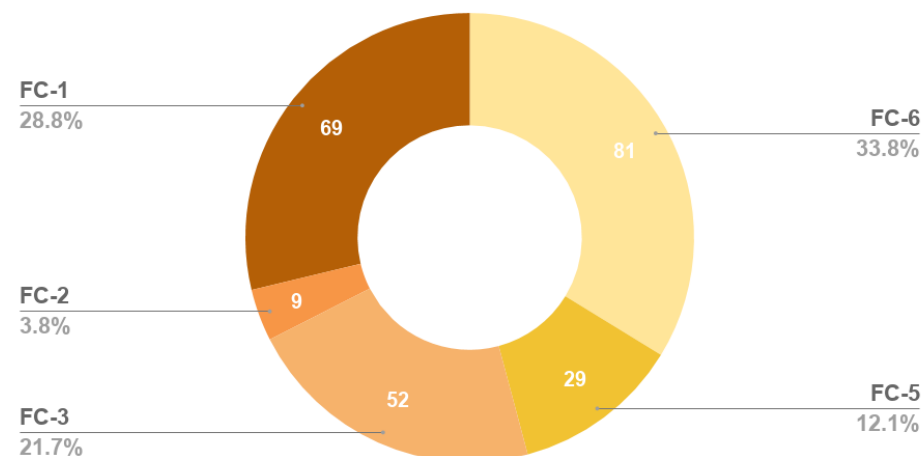


Gráfico 5.2.2.4: Funções comissionadas na Secretaria

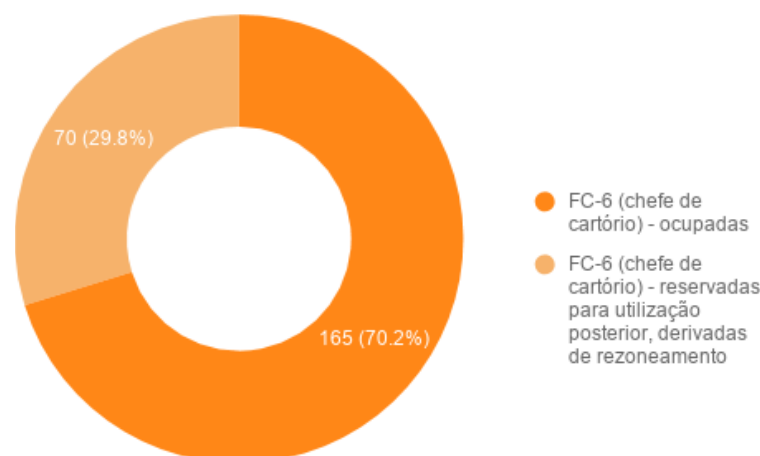


Gráfico 5.2.2.5: Funções comissionadas FC-6 em Zonas Eleitorais

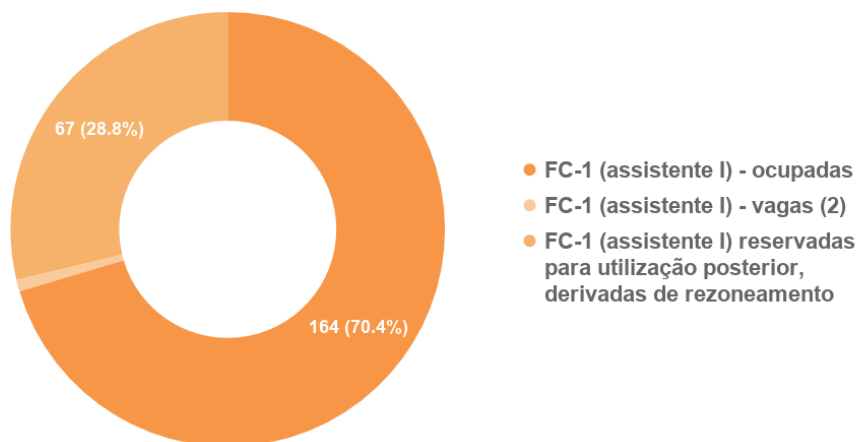


Gráfico 5.2.2.6: Funções comissionadas FC-1 em Zonas Eleitorais

No TRE-RJ, há 284 cargos gerenciais, dos quais 97% são ocupados por servidores efetivos e 82% correspondem a Chefias de Seção e de cartórios eleitorais (FC-6). São considerados de natureza gerencial os cargos em comissão e as funções comissionadas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão.



Gráfico 5.2.2.7: Ocupação de cargos gerenciais por situação funcional

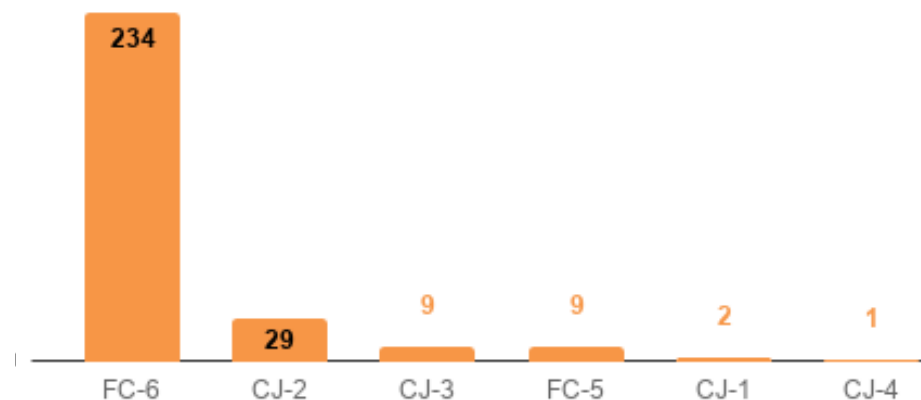


Gráfico 5.2.2.8: Distribuição de cargos gerenciais por nível de comissionamento

Situação funcional

O TRE-RJ possui servidores ativos em exercício no próprio Tribunal, em exercício em outros órgãos - em decorrência de cessões, licenças e remoções, além de servidores na qualidade de inativos.

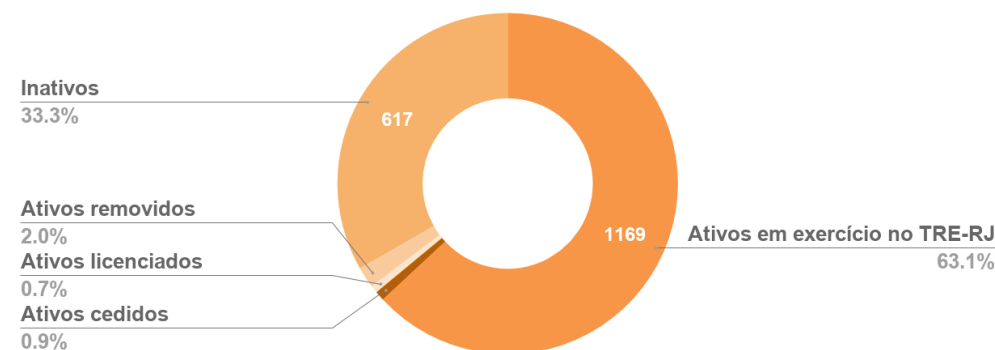


Gráfico 5.2.2.9: Servidores por situação funcional

Força efetiva de trabalho

A capacidade laboral do TRE-RJ está representada tanto por seus servidores efetivos, quanto por outros servidores em exercício no Tribunal, como os removidos para o TRE-RJ, os que estão em exercício provisório, os requisitados e os servidores sem vínculo com a Administração Pública que exercem cargos comissionados.

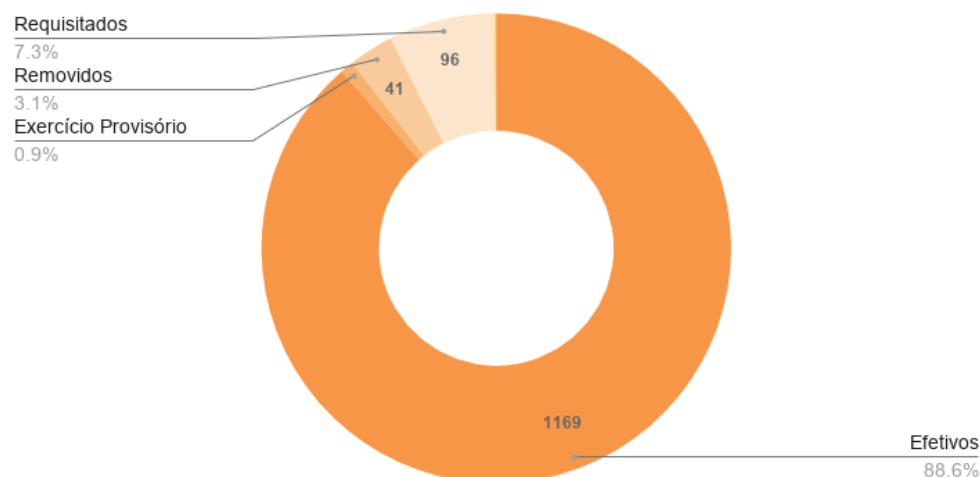


Gráfico 5.2.2.10: Distribuição da força efetiva de trabalho

Estagiários

O TRE-RJ mantém programa de estágio em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25/09/2008, e a Resolução TRE-RJ nº 505/99.

O Centro de Integração Empresa Escola - CIEE é a instituição que, através de convênio firmado com o TRE-RJ, indica candidatos ao Programa de Estágio, recebe mensalmente os recursos financeiros e os repassa aos estagiários.

Em 2019, verificou-se a média mensal de 89 estagiários, distribuídos pelo nível de escolaridade conforme abaixo, com bolsa de estágio de nível

médio no valor de R\$ 510,00 e nível superior R\$ 690,00.

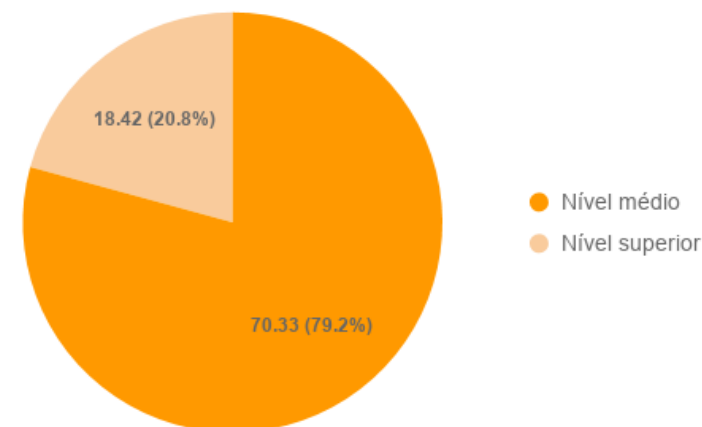


Gráfico 5.2.2.11: Estagiários por nível de escolaridade

Unidade de exercício: Sede/Núcleos Administrativos x Zonas Eleitorais

A maior parte da força de trabalho do TRERJ concentra-se nas Zonas Eleitorais.

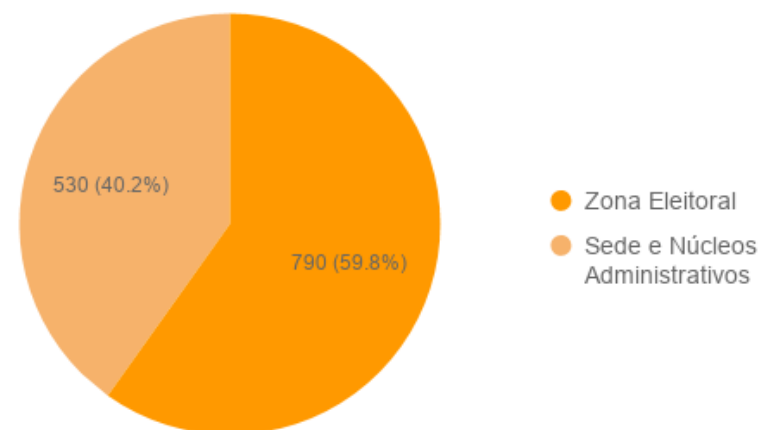


Gráfico 5.2.2.12: Unidade de exercício

Área de trabalho

A força de trabalho composta pelos 530 servidores lotados na Sede e Núcleos Administrativos predomina nas Secretarias (438), estando os demais exercendo as suas funções na Presidência (63), Diretoria-Geral (24) e EJE (5). Constatase, ainda, uma predominância da força de trabalho na SGP (16%), SAD (15%) e STI (14%), ficando as demais, assim, contempladas: PR (12%), SSG (10%), SJD (8%), VPCRE (7%), SCA (6%), SOF (6%), DG (5%) e EJE (1%).



Gráfico 5.2.2.13: Quantidade de servidores nas unidades da Sede e Núcleos Administrativos

Gênero

Quanto ao gênero dos ocupantes dos cargos efetivos, observa-se equilíbrio na força de trabalho ativa do TRE-RJ.

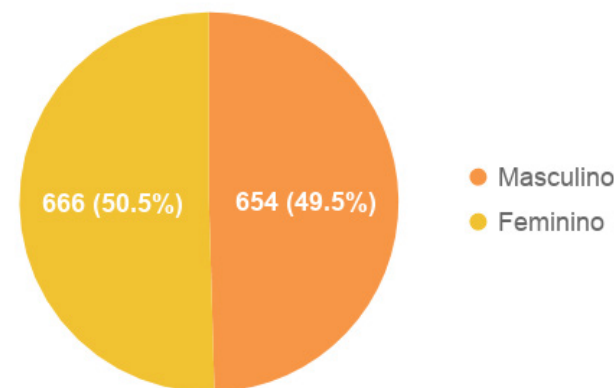


Gráfico 5.2.2.14: Gênero dos ocupantes dos cargos efetivos

Faixa etária

A maioria dos servidores que atua no TRE-RJ tem até 48 anos, devendo permanecer em exercício pelo menos por mais 15 anos.

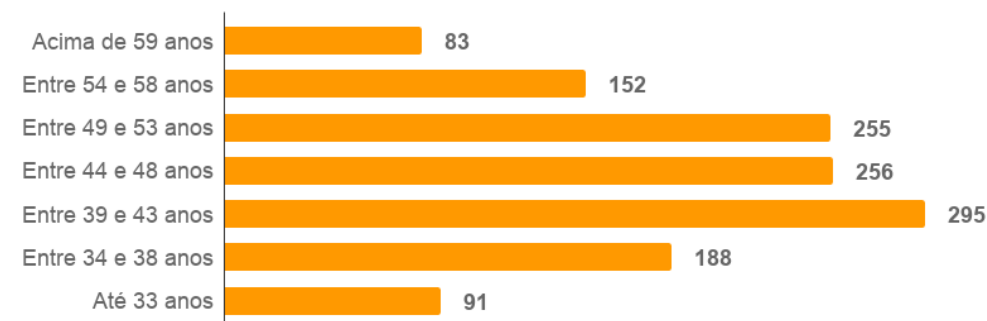


Gráfico 5.2.2.15: Faixa etária dos ocupantes de cargos efetivos

PCD e Etnia

No atual concurso público para provimento de vagas para servidores do TRE-RJ, houve previsão de cotas para negros e pessoas com deficiência. Em 2019, dentre os convocados para o provimento dos 33 cargos vagos, 24% foram provenientes das cotas, observados os normativos para nomeação dos candidatos.

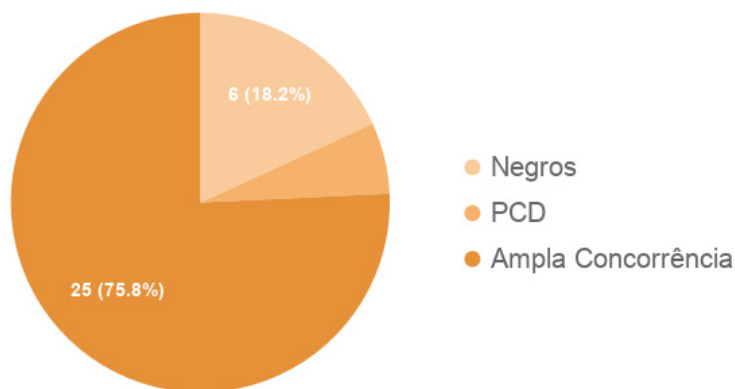


Gráfico 5.2.2.16: PCD e etnia nos provimentos de cargos em 2019

Faixa salarial

A faixa salarial com maior quantitativo de servidores efetivos é representada pelo quartil "até R\$ 11.400,00" e a média salarial apurada é de R\$ 13.630,77, levando-se em consideração os valores brutos, incluídos o vencimento básico e a gratificação judiciária (GAJ).

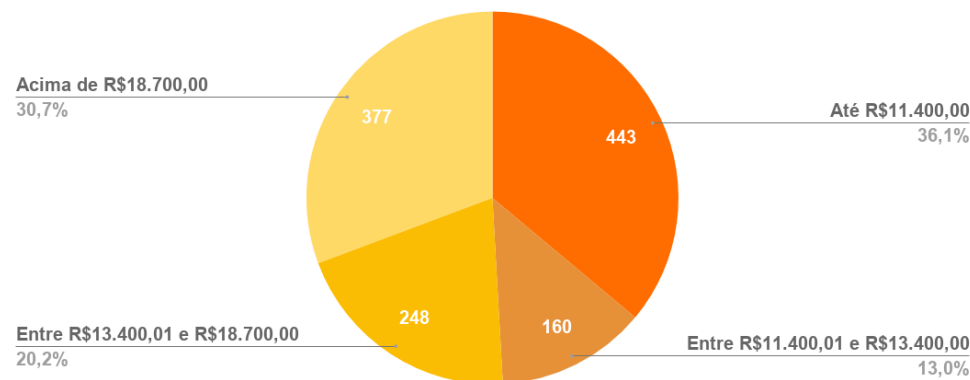


Gráfico 5.2.2.17: Faixa salarial dos servidores efetivos

5.2.3 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Concurso Público

O recrutamento externo ocorre por concurso público. Está vigente neste Regional o concurso homologado pela Resolução TRE-RJ nº 1.021, de 26/03/2018, publicado no DOU, Seção 1, em 13/04/2018, com prazo de validade de dois anos, prorrogáveis por igual período. A primeira lotação dos servidores decorre de escolha em audiência pública dentre as opções previamente disponibilizadas, observando-se a ordem de classificação no certame.

Concurso de Remoção Interna

A remoção por concurso interno é disciplinada pela resolução TSE nº 23.563/218. Nos termos do § 1º, art. 21, daquele normativo, o concurso de remoção deve preceder à nomeação de candidatos habilitados em concurso público para provimento de cargos efetivos. Nesse sentido, o TRE-RJ realizou 3 procedimentos de remoção por concurso interno, nos quais foram ofertadas 34 vagas, sendo 11 cargos de analistas judiciários e 23, técnicos judiciários.

Processo de Seleção Interna

O Processo de Seleção Interna - PSI, regulamentado pelo Ato GP nº 273/2019, visa à movimentação de servidores entre unidades organizacionais do TRE-RJ, fundamentado em critérios objetivos, observando-se o princípio da transparência e da isonomia. No ano de 2019, foram deferidos 64 pedidos de recomposição da força de trabalho, através do processo de seleção interna, dos quais 7 tiveram análise de perfil.

Mural de Remoção e Redistribuição

A SGP disponibilizou um mural, no Portal da SGP, para os servidores que desejam mudar de lotação no âmbito do TRE-RJ, por meio de remoção por permuta, bem como para os demais servidores do Poder Judiciário da União que desejam encontrar interessados para trocar de órgão, por meio de redistribuição.

A ferramenta é de natureza meramente informativa, contendo os dados cadastrados pelos interessados, que, após comum acordo, formalizam a pretensão de movimentação por meio de processo eletrônico específico, observadas as orientações constantes dos formulários e os preceitos dos arts. 36 e 37 da Lei 8.112/90 e, ainda, da Resolução nº 23.563/2018 do TSE. Desde a disponibilização, em 12/11/2019 até 31/12/2019, foram recebidos 17 cadastros de interessados em remoção interna por permuta e 19 interessados em redistribuição.

5.2.4 DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

O Detalhamento da Despesa de Pessoal está distribuído nas tabelas que possuem as informações tanto da estrutura remuneratória dos servidores efetivos, comissionados, inativos e pensionistas, quanto dos membros, juízes e promotores, disponíveis no portal da transparência deste TRE-RJ, nos links:

Estrutura Remuneratória - Cargos Efetivos

http://www.tre-rj.jus.br/site/transparencia/index.jsp?vmenu=cnj/gestao_orcamentaria/jsp/anexo_tres_a.jsp

Estrutura Remuneratória - Cargos em Comissão e Funções de Confiança

http://www.tre-rj.jus.br/site/transparencia/index.jsp?vmenu=cnj/gestao_orcamentaria/jsp/anexo_tres_b.jsp

Estrutura Remuneratória - Membros, Juízes e Promotores

http://www.tre-rj.jus.br/site/transparencia/index.jsp?vmenu=cnj/gestao_orcamentaria/jsp/anexo_oito.jsp&titulo=Anexo%20VIII%20-%20Detalhamento%20da%20Folha%20de%20Pagamento%20de%20Pessoal

Evolução dos últimos anos e justificativa para aumento ou diminuição

No decorrer dos últimos exercícios, houve aumento das despesas de pessoal decorrente da implantação do Plano de Cargos e Salários, instituído pela Lei nº 13.317/16, em 4 parcelas, sendo a última ocorrida em janeiro/19, cujo impacto orçamentário se estendeu pela integralidade daquele exercício.

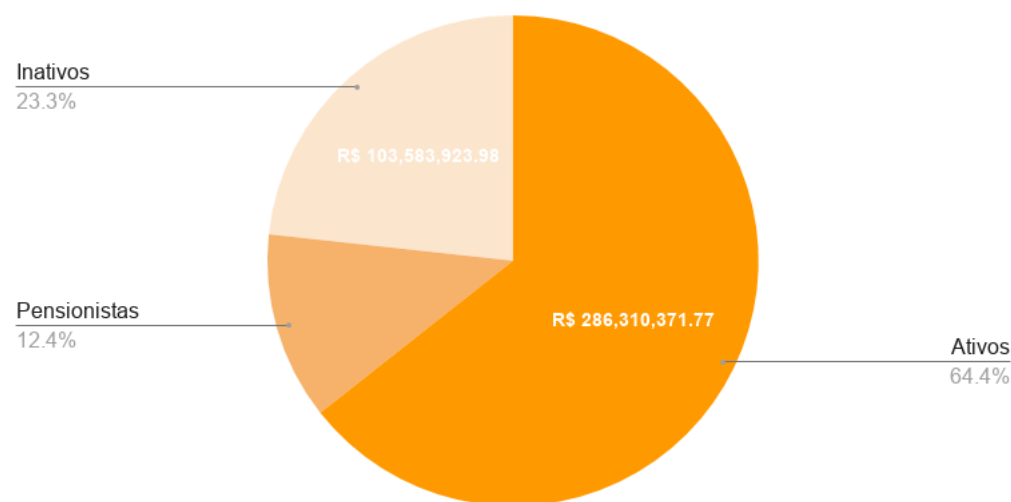


Gráfico 5.2.4.1: Despesas com Ativos, Inativos e Pensionistas

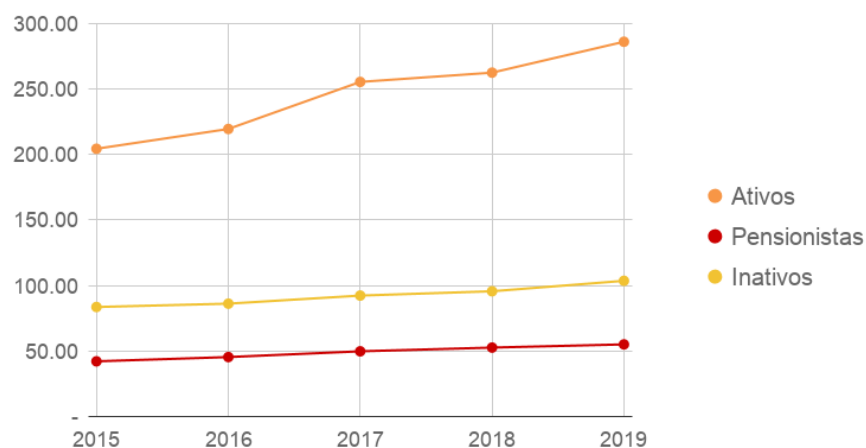


Gráfico 5.2.4.2: Evolução das Despesas com Pessoal de 2015 a 2019

ANO	ATIVOS (R\$)	PENSIONISTAS (R\$)	INATIVOS (R\$)
2015	204.522.448,18	42.041.703,69	83.557.586,72
2016	219.645.563,97	45.296.235,02	86.121.782,88
2017	255.614.968,59	49.695.810,65	92.291.940,73
2018	262.698.654,44	52.541.667,54	95.587.676,11
2019	286.310.371,77	54.977.985,67	103.583.923,98

Tabela 5.2.4.1: Evolução das Despesas com Pessoal de 2015 a 2019

5.2.5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

Carreira

A carreira dos servidores inicia-se na Classe-Padrão A1 e termina na Classe-

-Padrão C13. As movimentações ocorrem a cada interstício de 1 (um) ano. No TRE-RJ, 71% dos servidores do TRE-RJ encontram-se no último nível da carreira, ou seja, estão em exercício há mais de 12 anos.

Movimentação na carreira e Estágio probatório

A movimentação na carreira ocorre por meio da progressão funcional e da promoção, conforme previsão da Lei nº 11.416/2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União. É regulamentada pela Resolução TSE nº 22.582/07, sendo necessária a obtenção de média mínima satisfatória na Avaliação de Desempenho, composta de avaliação gerencial e autoavaliação, aplicada aos servidores que ainda não estão no último nível da carreira.

Destaca-se, quanto à estabilidade, que existiam 32 servidores em cumprimento de estágio probatório em 31/12/2019.

Detalhes sobre igualdade de oportunidades (Gênero e Faixa etária)

No TRE-RJ, verifica-se pequena predominância masculina na ocupação de cargos comissionados e funções de confiança.

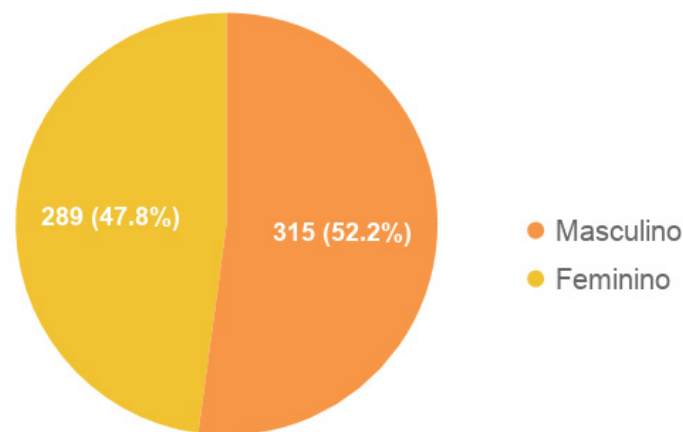


Gráfico 5.2.5.1: Gênero dos ocupantes de cargos gerenciais

Em relação à faixa etária dos ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas, sobressai-se o intervalo de 39 a 43 anos, contendo a maior quantidade de servidores. Por outro lado, o menor número de ocupantes é na faixa acima dos 59 anos.

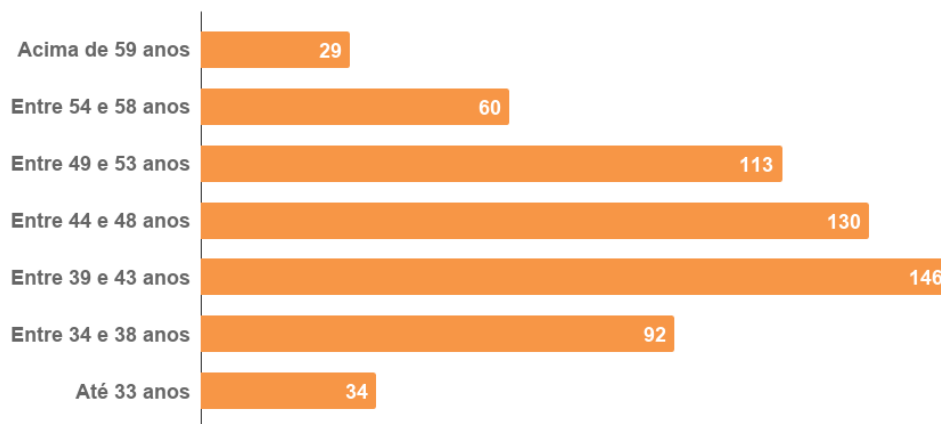


Gráfico 5.2.5.2: Faixa etária dos ocupantes de cargos gerenciais

5.2.6 CAPACITAÇÃO - ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A capacitação dos servidores do TRE-RJ é norteada pelo PAC - Plano Anual de Capacitação, que, alinhado ao Plano de Gestão deste Tribunal, à Resolução TSE nº 22.572/2007 e ao orçamento disponível, consubstancia as necessidades apresentadas pelos gestores das unidades no início de cada exercício. Esforços estão sendo envidados para que esse levantamento de necessidade de capacitação seja substituído, ainda que parcialmente, com a implantação da Gestão por Competência, em curso.

Resultado Geral

Em 2019 este Regional viabilizou a participação de 516 servidores em 218 eventos de capacitação, incluídos com e sem custo, resultando um total de 79.226 horas de treinamento nas modalidades presencial, EAD e semipresencial, em diferentes temas e gerando média de 64 horas de treinamento por servidor.

Como resultado, foram executados mais de 95% do orçamento destinado às capacitações e com execução superior a 90% das ações previstas no PAC 2019.

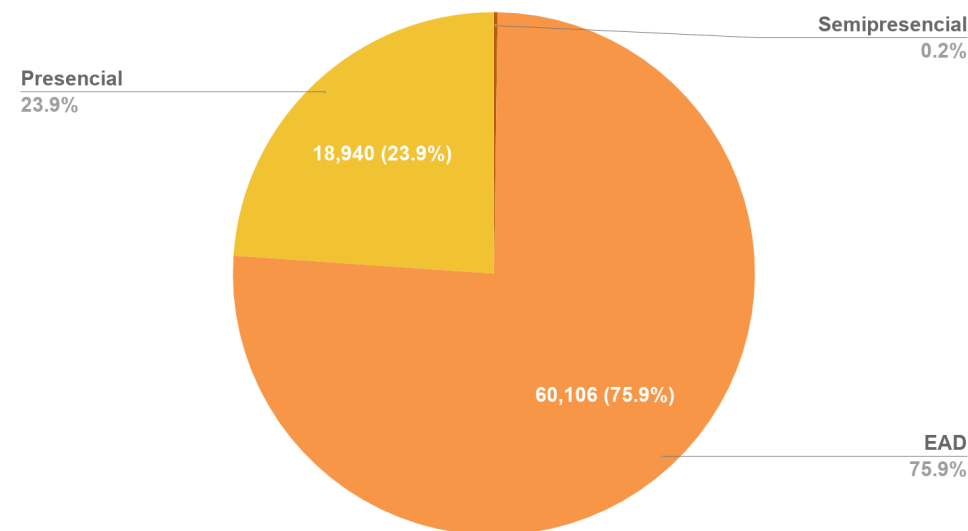


Gráfico 5.2.6.1: Carga horária de capacitação por modalidade

Estratégia

Tem-se incentivado, gradativamente, a utilização das ações em EAD, em ambiente virtual próprio ou externo, considerando, principalmente, as questões relacionadas a custos, capilaridade geográfica de lotação dos servidores e prazo para o cumprimento. Em 2019, mais de 30% das ações de educação promovidas pelo Tribunal foram realizadas à distância e foram responsáveis por 76% da carga horária total de capacitações do Tribunal.

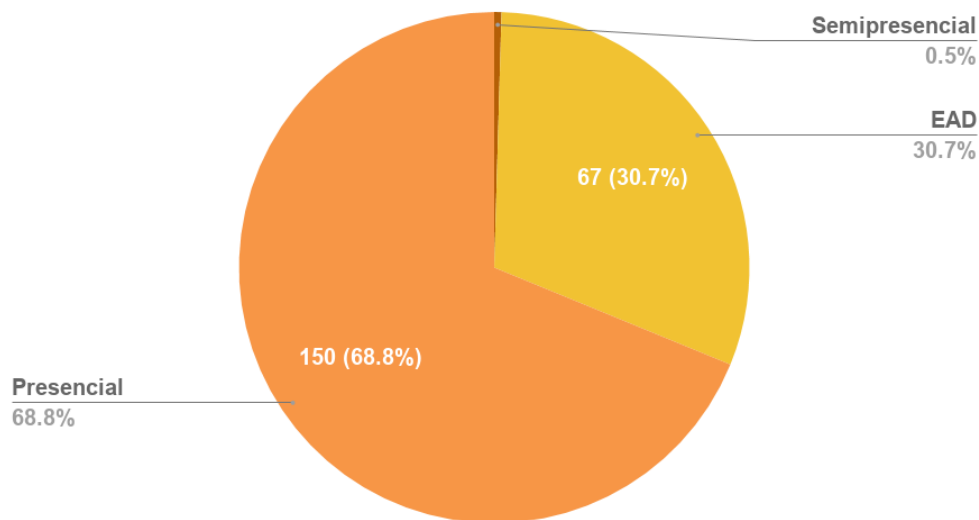


Gráfico 5.2.6.2: Número de ações de treinamento por modalidade

Em 2019, algumas destas capacitações foram comuns a todos os servidores como os cursos “Nivelamento do CNJ”, com 24 horas, e “Segurança da Informação”, com 20 horas, contribuindo sobremaneira para este resultado.

Adicional de Qualificação

O incentivo ao autodesenvolvimento é outra estratégia decorrente da Lei nº 11.416/06, que gratifica percentualmente com 1% do vencimento básico do servidor, a cada 120 horas de treinamento, limitado a 3%, com validade de quatro anos. Destaca-se que as ações de capacitação, para serem consideradas para fins de AQ, precisam estar alinhadas a temas de interesse da Justiça eleitoral, de acordo com a Resolução TSE 23.380/12. Em 2019 foram recebidos 2.189 solicitações de pagamento por participação em ações de educação. Atualmente, 83% de nossos servidores percebem o Adicional de Qualificação.

Capacitações promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral

Eventos acadêmicos: Foram promovidos pela EJE, em 2019, 15 eventos acadêmicos, entre cursos e palestras, onde foram expostas e debatidas questões jurídicas atuais e relevantes, tendo sido realizadas 7 ações de capacitação em matéria jurídica, com turmas fechadas, exclusivas para servidores e magistrados com atribuição eleitoral, somando carga horária total de 84 horas, contando com a participação de 280 servidores e 4 magistrados.

Acordos de cooperação técnica: Foram celebrados 3 acordos de cooperação técnica, objetivando o fomento e a realização conjunta de eventos acadêmicos, palestra e debates, enriquecendo e ampliando discussões sobre aspectos relevantes do processo eleitoral, bem como favorecendo a produção científica e o intercâmbio entre as instituições. A celebração de 2 outros convênios, realizados diretamente pela administração superior, também se mostraram agregadores.

Curso de pós-graduação em matéria eleitoral: Iniciado no segundo semestre de 2019, foi realizado em parceria com instituição de ensino, valendo-se do convênio firmado com vistas ao aperfeiçoamento do corpo técnico deste Tribunal, tratando-se de turma mista aberta ao público, realizada nas dependências desta corte e custeada diretamente pelos inscritos. A medida, por questões logísticas, viabiliza a participação de servidores e favorece a aproximação do conteúdo abordado as questões práticas cotidianamente enfrentadas no exercício de suas atividades.

5.2.7 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Comitê Gestor Local de Gestão Pessoas

O Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas do TRE-RJ foi instituído em 04/02/2019, com previsão de reuniões ordinárias trimestrais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro.

A primeira reunião ordinária ocorreu no mês de novembro de 2019 e deliberou-se, dentre outros assuntos, sobre a elaboração da Política de Gestão de Pessoas e Pessoas da área de TIC; a regulamentação da Gestão por Competências, em fase de implementação; a elaboração de plano de ação de identificação e redução de ocupações críticas; e a realização de estudo sobre gestão participativa.

Automatização

A SGP tem focado na melhoria de processos de trabalho e na respectiva automatização, principalmente no tocante às unidades de registros funcionais e de pagamento, voltando toda a atenção para a gestão de riscos diante do volume de recursos orçamentários envolvidos e os impactos que eventuais incorreções podem causar.

Teletrabalho

O teletrabalho, no âmbito do TRE-RJ, foi instituído pela Resolução nº 1113/19, publicada no DJE de 06/12/2019, que traz as diretrizes, os termos e as condições necessárias para a concessão desse regime de jornada, porém ainda se encontra pendente a edição de ato normativo que o regulamente.

Ações em saúde e qualidade de vida

A Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-RJ teve sua estrutura modificada, com vistas ao incremento da promoção de saúde e qualidade de vida aos seus servidores, criando-se a Coordenadoria de Saúde e Integração. Dessa forma, as atividades relativas ao desenvolvimento de ações de qualidade de vida, inclusive de cunho social, originárias no Plano de Logística Sustentável - PLS, e de saúde passaram a ser responsabilidade de Coordenadoria específica.

O dimensionamento da força de trabalho também ficou a cargo da Coordenadoria de Saúde e Integração por entender que o tema planejamento da força de trabalho está diretamente alinhado à motivação e à qualidade de vida do servidor, fatores preponderantes para o aumento da produtividade e entrega de valor à sociedade.

Exames Periódicos de Saúde

A implementação do Exame Periódico de Saúde, no âmbito do TRE-RJ, encontra-se em estágio de projeto piloto, tendo sido realizados 32 atendimentos. A regulamentação já está em fase avançada de tramitação, com a minuta submetida à apreciação da Alta Administração.

Avaliações de ambiente de trabalho

A avaliação de ambiente de trabalho constitui-se como uma atividade de vigilância em saúde do trabalhador, com a finalidade de identificação de fatores que possam representar risco à saúde dos servidores. Tal identificação permite a tomada de decisão para o acionamento de ações corretivas para salvaguardar a saúde e segurança no trabalho. Como norteadores desse trabalho, o TRE-RJ adota os conceitos presentes na Resolução CNJ nº 207/15. No ano de 2019, o provimento dos cargos de Psicólogo e Médico do Trabalho permitiu a composição da equipe, que junto ao Assistente Social, passou a promover o procedimento neste TRE-RJ, tendo sido realizadas 10 avaliações de ambiente de trabalho.

Dimensionamento da Força de Trabalho

O TRE-RJ possui suas unidades de 1º e 2º graus de jurisdição dimensionadas, utilizando-se metodologias a partir de estudos realizados em âmbito regional. Neste momento, contudo, está integrando projeto de dimensionamento da força de trabalho patrocinado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com vistas à aplicação de metodologia desenvolvida pela Universidade de Brasília, para toda a Justiça Eleitoral.

Clima Organizacional

A pesquisa de Clima Organizacional age como um instrumento voltado para análise do ambiente interno de uma organização, procurando mapear ou retratar os aspectos críticos que configuram o momento motivacional dos funcionários, através do levantamento de seus pontos fortes, deficiências, expectativas e aspirações. Sendo a “fotografia” da organização em um determinado momento, o resultado da pesquisa do clima organizacional permite orientar e definir

planos de ação para otimizar o clima interno, com o propósito de melhoria do ambiente de convivência humana e, conseqüentemente, melhoria dos resultados da organização.

Em 2019, foi realizada a 4ª Pesquisa do Clima Organizacional, cujos resultados serão avaliados no próximo exercício, bem como serão desenvolvidos os respectivos planos de melhoria e ação. Este trabalho propõe a criação de um clima positivo, com vistas a motivar, incrementar a produtividade e engajar os servidores no enfrentamento dos desafios da melhoria contínua dos serviços prestados aos cidadãos pela Administração Pública.

Gestão por Competências

A Gestão de Pessoas por Competências - GPC é um sistema integrado de gestão de pessoas que considera que o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores contribuem para alcançar os objetivos organizacionais. Portanto, faz-se necessário identificar, medir e desenvolver continuamente essas competências.

O principal desafio para o próximo ano na área de desenvolvimento de pessoal do Tribunal será efetivar a retomada da implantação da GPC, desde a revisão de sua concepção até o aproveitamento de seus outputs como estratégia de gestão de pessoas, incentivando a sua apropriação por todos os servidores, principalmente suas subunidades e gestores.

A implantação e a aplicação da GPC constam no Plano Estratégico do TRE-RJ como indicadores de Gestão de Pessoas do Tribunal, cuja área tem sido priorizada na estratégia do Tribunal.

A GPC permitirá, em breve, que o Plano Anual de Capacitação - PAC seja realizado com base nos resultados das avaliações dos servidores e nos planos individuais criados em conjunto com os gestores, otimizando e direcionando, dessa forma, os recursos de capacitação. A utilização das competências como

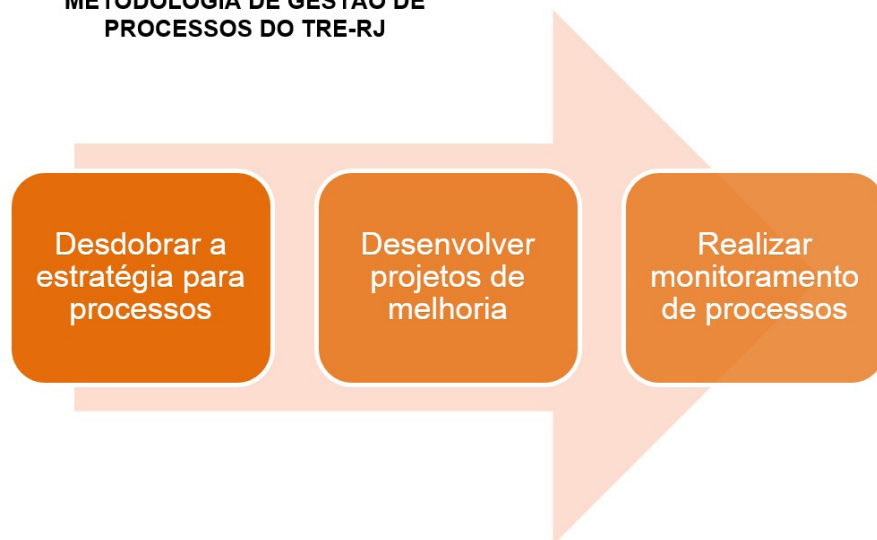
objetivos educacionais passará a ser um grande desafio para que também desenvolvamos nossa área de capacitação em direção a uma unidade referência em educação corporativa.

Incluem-se também como desafios, outras práticas derivadas da efetiva implantação da GPC, como identificação e ações para redução de ocupações críticas, o desenvolvimento dos Processos Seletivos Internos com base nas competências mapeadas e a elaboração de um programa de desenvolvimento gerencial.

5.3 GESTÃO DE PROCESSOS

A fim de orientar a gestão de processos de trabalho para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal, foi instituída a Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ (Ato GP nº 189/2015). A metodologia prevê três contextos de atuação que, em síntese, indicam: como desdobrar a estratégia para processos; como desenvolver projetos de melhoria de processos; e como realizar o monitoramento de processos através da gestão do dia a dia.

METODOLOGIA DE GESTÃO DE PROCESSOS DO TRE-RJ



Considerando o previsto no primeiro bloco da Metodologia de Gestão de Processos – “Desdobrar a estratégia para processos”, foi realizada em 2017 a identificação dos processos críticos para a estratégia, ou seja, daqueles que demandam maior transformação ou acompanhamento para o alcance dos objetivos estratégicos e que, portanto, deverão ser objeto, ou

de um projeto de melhoria, ou da ativação da gestão do dia a dia - segundo e terceiro blocos da Metodologia, respectivamente. Estes foram os processos identificados:

1) Informar e orientar a sociedade sobre serviços prestados pelo TRE-RJ

2) Fiscalizar propaganda eleitoral

3) Julgar prestação de contas

4) Planejar e avaliar as eleições

5) Registrar candidatos

6) Gerir a estratégia

7) Contabilizar e controlar a execução orçamentária

8) Contabilizar e controlar a execução financeira

Em 2019, a gestão de processos críticos para a estratégia do Tribunal obteve avanços em comparação ao exercício de 2018. Atualmente, sete objetivos estratégicos do Tribunal possuem processos associados “em monitoramento” ou com projeto de melhoria de processo “em andamento”, conforme quadro a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROCESSOS ASSOCIADOS EM 2018	PROCESSOS ASSOCIADOS EM 2019
3. Combater Ilícitos Eleitorais	-	Projeto de Melhoria do Processo "Fiscalizar Propaganda Eleitoral"
4. Fortalecer a segurança e transparência do Processo Eleitoral	Projeto de Melhoria do Processo "Realizar Avaliação das Eleições"	Projeto de Melhoria do Processo "Planejar a Eleição"
		Processo monitorado "Realizar Avaliação das Eleições"
5. Aprimorar a comunicação com o público externo	Processo monitorado "Tratar Reclamações do Cliente Externo"	Processo monitorado "Tratar Reclamações do Cliente Externo"
7. Desenvolver a Gestão Estratégica das Pessoas	Processo monitorado "Desenvolver o Plano Anual de Capacitação"	Processo monitorado "Desenvolver o Plano Anual de Capacitação"
8. Fortalecer a Governança Institucional	Processo monitorado "Monitorar a Estratégia"	Processo monitorado "Monitorar a Estratégia"
9. Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE/RJ	Processo monitorado "Realizar Manutenção nos Cartórios Eleitorais"	Processo monitorado "Realizar Manutenção nos Cartórios Eleitorais"
11. Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e de Custos	Processo monitorado "Monitorar a Execução Orçamentária"	Processo monitorado "Monitorar a Execução Orçamentária"
	Processo monitorado "Realizar Aquisição de Materiais"	Processo monitorado "Realizar Aquisição de Materiais"
	Processo monitorado "Realizar Contratação de Serviços"	Processo monitorado "Realizar Contratação de Serviços"

Tabela 5.3.1: Objetivos Estratégicos e processos associados

5.4 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.4.1 CONFORMIDADE LEGAL

As contratações TRE-RJ são submetidas à análise da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, visando à conformidade com as normas vigentes, principalmente, as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, os Decretos nº 7.892/2013, nº 5.450/2005 (até sua revogação em outubro de 2019) e nº 10.024/2019 (editais publicados a partir de 28/10/2019), as Resoluções CNJ nº 182/2013 e TSE nº 23.234/2010, recomendações do TCU e da unidade de controle interno e normativos internos.

5.4.2 CONTRATAÇÕES FORMALIZADAS EM 2019

Contratações realizadas por modalidade



Gráfico 5.4.2.1: Contratações realizadas por modalidade

Contratações diretas

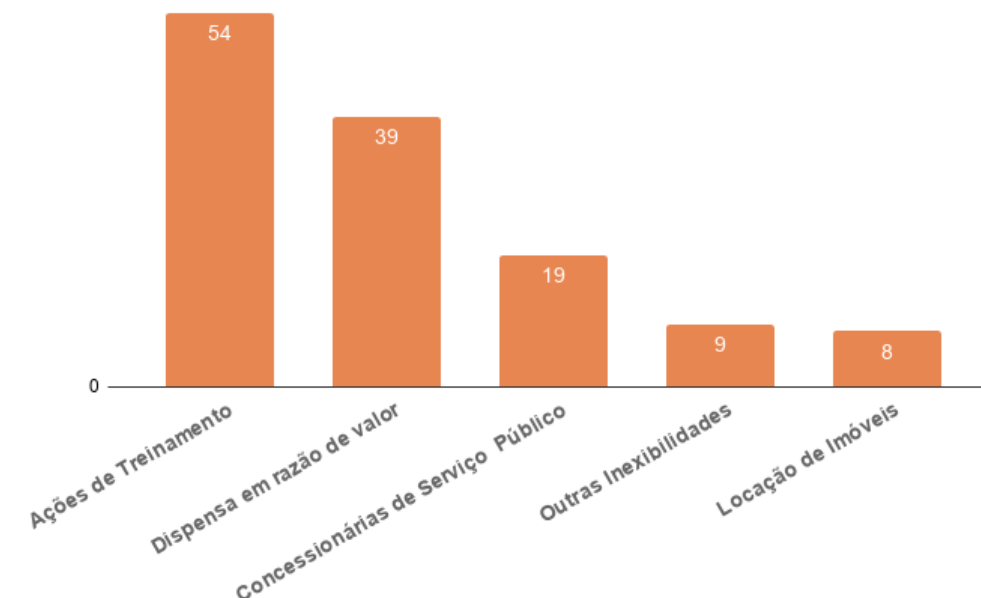


Gráfico 5.4.2.2: Contratações diretas

Justificativas para as Contratações Diretas

São realizadas contratações diretas para serviços fornecidos por concessionárias de serviços públicos (energia elétrica e fornecimento de água), por empresas públicas com regime de monopólio (ECT) e pela Imprensa Nacional.

Para as locações de imóveis, as contratações baseiam-se no inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93, as ações de treinamento no art. 25 da Lei nº 8.666/93. São realizadas, ainda, contratações diretas por dispensa em razão do valor (art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93).

Distribuição dos gastos com contratações por tipo de despesa

TIPO DE DESPESA	ORÇAMENTO ORDINÁRIO	ORÇAMENTO IMPLANTAÇÃO BIOMETRIA	TOTAL
Investimento	3.245.146,65	0,00	3.245.146,65
Custeio	38.575.212,36	4.779.746,00	43.354.958,36
Total	41.820.359,01	4.779.746,00	46.600.105,01

Tabela 5.4.2.1: Distribuição dos gastos com contratações por tipo de despesa

* Considerando as despesas liquidadas até 31/12/2019

Contratações por tipo de despesa

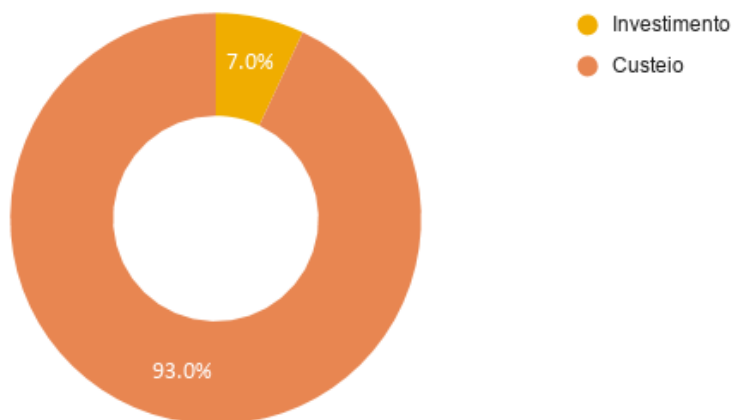


Gráfico 5.4.2.3: Contratações por tipo de despesa

Contratações por tipo de despesa e orçamento

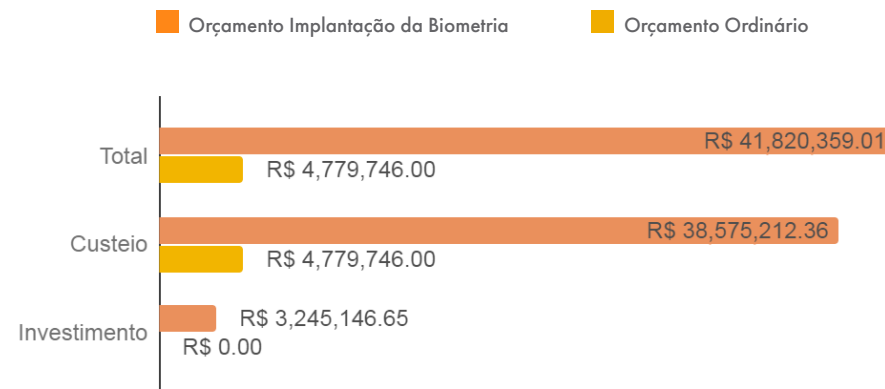


Gráfico 5.4.2.4: Contratações por tipo de despesa e orçamento

Distribuição dos Gastos com Contratações por Finalidade

FINALIDADE	ORÇAMENTO ORDINÁRIO	ORÇAMENTO IMPLANTAÇÃO BIOMETRIA	TOTAL
Funcionamento Administrativo	32.143.348,64	4.613.872,66	36.757.221,30
Contratações de TI	8.338.518,60	165.873,36	8.504.391,96
Capacitação de Servidores	751.325,42	0	751.325,42
Ações Estratégicas	587.166,35	0	587.166,35
Total	41.820.359,01	4.779.746,02	46.600.105,03

Tabela 5.4.2.2: Distribuição dos Gastos com Contratações por Finalidade

* Considerando as despesas liquidadas até 31/12/2019

Principais Gastos com o Funcionamento Administrativo

SERVIÇO	ORÇAMENTO ORDINÁRIO	ORÇAMENTO IMPLANTAÇÃO BIOMETRIA	TOTAL
Manutenção Predial	6.092.962,91	305.658,97	6.398.621,88
Limpeza	5.533.364,22	0	5.533.364,22
Apoio Administrativo	6.695.856,50	4.142.914,17	10.838.770,67
Vigilância	1.520.029,48	0	1.520.029,48
Locação de Imóveis	2.909.873,50	289.731,25	3.199.604,75
Passagens Aéreas	451.136,96	0	451.136,96
Energia Elétrica e Fornecimento de Água	3.353.424,56	0	3.353.424,56
Serviços de Comunicação	371.364,00	0	371.364,00
Serviços de Telecomunicações	543.332,01	0	543.332,01
Total	27.471.344,14	4.738.304,39	32.209.648,53

Tabela 5.4.2.3: Principais Gastos com o Funcionamento Administrativo

5.4.3 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, JUSTIFICATIVAS E ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O critério adotado para estabelecer a relevância de uma contratação foi sua relação com um ou mais objetivos estratégicos do TRE-RJ.

As contratações com maior relevância, ocorridas no ano de 2019, foram:

CONTRATAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO	JUSTIFICATIVA
Modernização do Data Center - Projetos	Aperfeiçoar a infraestrutura e governança de TIC	Garantir a infraestrutura de TIC necessária à disponibilidade dos sistemas e softwares utilizados pelo Tribunal.
Rede Privada Virtual - VPN	Aperfeiçoar a infraestrutura e governança de TIC	Aumentar a segurança no tráfego de dados entre as unidades da Justiça Eleitoral.
Implantação de Ferramenta de Inteligência e de Exploração de Dados - BI	Aperfeiçoar a infraestrutura e governança de TIC; Aprimorar a comunicação com o público externo; Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Aprimoramento da disponibilização de informações relevantes para o público externo, de modo a facilitar o atendimento à Lei de Acesso à Informação; Disponibilização de informações relevantes aos usuários do TRE-RJ, auxiliando a obtenção de métricas, resultados comparativos e indicadores que auxiliem na tomada de decisão.
Aquisição de Certificados Digitais para Expansão do Processo Judicial Eletrônico	Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional	Expandir a utilização do PJE para o 1º Grau, aumentando a celeridade da prestação jurisdicional, também relativamente a esta instância.

CONTRATAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO	JUSTIFICATIVA
Implantação da Gestão de Resíduos Sólidos Produzidos no TRE-RJ	Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Dar destinação ambientalmente correta às lâmpadas utilizadas no TRE-RJ.
Estruturação do Sistema de Governança - Ações de Treinamento	Fortalecer a governança institucional	Capacitar os gestores em governança pública e gestão de riscos e elaboração dos instrumentos e normativos para estruturação do sistema de governança do TRE-RJ.
Contratação de Apoio Administrativo para a Implantação do Cadastramento Biométrico de Eleitores	Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Ampliar a força de atendimento nas Zonas Eleitorais e Centrais de Atendimento visando o alcance das metas estabelecidas para o cadastramento biométrico no Estado do Rio de Janeiro.
Implantação de Sistema Gestão por Competências	Desenvolver a gestão estratégica de pessoas	Disponibilização de ferramenta informatizada apta à realização de avaliação de competências a ser realizada para os servidores do TRE-RJ.
Contratação de Serviços de Consultoria para Redesenho Organizacional e Dimensionamento da Força de Trabalho	Desenvolver a gestão estratégica de pessoas	Adequação da estrutura organizacional, distribuição de atribuições e dimensionamento da força de trabalho à estratégia do Tribunal.

Tabela 5.4.3.1: Contratações com maior relevância

5.4.4 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Um dos principais desafios em relação ao processo de contratação diz respeito ao seu planejamento, bem como seu monitoramento. Nesse sentido duas importantes ações concluídas no ano de 2019, contribuirão para a superação do desafio:

1. Revisão da normatização sobre o plano de contratações do Tribunal, incorporando melhorias na metodologia de elaboração, monitoramento e publicidade - Ato nº 500/2019, da Presidência do TRE-RJ.
2. Elaboração de instrução normativa que disciplina a obrigatoriedade, os papéis e as responsabilidades da fase de planejamento de contratações e instituiu o Manual de Planejamento de Contratações de Serviços, onde foram definidos os procedimentos a serem adotados em cada contratação e incorporadas rotinas para o gerenciamento de riscos destes processos - Instrução Normativa nº 6/2019, da Presidência do TRE-RJ.

Quanto ao futuro imediato, o principal desafio a ser enfrentado é a implementação de sistema de gestão de contratos que possibilite melhoria nos controles e disponibilidade das informações, para facilitar e agilizar as tomadas de decisão relativas às contratações. Projeto com este intuito encontra-se em andamento, estando em análise a viabilidade de utilização de ferramenta desenvolvida pela AGU.

Também para o exercício 2020, está prevista ação de aprimoramento do planejamento de aquisições de materiais permanentes e de consumo, a exemplo do que foi feito em relação à contratação de serviços.

5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

5.5.1 CONFORMIDADE LEGAL

A gestão de infraestrutura imobiliária do Tribunal Regional do Rio de Janeiro considera precipuamente as Leis nº 8.666/93 e 8.245/91, Resoluções CNJ nºs 114/2010 e 230/2016, bem como as resoluções internas nºs 1.063/18 e 1.082/18.

5.5.2 INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA IMOBILIÁRIA E EQUIPAMENTOS

Em 2019, R\$ 15,8* milhões foram investidos em adaptações, obras/reformas, manutenção predial, energia e água, telefonia, limpeza/conservação e infraestrutura para apoio à biometria, investimentos esses relacionados ao objetivo estratégico “Aprimorar a infraestrutura necessária ao desempenho das atividades do TRE-RJ”, previsto no Mapa Estratégico do TRE-RJ.

*(Valores liquidados em 2019)

Principais investimentos

SERVIÇO	ORÇAMENTO ORDINÁRIO	ORÇAMENTO IMPLANTAÇÃO BIOMETRIA	TOTAL
Manutenção Predial	6.092.962,91	305.658,97	6.398.621,88
Limpeza	5.533.364,22	0,00	5.533.364,22
Energia Elétrica e Fornecimento de Água	3.353.424,56	0,00	3.353.424,56
Serviços de Telecomunicações	543.332,01	0,00	543.332,01
Total	15.523.083,70	305.658,97	15.828.742,67

Tabela 5.5.2.1: Principais Investimentos (fonte: Siafi)

Investimentos em Capital

NATUREZA DA DESPESA	VALOR (R\$)
Obras e instalações	65.753,71
Equipamentos	3.179.392,94
Total	3.245.146,65

Tabela 5.5.2.2: Investimentos em Capital
Fonte: Siafi

5.5.3 DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Em 2019, foram executados cinco processos de desfazimento de bens móveis, sendo quatro por doação e um por abandono, totalizando o valor líquido de R\$ 507.030,72.

5.5.4 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Em 2019 o TRE-RJ contou com 49 locações de imóveis cujo custo total foi de R\$ 3.199.604,75, sendo 5 locações para abrigar postos de atendimento para cadastramento biométrico de eleitores, perfazendo o valor de R\$ 289.731,25.

O Tribunal mantém instalados 165 Cartórios Eleitorais, a Sede do Tribunal, Núcleo Administrativo do Caju e Depósitos de Urnas.

Locação de imóveis (em milhões)

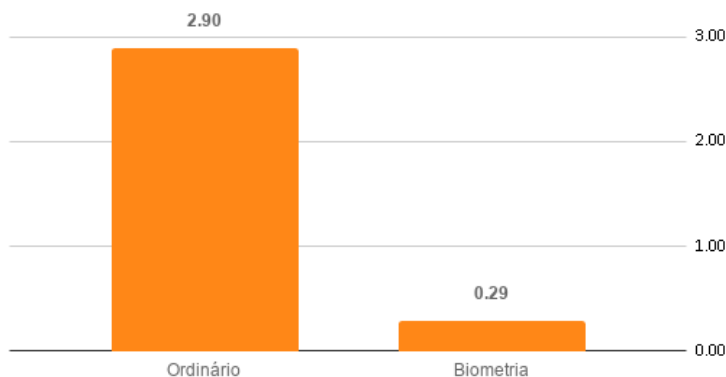


Gráfico 5.5.4.1: Locação de imóveis

Os gastos com locações de equipamentos, no valor total de R\$ 391.454,97, destinaram-se ao serviço de reprografia, ao outsourcing para impressão de documentos (STI) e à central telefônica.

Locação de imóveis ordinários - Comparativo de gastos (em milhões)

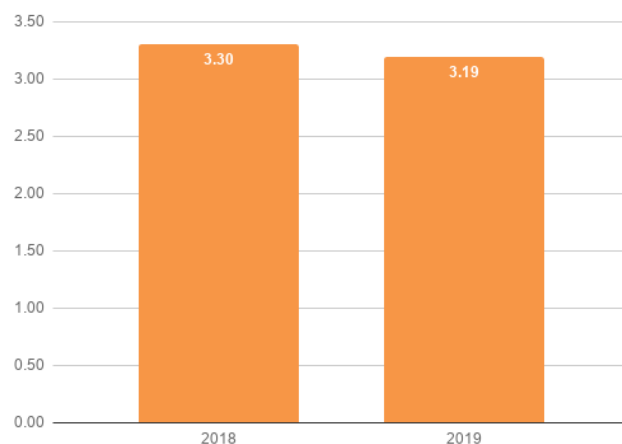


Gráfico 5.5.4.2: Locação de imóveis ordinários - Comparativo de gastos

5.5.5 MUDANÇAS E REALOCAÇÕES/AMPLIAÇÕES

Em 2019, foram realizadas 14 transferências de cartórios eleitorais, sendo 2 unidades instaladas em Shopping Centers, 3 em cessões de fóruns do Tribunal de Justiça e as 9 demais, em locações de imóveis. Todas as transferências e realocações de imóveis, visaram proporcionar melhores condições de instalação e acessibilidade.

5.5.6 RESULTADOS ALCANÇADOS

- Aumento relevante de instalações acessíveis
- Melhoria na instrução das contratações de materiais
- Aprimoramento do controle contratual
- Melhoria da aderência da execução orçamentária

5.5.7 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Manter a política de agrupamento de imóveis
- Viabilizar a contratação de manutenção predial sob demanda
- Viabilizar a terceirização de uma parcela do serviço de transporte
- Aprovar a Política de Gestão de Resíduos Sólidos

5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

5.6.1 CONFORMIDADE LEGAL

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o TRE-RJ observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo CNJ, TSE, órgãos de controle e padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, interoperabilidade de sistemas, licitação e fiscalização de contratos.

5.6.2 MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

O Modelo de Governança de TIC do TRE-RJ, alinhado ao Modelo de Governança Corporativo do TRE-RJ, tem como principal instância o Comitê Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - CDTIC. O CDTIC tem como objetivos elaborar e aprovar políticas relativas à Tecnologia da Informação e Comunicação, monitorar e propor a alocação das reservas orçamentárias para os projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação, definir padrões de qualidade da infraestrutura de tecnologia da informação, coordenar e articular as ações visando à prospecção e adoção de novas tecnologias e estabelecer ações visando à integração de sistemas e informações.

O CDTIC/TRE-RJ é composto pelos titulares das seguintes unidades: Diretoria-Geral, Assessoria Administrativa da Presidência, Assessoria da Vice-Presidência e Corregedoria, Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Secretaria Judiciária, Secretaria de Administração, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais, Secretaria de Tecnologia da Informação, Coordenadoria de Sistemas Eleitorais, Coordenadoria de Infraestrutura, Coordenadoria de Logística e Coordenadoria de Soluções Corporativas.

A gestão das atividades de TIC é compartilhada pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC, composto pelo Secretário de Tecnologia da Informação e pelos responsáveis pelas coordenadorias de Infraestrutura, Logística, Sistemas Eleitorais e Soluções Corporativas. O CGTIC reúne-se ao menos uma vez por mês para acompanhamento da elaboração e execução dos planos e para um melhor alinhamento de ações entre as diversas unidades que compõem a STI.

O TRE-RJ não possui Plano Estratégico de TIC vigente e, consequentemente, não possui Plano Diretor de TIC, embora tenha sido iniciada no final de 2019 a execução de plano de trabalho para elaboração de um novo Plano Estratégico de TIC. No entanto, os indicadores estratégicos relacionados à área de TIC tiveram seus resultados medidos e acompanhados em relação ao plano estratégico institucional. O Plano de Contratação de Soluções de TIC para 2019 foi aprovado no exercício anterior e foi monitorado ao longo de 2019 pelo CDTIC e o plano referente ao exercício de 2020 também já foi aprovado (planos disponíveis em: http://www.tre-rj.jus.br/site/transparencia/index.jsp?vmenu=plano_geral_contratacao_ti/lista_plano_ti.jsp). Destaca-se que o objetivo estratégico vinculado à área de TIC atingiu a meta de resultado definida para o ano de 2019 no Plano Estratégico Institucional.

No último levantamento de governança de TI do TCU referente ao exercício de 2018, o TRE-RJ apresentou um índice iGovTI de 31 %, considerado como em fase inicial, apresentando menor pontuação nos quesitos relacionados a riscos e planejamento. No índice iGovTICJud 2019, do CNJ, o TRE-RJ obteve um resultado de 0,66, sendo classificado como satisfatório. Este resultado representa um incremento de 0,14 ponto em relação ao resultado do levantamento de 2018.

Diagrama do Modelo de Governança de TIC no TRE-RJ



Figura 6: Sistema de Governança e Gestão de TIC no TRE-RJ

5.6.3 RECURSOS APLICADOS EM TIC

Montante de recursos aplicados em TI – 2018

GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2018
Investimento	R\$ 4.057.551,85	R\$ 2.665.093,48	R\$ 888.768,25
Custeio	R\$ 6.063.556,14	R\$ 5.652.036,23	R\$ 446.607,79
TOTAL	R\$ 10.121.107,99	R\$ 8.317.129,71	R\$ 1.335.376,04

Tabela 5.6.3.1: Montante de recursos aplicados em TI – 2018
Fonte: SOF/TRE-RJ

Montante de recursos aplicados em TI – 2019

GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2018
Investimento	R\$ 2.638.253,26	R\$ 2.183.570,16	R\$ 1.437.798,22
Custeio	R\$ 7.264.579,32	R\$ 6.627.286,43	R\$ 451.503,77
TOTAL	R\$ 9.902.832,58	R\$ 8.810.856,59	R\$ 1.889.301,99

Tabela 5.6.3.2: Montante de recursos aplicados em TI – 2019
Fonte: SOF/TRE-RJ

Despesas empenhadas – Orçamento ordinário

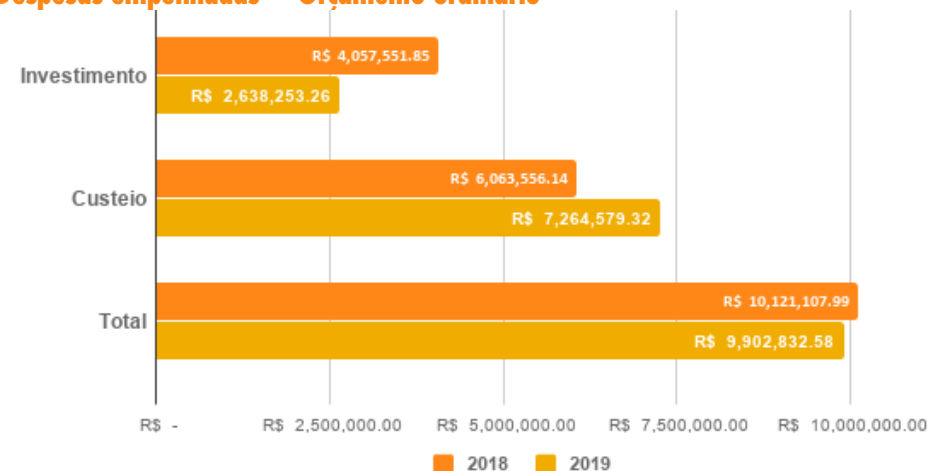


Gráfico 5.6.3.3: Despesas empenhadas – Orçamento ordinário

Gastos de TI por Natureza de Despesa (empenhos em 2019 - orçamento ordinário)

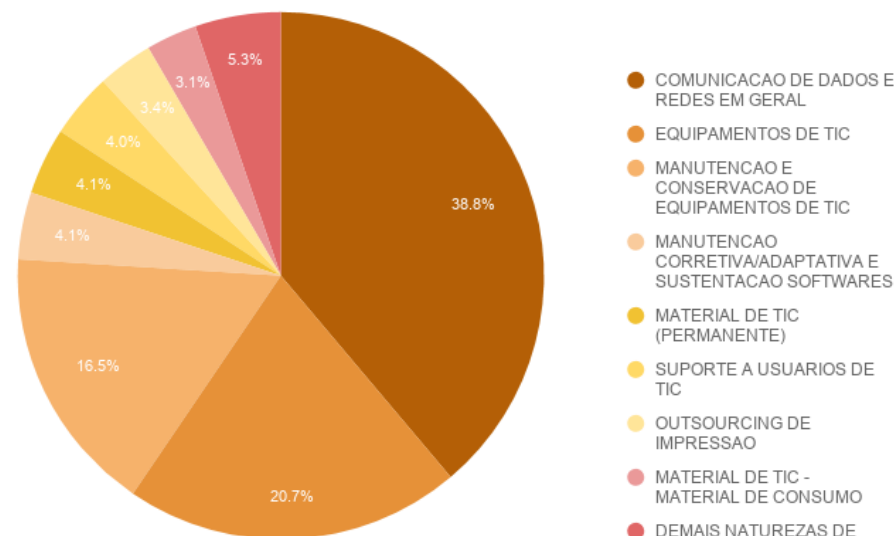


Gráfico 5.6.3.4: Despesas empenhadas – Orçamento ordinário

5.6.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI (VIGENTES EM 2019)

CONTRATADA	CONTRATO Nº	VALOR EMPENHADO EM 2019 (R\$)	OBJETO
OI MÓVEL S.A.	1/2015	4.033.878,26	Serviços de comunicação de dados para os cartórios eleitorais*
INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA	114/2017	639.953,40	Serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos de informática pertencentes ao Tribunal*
W P SISTEMAS REPROGRÁFICOS E IMPRESSÃO LTDA – ME	12/2014 e 1/2016	230.746,37	Registro de Preços para Contratação de serviços de impressão (outsourcing)
VR CONSULTORIA LTDA – EPP	121/2018	863.483,30	Contrato de prestação de serviços de conservação para as urnas eletrônicas – TRE-RJ
INTEROP INFORMATICA LTDA	76/2017	377.282,52	Serviços para a organização, desenvolvimento, implantação e a operação continuada de Central de Serviços (Service Desk) para atendimento e suporte técnico de 1º nível (remoto) aos usuários de soluções de TI

* incluídos valores referentes ao cadastramento biométrico
Tabela 5.6.4.1: Contratações mais relevantes de TIC em 2019
Fonte: SOF/TRE-RJ

5.6.5 CADEIA DE VALOR – PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TI	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Gerir Cadastro de Eleitores	Disponibilização do sistema de gerenciamento de senhas para Postos de Biometria	Possibilita que o eleitor seja atendido na ordem agendada ou de chegada, respeitando casos de prioridade, agilizando o atendimento aos eleitores e possibilitando ganho de performance no atendimento
	Melhorias no sistema de agendamento de atendimento	Melhorias no sistema de agendamento pela Internet para melhor suportar os picos de utilização e melhorias diversas na interface para os eleitores. Também foi realizada alteração do sistema para atendimento com escopo estadual, permitindo que o eleitor seja atendido por outras zonas eleitorais além daquela associada ao seu endereço, ampliando as possibilidades de atendimento ao eleitor
	Melhorias na página da biometria na Intranet	Melhorias na página da intranet do Recadastramento Biométrico no Estado do Rio de Janeiro, facilitando o acesso a informações sobre o cadastro biométrico
	Integração de dados com o Tribunal de Justiça do RJ para obtenção de dados para o sistema Infodip	Agilização e ampliação da capacidade de recebimento dos dados oriundos do Tribunal de Justiça do RJ, permitindo maior rapidez na atualização do cadastro eleitoral em relação aos eventos que podem gerar interrupção dos direitos políticos do cidadão, como óbitos ou condenações criminais
	Alteração dos sistemas administrativos para exibição do nome social	Assegura a possibilidade do uso do nome social às pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciais, aos magistrados, aos estagiários, aos servidores e aos trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário, em cumprimento à Resolução CNJ nº 270/2018
	Suporte e apoio à realização de revisões de eleitorado	Instalação de redes de comunicação e computadores para montagem dos postos de atendimento nas revisões de eleitorado, bem como demais tarefas de apoio e suporte, como a realização de plantões, de modo a permitir a realização de recadastramento de eleitores com coleta de dados biométricos em 35 municípios do Rio de Janeiro

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TI	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Realizar Eleição	Suporte e apoio à realização de eleições suplementares para Prefeito e Vice-Prefeito	Realização de plantões e tarefas de apoio à realização das eleições suplementares nos municípios de Paraty e Iguaba Grande
Realizar Prestação Jurisdicional em Matéria Eleitoral	Finalização da implantação do Sistema Nacional de Videoconferência do CNJ	Otimização dos custos na realização das atividades jurisdicionais e das diversas atividades correcionais, tornando-as mais eficientes, por possibilitar a transmissão instantânea de imagem e voz através da rede mundial de computadores, estabelecendo um canal de comunicação direto, rápido, seguro e eficaz entre a Corregedoria Nacional de Justiça e as unidades jurisdicionais brasileiras
	Finalização da instalação de segundo monitor em todos os equipamentos das unidades da Sede e das zonas eleitorais que façam uso dos sistemas PJE e SEI	Garantir aos usuários dos sistemas PJE e SEI a utilização dos recursos de visualização necessários para a eficiente operacionalização das funcionalidades disponíveis nos referidos sistemas
	Aquisição de scanners para todas as zonas eleitorais tendo em vista a implantação do PJE e SEI	Garantir aos usuários dos sistemas PJE e SEI a utilização dos recursos de digitalização necessários para a eficiente operacionalização das funcionalidades disponíveis nos referidos sistemas
	Apoio à implantação do PJE no 1º grau de jurisdição no TRE-RJ	Agilização na implantação do sistema PJE nos cartórios eleitorais por meio de atividades de apoio, incluindo instalação de ambiente de treinamento, criação das contas de acesso, gerenciamento do fornecimento de certificados digitais e instalação de sistemas de apoio, dentre outras atividades, o que possibilitou a implantação do PJE em todos os cartórios eleitorais do TRE-RJ dentro dos prazos definidos
Informar e Orientar a Sociedade	Melhorias no site de internet para atender às determinações do CNJ em relação à transparência e acesso à informação (dados abertos)	Melhorias no site do TRE-RJ na internet a fim de atender às recomendações do CNJ nos aspectos de transparência, publicidade das informações e facilitando o fornecimento de dados através de formatos abertos
	Melhorias no Sistema Ouvidoria, com a implementação de um módulo de acompanhamento da ocorrência pelo cidadão	Implantação de nova consulta que permite ao cidadão acompanhar a execução das etapas no atendimento de sua ocorrência de forma eletrônica

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TI	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Processos de Suporte de Tecnologia da Informação	Elaboração do projeto de modernização do data center	Aperfeiçoamento do planejamento para melhoria das instalações do centro de dados do TRE-RJ, de modo a otimizar o projeto, licitação e execução das adequações da infraestrutura necessária para o funcionamento dos equipamentos servidores do TRE-RJ. O projeto visa prevenir a perda, dano ou comprometimento dos equipamentos e sistemas de informação do TRE-RJ e a interrupção das atividades de cadastramento, armazenamento e processamento de dados eleitorais e de dados internos organizacionais
	Implantação da Ferramenta de Business Intelligence (BI) e criação de painéis para os gestores e unidades operacionais	A implantação da solução facilitou a disponibilização de dados para gestores e unidades operacionais, através de painéis que facilitam a interpretação dos dados e o processo de tomada de decisão. Foram disponibilizados painéis para diversas áreas de negócio (financeiro, gestão de pessoas, diretoria etc.), que também promoveram a melhoria de diversos processos de trabalho ao facilitar o acesso aos dados
	Migração do principal servidor do banco de dados do tribunal para novo equipamento e atualização do seu software para versão mais recente	A migração para o novo equipamento trouxe um ganho geral de performance para diversas aplicações de negócio que são utilizadas internamente no Tribunal e para algumas outras acessadas por usuários externos através da internet
	Melhorias na configuração e disponibilização de serviços das impressoras e multifuncionais nos cartórios eleitorais	Aumento na disponibilidade por meio da configuração das impressoras e multifuncionais diretamente na rede local, permitindo utilização independente de conexão física a um equipamento servidor. A evolução da ferramenta de digitalização permitiu que o procedimento de digitalização passasse a ser realizado a partir de qualquer estação do cartório eleitoral, com conteúdo salvo em local centralizado e organizado, garantindo eficiência e rapidez no serviço
	Melhorias na distribuição de arquivos aos cartórios eleitorais	Melhor utilização do link de comunicação de dados, sem comprometimento dos demais acessos realizados pelos cartórios e agilização nas atualizações de sistemas
	Implantação da solução SITDOC como repositório de documentos digitais	A implantação desta solução permite a reutilização de documentos digitais em um repositório, gerando assim economia de espaço de armazenamento de dados além de facilitar o acesso à documentos que antes só eram acessíveis no formato físico

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TI	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Processos de Suporte de Tecnologia da Informação	Instalação automatizada de certificados digitais e outras ferramentas de apoio nas estações de atendimento dos cartórios	Maior agilidade no atendimento ao eleitor, reduzindo a indisponibilidade dos equipamentos durante as manutenções e atualizações
	Nova fase de implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI	Tramitação dos processos de forma eletrônica: - redução de custos financeiros e ambientais ligados à impressão de documentos - redução de custos logísticos de entrega e armazenamento de processos - redução de tempo gasto com a abertura, manipulação, localização e tramitação de processos e documentos - eliminação de perdas extravios de documentos e processos - compartilhamento simultâneo de processos e documentos - “transparência” e publicidade dos processos e documentos de acordo com critérios definidos - ampliação da gestão do conhecimento e dos processos de trabalho
	Substituição periódica dos equipamentos do parque de computadores da Sede, bem como de equipamentos de apoio (no-breaks), conforme padrões de vida útil estabelecidos para cada material	Garantir que as atividades desempenhadas por seus usuários não sejam prejudicadas por equipamentos defasados ou de baixo desempenho, mantendo sempre como princípios a padronização para cada necessidade levantada, a ampliação ou redução quando justificada e a atualização das soluções disponibilizadas

Tabela 5.6.5.1: Cadeia de Valor - Principais iniciativas e resultados

5.6.6 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O TRE-RJ, por meio da Resolução nº 1.066/2018, instituiu a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR) em conjunto com o processo de resposta a incidentes de segurança em rede de computadores, de modo a realizar o tratamento de incidentes de segurança da informação e o processo definido está sendo executado a cada incidente identificado/reportado.

Foram executadas verificações para análise de vulnerabilidades nos equipamentos de rede de modo a identificar e acompanhar a execução das devidas correções e atualizações de segurança nos diversos sistemas em uso no TRE-RJ.

O TRE-RJ, por meio da Instrução Normativa DG nº 7/2018, instituiu processo para a gestão dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-RJ.

Foi deliberada pelo Comitê de Gestão de TIC o início de processo para formalização de uma política de cópias de segurança (backup), bem como de processo de gestão de vulnerabilidades técnicas de TI.

O TRE-RJ, por meio da Resolução nº 1.101/2019, instituiu Política de Gestão de Riscos e posteriormente foi aprovado Manual de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ, de modo a identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a instituição, a fim de fornecer segurança razoável à realização dos objetivos institucionais no cumprimento de sua missão.

Em 2019, a STI fez a gestão do fornecimento de certificados digitais aderentes à ICP-Brasil para 709 servidores e 2 equipamentos, de modo a possibilitar acesso seguro ao sistema de processo judicial eletrônico – PJE e ao site Internet do TRE-RJ.

Foi verificada uma melhoria na avaliação interna de segurança da informação, cujo indicador de acompanhamento em relação aos itens constantes no

levantamento de Governança do TCU saltou de 52% em 2018 para 59% em 2019, ficando dentro da margem de atendimento da meta de crescimento estimada no planejamento estratégico.

Em 2019 foi disponibilizado treinamento em segurança da informação por meio de ensino a distância para todos os servidores do TRE-RJ e foi publicado aviso com orientações sobre como proceder em casos de SPAM/phishing.

5.6.7 PRINCIPAIS DESAFIOS (DIFICULDADES, FRAQUEZAS E RISCOS)

Número insuficiente de servidores na área de Tecnologia da Informação, mantendo o TRE-RJ abaixo da força mínima de pessoal recomendada pela Resolução CNJ nº 211, o que gera uma série de riscos, tais como:

- Alongamento dos prazos na execução de projetos;
- Limitação na possibilidade de automatização de processos internos;
- Perda do conhecimento técnico, por vezes irrecuperável, sobre os sistemas existentes, em razão da aposentadoria de servidores sem que tenha havido reposição dos mesmos;
- Aprisionamento e condicionamento tecnológico com relação a fornecedores e prestadores de serviço;
- Prejuízo à imagem da instituição, em especial por decisões tomadas em face de informações inadequadas;
- Sobrecarga às chefias na área de TI, trazendo-lhes, ainda, óbices em exercer mais eficazmente as funções de planejamento, direção, coordenação e avaliação dos respectivos trabalhos, assim como exercer a liderança administrativa eficaz e eficiente perante suas equipes. Isso compromete não somente a gestão, mas, também, a governança de TI.

As principais fraquezas e riscos detectados referem-se à não elaboração do planejamento estratégico e diretor de TIC, uma vez que não houve o desmembramento do plano estratégico para a área de TI. Esta situação tem permanecido em razão da insuficiência de pessoal na área responsável pelo

planejamento estratégico do TRE-RJ, porém, em meados de 2019 houve a alocação de funções de assistente de planejamento para todas as secretarias e coordenadorias e, no final do ano, foi produzido plano de trabalho para elaboração de um novo Plano Estratégico de TIC, alinhado ao Plano Estratégico Institucional.

Outro item que merece destaque refere-se à gestão das contratações e à gestão de recursos de TI, que têm sofrido pressão constante para maiores entregas ao órgão e à sociedade, porém esbarram em restrições cada vez maiores de orçamento e falta de pessoal. O cenário de contingenciamento orçamentário agravou esta situação e resulta em prejuízo para os ciclos PDCA (“Plan - Do - Check - Act/Adjust” – “Planejar - Executar - Verificar - Ajustar”).

A execução de projetos com prazos reduzidos para novas implementações decorrentes de determinações do CNJ ou do TSE acaba por envolver grande parte da equipe, prejudicando principalmente as chefias, o que gera ainda mais sobrecarga para as mesmas e prejudica ainda mais a execução das funções de planejamento e avaliação.

Verifica-se bastante dificuldade para o lançamento de novos serviços na forma digital devido, principalmente, à escassez de recursos de pessoal técnico e ao comprometimento das atividades de planejamento e avaliação.

5.7 GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no § 3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2019, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15, e § 2º do mesmo art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União - TCU. A partir de então e até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir de exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir mais de 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:

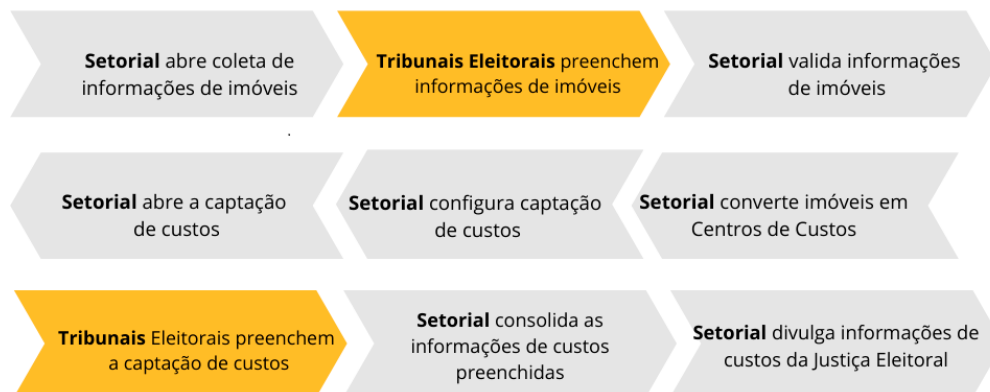
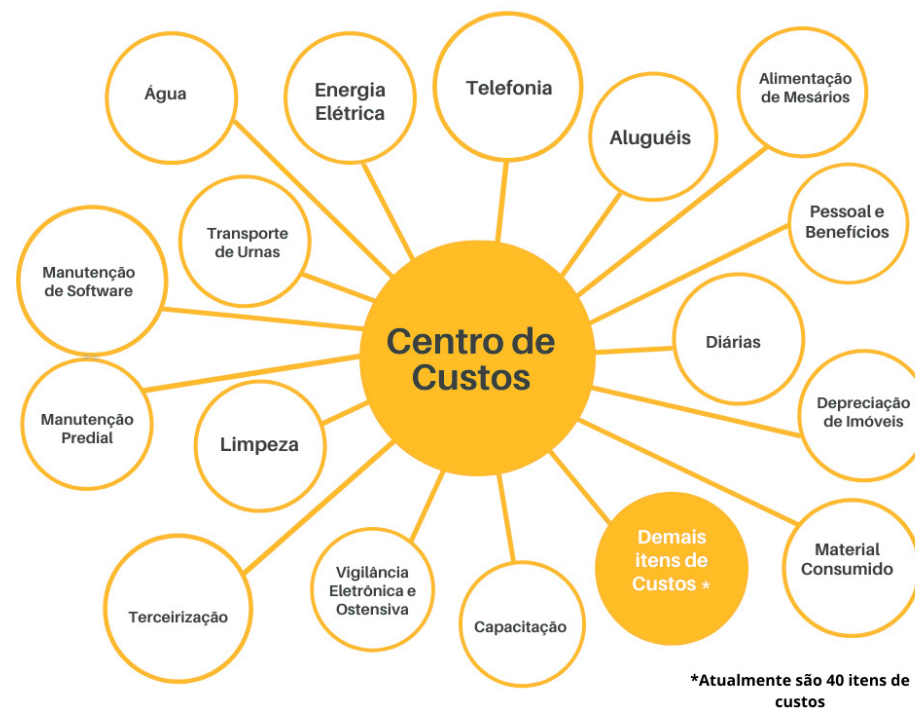


Imagem 5.7.1: Fluxo de processos

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/ Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 40 itens de custos

Imagem 5.7.2: Apuração de custos

No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Imagem 5.7.3: Apuração de custos

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2019, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retra-

tar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, a distribuição dos custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Janeiro no exercício de 2019, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

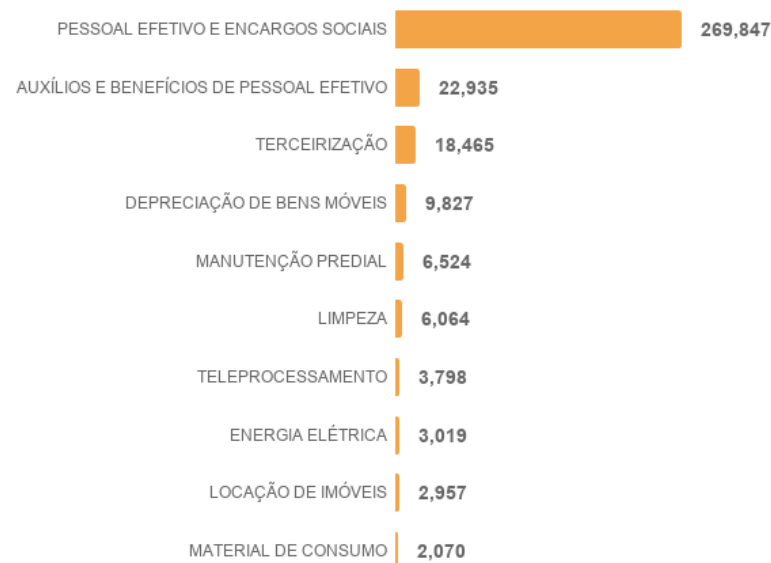


Gráfico 5.7.1: 10 maiores itens de custos (em R\$ mil)

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

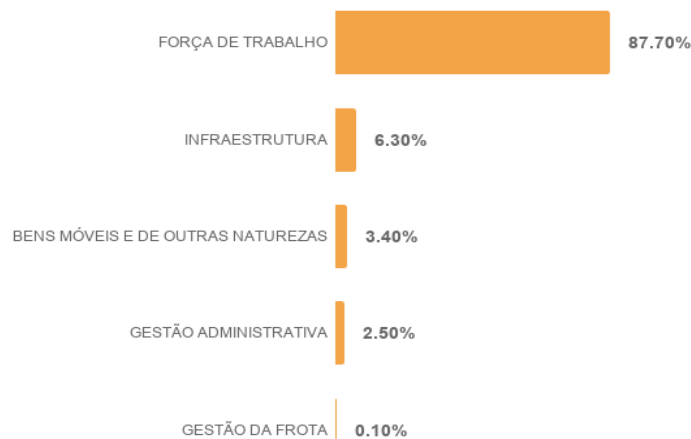


Gráfico 5.7.2: Custos por Subgrupos (em %)

Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

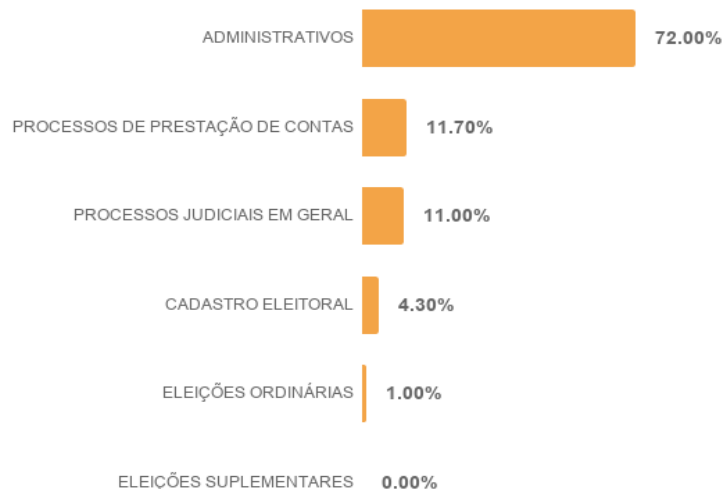


Gráfico 5.7.2: Custos por Atividades/Serviços (em %)

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

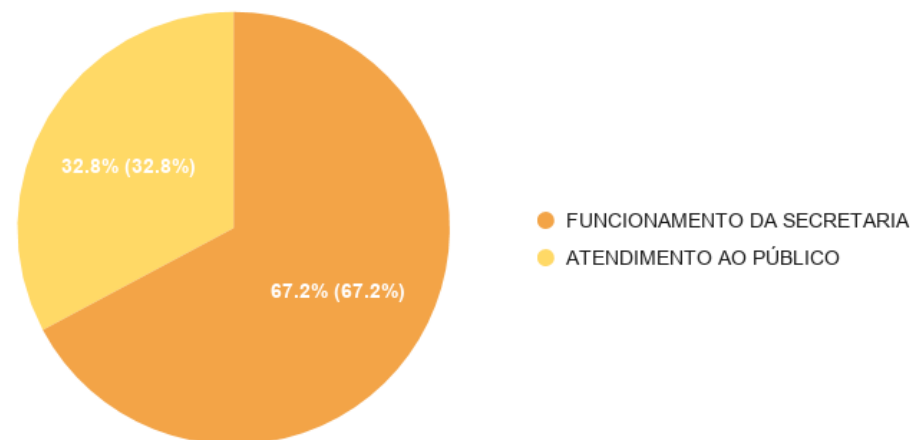


Gráfico 5.7.4: Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)

Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, onde a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

5.8 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

REDUÇÃO DE POLUENTES E DESAFIOS A ENFRENTAR

27% de redução no consumo de copos descartáveis para água (per capita). Economia de mais de R\$4.000.

Contribuíram para a redução: IN DG nº 05/2012 e Ato GP nº 519/19, que regulamentam a quantidade de pedidos de copos descartáveis, distribuição e uso de canecas e squeezes nas diversas unidades do Tribunal.

18% de aumento no consumo de fotocondutores

78% de aumento no consumo de toners e cartuchos para impressoras Impactado pelas revisões Biométricas*. Com a recente implantação do SEII, que virtualiza os processos administrativos, e do PJe nas Zonas Eleitorais, a expectativa é de uma maior redução no volume de impressões, o que impacta no consumo de toners, cartuchos e kits fotocondutores e de papel. Com a futura implantação do outsourcing de impressão em todo o TRE-RJ, os quantitativos destes materiais também tenderão a reduzir.

30% de aumento no consumo de copos descartáveis para café (per capita)

Impactado pelas revisões Biométricas*, principalmente nas Centrais de Atendimento ao Eleitor. O Tribunal está estudando a viabilidade de abolir a compra deste insumo.

216% do papel consumido foi destinado à reciclagem

Grande impacto em virtude de desfazimento e fragmentação de bobinas e caixas de papelão inservíveis (de urnas eletrônicas) e de documentos em função da temporalidade (passivo do arquivo central).

Em 16/08/2018, foi firmado Convênio de Cooperação entre a UERJ e o TRE-RJ para elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, o qual ainda se encontra em elaboração.

97% das contratações de serviços observaram critérios sustentáveis

25% dos pedidos de aquisições de bens observaram critérios sustentáveis.

Em 2020 será realizado estudo para implementação de compras compartilhadas e revisão do Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis na Licitações, o qual se encontra publicado no link: www.tre-rj.jus.br/ambiental/arquivos/GUIA_DE_INCLUSAO_AMBIENTAL.pdf

1% de aumento no consumo de energia elétrica

Possível impacto pelas revisões Biométricas*. Ao longo de 2020 será executado projeto de instalação de lâmpadas de LED, aparelhos de ar condicionado eficientes e 3 fontes de energia fotovoltaica, aprovado na 6ª Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética da Light.

19% de redução no consumo de papel (per capita). Economia de mais de R\$ 46.000.

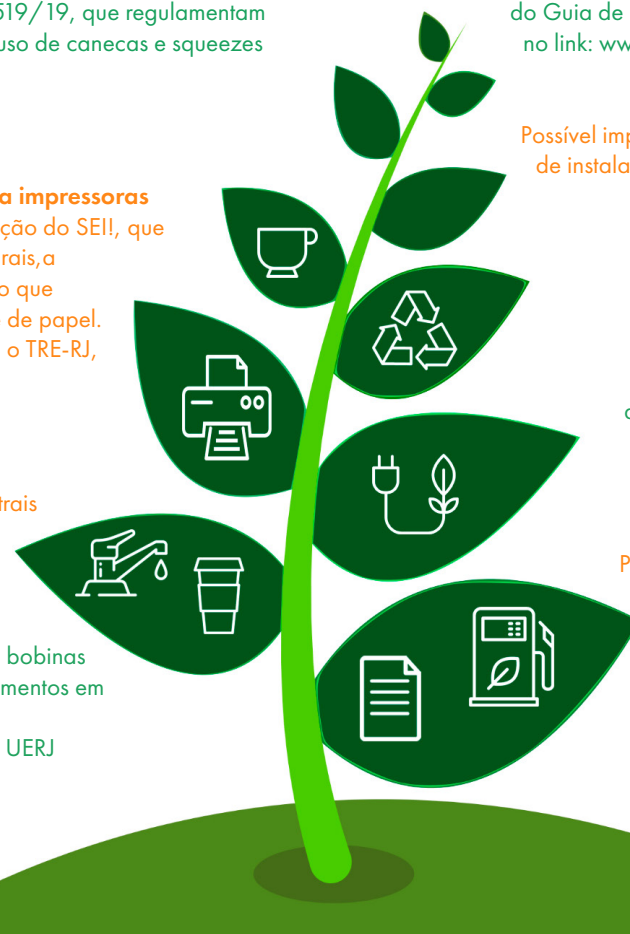
A implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito do 1º grau de jurisdição, o ajuste de parâmetros para fornecimento de papel A4 a partir da utilização dos resultados do controle de impressões e a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEII) contribuíram para a redução do consumo de papel.

3% de aumento no consumo de combustível (por km rodado)

Possível impacto pelas revisões Biométricas*. O Plano de Logística Sustentável contempla um plano de ação destinado a aperfeiçoar a gestão da frota de veículos e o consumo de combustíveis. Além disso, foi recém desenvolvido e entregue o Manual dos Motoristas.

19% de aumento no consumo de água e esgoto

Foram detectados e sanados vazamentos em 4 Zonas Eleitorais e no Núcleo Administrativo do Caju (válvulas de descarga e tubulações). As válvulas de descarga e torneiras de lavatório continuarão sendo substituídos por equipamentos ecoeficientes nos cartórios eleitorais, visando a maior economicidade.



*Tendo em vista a maior demanda de recursos em anos eleitorais, os resultados de 2019 foram comparados aos de 2017, de modo a respeitar a sazonalidade típica da Justiça Eleitoral. A realização do recadastramento biométrico obrigatório em 35 municípios representou 52% a mais no quantitativo de municípios e 96% a mais de eleitores biometrizados em relação a 2017, impactando algumas despesas.



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

6.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro referentes ao exercício de 2019 estão publicadas no sítio eletrônico do TRE-RJ, menu Transparência/Demonstrações Contábeis.

6.2 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.2.1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (UG 070017) é um órgão de jurisdição especializada que integra o Poder Judiciário da União e cuida da organização do processo eleitoral (alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos, diplomação dos eleitos, etc.). É composto de sete juízes: dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ-RJ); dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo TJ; um juiz do Tribunal Regional Federal (TRF – 2ª Região); e dois juízes nomeados pelo presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça (art. 120 da CF/1988). A sede do Tribunal está localizada na Avenida Presidente Wilson, nº 194 e 198, Centro – Rio de Janeiro. Sob sua jurisdição administrativa e financeira há 165 Zonas Eleitorais distribuídas por todo o Estado do Rio de Janeiro. Cada Zona Eleitoral é composta por um juiz de direito de primeiro grau de jurisdição da Justiça Estadual do Rio de Janeiro, sendo algumas de suas atribuições: (i) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns, exceto o que for da competência originária do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais; (ii) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; e (iii) tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições. Os cartórios da Juízos Eleitorais estão instalados em imóveis alugados de terceiros, em imóveis

ou espaços cedidos por outros órgãos públicos e em imóveis próprios.

6.2.2 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são instrumentos de análise e controle em nível gerencial, demonstrando as situações econômico-financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades. Essas informações foram organizadas e elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 1986, da Lei nº 10.180, de 2001, e da Lei Complementar nº 101, de 2000. Atendem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial. Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades, e o método utilizado para mensuração e avaliação é o custo médio ponderado.

Foram registradas no ativo patrimonial as despesas antecipadas decorrentes de contratação de assinaturas de jornais, revistas, periódicos e de contratação de seguros de bens móveis e imóveis. As despesas antecipadas foram amortizadas à medida que incorridas ou realizadas.

Em relação aos bens imóveis, o cadastramento inicial é realizado no SpiuNET, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), a qual utiliza de parâmetros próprios de registros. A reavaliação ou atualização dos valores é realizada a partir do sistema SpiuNET mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

Os bens do ativo imobilizado foram depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade

Aplicada ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional, e seus respectivos valores foram contabilizados mensalmente durante o exercício. A metodologia de cálculo para o registro de depreciação no patrimônio foi a de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. O sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em novembro de 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e com a amortização correspondente, para implantação e ajuste de contas até o final do exercício de 2019.

As transferências financeiras são realizadas mensalmente, por meio de sub-repasses, pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

6.2.3 NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Balanço Financeiro – BF;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

Composição dos principais itens das Demonstrações Contábeis

Nota 1: Caixa e Equivalente de Caixa

Representam valores recebidos do Tribunal Superior Eleitoral para pagamento de despesas ou aquisição de bens autorizados na Lei Orçamentária Anual durante

o exercício de 2019 e de recursos referentes ao pagamento de Restos a Pagar. Não há saldo em moeda estrangeira. Houve aumento de 50%, tendo em vista a expectativa de pagamento de diversas obrigações com vencimento no período de 15/12/19 a 15/01/20 que não se concretizaram. Mesmo com a variação acima, o item representou menos de 5% para os anos 2019 e 2018.

Nota 2: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos a servidores de auxílio-alimentação e auxílio-transporte, bem como créditos a receber oriundos de acertos financeiros com os servidores. O item manteve-se estável entre os exercícios 2019 e 2018, tanto em valores monetários quanto em valores proporcionais ao ativo (7%).

Nota 3: Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. O item sofreu aumento de 50% devido à devolução de cartão de memória utilizado nas urnas. A peça fica guardada no almoxarifado. Nas eleições são distribuídos aos Cartórios Eleitorais para serem adicionados às urnas eletrônicas. No ano seguinte, são retirados e retornam para o almoxarifado, permanecendo até as próximas eleições.

Nota 4: Imobilizado

Segue composição do imobilizado para os anos de 2018 e 2019:

IMOBILIZADO	31/12/2019	31/12/2018
Bens Moveis	51.550.735,07	57.056.351,05
(+) Valor Bruto Contábil	114.606.288,99	110.086.046,43

IMOBILIZADO	31/12/2019	31/12/2018
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-63.055.553,92	-53.029.695,38
Bens Imóveis	22.794.764,22	25.137.451,30
(+) Valor Bruto Contábil	27.821.467,87	27.755.714,16
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-5.026.703,65	-2.618.262,86
Total do Imobilizado	74.345.499,29	82.193.802,35

Tabela 6.2.3.1: composição do imobilizado

Os bens móveis em 31/12/2019 totalizam R\$ 51.550.735,07 e estão distribuídos na forma abaixo:

CONTA	31/12/2019	31/12/2018
Equipamentos de TI	96.541.239,52	93.161.892,24
Mobiliário em Geral	7.065.917,85	6.558.566,20
Veículos	4.399.747,37	4.399.747,37
Aparelhos e Utensílios Domésticos	2.946.269,71	2.432.320,74
Maquinas e Equipamentos Energético	1.269.257,09	1.182.350,09
Demais bens móveis	2.383.857,45	2.351.169,79
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-63.055.553,92	-53.029.695,38
Total	51.550.735,07	57.056.351,05

Tabela 6.2.3.2: distribuição dos bens móveis

Dos Bens Móveis do TRE-RJ, 84% referem-se a equipamentos de TI, 6% mobiliário geral e 4% veículos.

Os Bens Imóveis da União registrados no TRE-RJ totalizam R\$ 22.794.764,22 em 31/12/2019, distribuídos na forma abaixo:

CONTA	31/12/2019	31/12/2018
Bens de uso especial	26.586.392,36	26.586.392,36
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	842.788,76	834.888,76
Instalações	285.278,41	285.278,41
Estudos e Projetos	107.008,34	49.154,63
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-5.026.703,65	-2.618.262,86
Total dos imóveis	22.794.764,22	25.137.451,30

Tabela 6.2.3.3: distribuição dos bens imóveis da União

Os Bens de Uso Especial, destinados a atividade administrativa e prestação de serviço ao cidadão, representam 96% dos bens imóveis registrados na contabilidade. "No exercício de 2019 houve o acréscimo de 92,55% na Depreciação Acumulada de Bens Imóveis da Justiça Eleitoral em relação ao exercício anterior.

Segundo informação da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, ocorreu erro no arquivo enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que gerou a contabilização de valores em duplicidade.

Considerando que o exercício de 2019 se encontra encerrado, os valores foram corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento. (Fonte: COFIC/TSE)"

Nota 5: Intangível

CONTA	31/12/2019	31/12/2018
Softwares - Consolidação	5.267.953,62	5.220.653,64

CONTA	31/12/2019	31/12/2018
Softwares Com Vida Útil Definida	2.199.901,03	2.152.601,05
Softwares Com Vida Útil Indefinida	3.068.052,59	3.068.052,59
Amortização Acumulada	-1.075.893,56	-
Total do Intangível	4.192.060,06	5.220.653,64

Tabela 6.2.3.4: Distribuição do intangível

No intangível o item Software com Vida útil Indefinida representa 58% do grupo. O sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em novembro de 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e com a amortização correspondente, para implantação e ajuste de contas até o final do exercício de 2019.

Nota 6: Valores a Pagar

CONTA	31/12/2019	31/12/2018
Férias a pagar	20.851.506,47	12.097.989,79
Atrasados Devidos aos Servidores	10.338.018,89	10.304.666,00
Outros	1.764.585,28	7.727.796,28
Valor do Passivo	32.954.110,64	30.130.452,07

Tabela 6.2.3.4: valores a pagar

O Passivo do TRE é composto por 95% de valores devido a servidores: parte referente a férias, reconhecida pelo regime de competência, e parte referente a valores atrasados extraídos do sistema de pessoal da Justiça Eleitoral.

Nota 7: Obrigações Contratuais

Em 31/12/2019 o TRE-RJ possuía o saldo de R\$ 27.173.991,09 referente a obrigações contratuais de parcelas de contratos que serão executados nos próximos exercícios.

A seguir apresenta-se a tabela com as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

NATUREZA DOS CONTRATOS	31/12/2019	31/12/2018
Seguros	1.632,45	59.999,65
Serviços	23.861.385,39	29.620.498,84
Aluguéis	2.472.133,69	4.650.934,59
Fornecimento de Bens	838.839,56	1.373.991,08
Total	27.173.991,09	35.705.424,16

Tabela 6.2.3.5: obrigações contratuais

As obrigações contratuais relacionadas com os serviços representam 88% do total das obrigações assumidas pelo TRE-RJ ao final de 31/12/2019. Na tabela abaixo estão relacionados os dez maiores contratados, com os respectivos saldos a executar em 31/12/2019.

EMPRESA	SALDO A EXECUTAR
SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	5.815.377,37
SEGIL - VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	1.521.436,48
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.318.281,63
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	1.269.365,46
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.167.641,28
EMP. BRAS. CORREIOS E TELÉGRAFOS	958.477,39
DATA CORPORA TELECOM.	933.730,06
FOCO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	912.648,91
INTEROP INFORMATICA LTDA	832.763,04
VR CONSULTORIA LTDA	731.121,66

Tabela 6.2.3.6: Dez maiores contratados, com os respectivos saldos a executar

Em relação aos contratados acima, eles representam 57% do total do valor contratado. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES : prestação de serviços de manutenção e reparos dos prédios que abrigam os órgãos do Tribunal.
- SEGIL - VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA: contrato de prestação de serviços de vigilância patrimonial e auxílio a segurança eletrônica.
- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: serviço de limpeza e conservação para as zonas eleitorais das regiões metropolitana, costa verde e médio paraíba, norte e noroeste fluminense, centro sul fluminense e serrada.
- PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA: contrato de prestação de serviços de gestão de abastecimento de combustíveis, com a utilização de cartões magnéticos, para a frota de veículos a serviço do Tribunal.
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.: serviço telefônico fixo comutado - stfc, modalidade local, fixo para fixo e fixo p/ móvel.
- EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELÉGRAFOS: contratação de serviços e produtos postais disponibilizados sob regime de monopólio.
- DATA CORPORE TELECOM.: serviço de acesso à internet p/ unidades judiciárias, cadastramento biométrico, justiça itinerante, eleitor do futuro, polos eleitorais.
- FOCO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS: serviços de operação de postos de trabalho de carregadores e de supervisor de carregadores para o Núcleo Administrativo do Caju e para o depósito da Av. Rodrigues Alves.
- INTEROP INFORMATICA LTDA: prestação de serviços para a organização, desenvolvimento, implantação e a operação continuada de central de serviços (help desk).
- VR CONSULTORIA LTDA: serviço de conservação para as urnas eletrônicas do Tribunal.

Nota 8: Demonstração das Variações Patrimoniais

As principais Variações Patrimoniais Aumentativas estão resumidas na tabela a seguir:

CONTA	31/12/2019	31/12/2018
Transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (sub-repasse).	559.397.604,53	538.355.749,37
Transferências financeiras recebidos para pagamento de restos a pagar (independentes da execução orçamentária)	16.726.573,15	4.267.470,29
Multas administrativas	8.754.427,90	12.070.452,22
Outras VPAs	1.808.277,03	14.107.458,17
Total	586.686.882,61	568.801.130,05

Tabela 6.2.3.7: Variações Patrimoniais Aumentativas

As Transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (sub-repasse) e as Transferências financeiras recebidos para pagamento de restos a pagar (independentes da execução orçamentária) integram o item da VPA denominado Transferências Intragovernamentais e representam 98% dos valores recebidos.

Os valores a título de Multas Administrativas são, em grande maioria (96%), relacionados ao descumprimento de Normas Eleitorais tais como: eleitor que não foi votar; mesário convocado que não trabalhou nas eleições e candidato multado por propaganda eleitoral irregular. Este valor é automaticamente repassado ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), previsto pela Lei nº 9.096/1995 e gerenciado pelo TSE.

As principais Variações Patrimoniais Diminutivas estão resumidas na tabela a seguir:

DESPESAS	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e Encargos	364.358.760,59	353.276.688,29
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	155.950.288,39	146.118.607,86
Uso de Material de Consumo	1.597.820,25	8.966.796,70
Serviços	47.806.164,57	50.824.757,53
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.175.384,48	10.925.359,37
Outras despesas	11.650.915,25	21.138.264,26
Total	594.539.333,53	591.250.474,01

Tabela 6.2.3.8: Variações Patrimoniais Diminutivas

O aumento de 3% das despesas com Pessoal e Encargos se deve à progressão e promoção dos servidores prevista no plano de cargos e salário do Judiciário Federal. O aumento de 6% das despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais se deve à aposentadoria dos servidores. Ambas as despesas estão dentro do limite fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas de Uso de Material de Consumo e Serviços reduziram 17%, tendo em vista que em 2018 foi um ano eleitoral (Eleições Gerais), o que não se repetiu em 2019.

Nota 9: Restos a pagar

Com a edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, o TRE-RJ implementou diversos ajustes no acompanhamento da execução financeira do órgão com o objetivo de reduzir gradativamente o estoque da inscrição de restos a pagar. A partir da implementação da citada Emenda, observa-se que, em todos os anos posteriores, houve uma significativa redução nas inscrições em relação a 2016.

Em 2019 ocorreu a inscrição de R\$ 5.153.707,28, o que representou 54% em relação a de 2016. Já ao final do último exercício, houve a inscrição de um valor menor que a metade do valor inscrito no exercício da edição da citada Emenda, totalizando um estoque de R\$ 4.146.077,51 para o exercício de 2020.

Nota 10: Balanço Orçamentário

A coluna "Saldo da Dotação" apresenta saldo negativo de R\$ 4.772.267,91 nas despesas correntes, em decorrência, em sua maior parte, de descentralização de crédito concedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE para realização do cadastramento biométrico na ação: Implantação do sistema de Automação de Identificação Biométrica. Sendo assim, impactando no resultado final da Saldo da Dotação no valor negativo de R\$ 545.605,73.

6.3 INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR DE CONTABILIDADE DO TRE-RJ

Nesta UPC há uma seção de contabilidade que faz parte da estrutura da Coordenadoria Financeira e Contábil da Secretaria de Orçamento e Finanças. Ela é composta por 06 (seis) servidores, sendo 02 (dois) contadores. Compete ao setor: I - classificar e apropriar as despesas correntes e de capital; II - controlar, analisar e conciliar os saldos das contas contábeis do Tribunal; III - contabilizar as cauções, fianças e demais garantias contratuais; IV - analisar, mensalmente, o Relatório de Movimentação do Almoarifado – RMA e o Relatório de Movimentação de Bens – RMB, promovendo a conciliação entre os saldos; V - realizar os procedimentos contábeis necessários ao encerramento do exercício; VI - elaborar a Declaração de Imposto de Renda na Fonte dos pagamentos referentes a contratos de locação, prestação de serviços e fornecimento de bens, celebrados pelo Tribunal. O chefe da seção é o servidor do quadro do TRE-RJ especialidade - contador - Luiz Carlos Fernandes Freire, bem como o Coordenador Contábil

Financeiro é o servidor do quadro do Tribunal - especialidade - contador - Luciano Gonçalves de Carvalho; ambos exercem as mencionadas funções desde 07/04/2015

6.4 CONCLUSÕES DE AUDITORIAS

No exercício de 2019 foram realizadas duas auditorias internas que envolveram a unidade, conforme descrições sucintas abaixo:

Auditoria nº 05/2019 - Ação Coordenada de Auditoria do CNJ - Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil, cujo objetivo foi a avaliação os conteúdos estabelecidos para a governança orçamentária e financeira e a análise da adequação orçamentária e financeira utilizando como base os requisitos estabelecidos na Legislação Federal, nas Resoluções CNJ nº 195/2014 e nº 198/2014, e nas boas práticas nacionais e internacionais. A principal recomendação foi desenvolver formalmente mecanismos de planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, para otimizar a alocação dos recursos orçamentários, tendo em vista a descontinuidade de compensação orçamentária prevista no artigo 107, § 7º da Emenda Constitucional 95/2016. Tal recomendação teve como apontamento o risco da possibilidade de corte de projetos importantes para o cumprimento da estratégia do órgão para se adequar ao teto orçamentário, como consequência da diminuição da dotação orçamentária decorrente da não concessão de compensação no orçamento de 2020.

1) A Secretaria já disponibiliza relatórios semanais da execução orçamentária para todas as UGR's, diários para STI, SSG e SAD, além de relatórios de Pre-empenho para as URG's e de contratos.

2) Sugere-se ainda:

- que as unidades envolvidas consultem e se manifestem em relação à análise dos indicadores estratégicos IE-33 e IE-35, com vistas a tomada de decisões;

- acompanhamento da execução do plano de contratações anual;
- acompanhamento, via Portal da Estratégia, da gestão de processo do dia a dia (monitorar a execução orçamentária);
- implementação de Sistema de Controle de Contratos (SCC). Em que pese a existência do SEI atualmente, o SCC permitirá o acompanhamento por parte dos fiscais, bem como a inserção de dados, que podem ser tecnicamente exportados com finalidades variadas: estudos de projeção de gastos, para um portal BI, etc.;
- regramento para limitar aquisições não constantes no plano de contratação anual que devem obedecer à previsão de atesto definitivo da nota fiscal até o 15 de dezembro (cronograma inverso), de tal forma que permita o recebimento do bem, a liquidação e o pagamento dentro do mesmo ano, minimizando inscrição em Restos a Pagar e o comprometimento financeiro do ano subsequente;
- regramento que permita consulta às empresas sobre interesse na emissão de nota fiscal parcial correspondente ao período de 01 a 15 de dezembro relativo aos serviços prestados, com pagamento ainda dentro do mesmo ano. A análise documental pela SEACTE ocorrerá após a emissão da nota fiscal complementar (16 a 31/dez), assim como todos os demais preceitos da IN 02/2016-GP. Sempre após a execução dos serviços do período definido. Tal regramento permitirá minimizar inscrição em Restos a Pagar e o comprometimento financeiro do ano subsequente;
- promover treinamento de fiscais objetivando capacitação em cálculo de diferença a repactuar em contratos de serviços de postos de trabalho. Com isso, regramento para promover reaproveitamento de eventuais saldos orçamentários para empenhar valor estimativo de repactuação do ano em curso e inscrição em Restos a Pagar, minimizando o uso do orçamento do ano vindouro (despesas de exercícios anteriores);
- regramento para fins de projeção de despesas de contratos trimestralmente, e indicação de eventuais cancelamentos parciais de empenho, com vistas à otimização dos recursos orçamentários e aproveita-

mento dos ensejos de crédito adicional;

- regramento de IN sobre final de exercício e inscrição em RP;
- regramento de cronograma de atividades para encerramento do exercício.

Auditoria nº 01/2019 - Restos a Pagar - Contratações, cujo objetivo foi verificar as principais causas da permanência de saldos em Restos a Pagar de notas de empenho que teriam ultrapassado o limite de validade disposto no § 2º do art. 68 do Decreto 93.872/86, em sua redação anterior ao Decreto 9.428/2018, ou ainda o prazo prescricional de cinco anos até então previsto no ora revogado art. 70.

Em suma, verificou-se em alguns casos a inexistência de documentos que permitissem identificar as razões de permanência do saldo de restos a pagar e, nos demais casos, verificaram-se as principais causas de permanência prolongada de saldos em restos a pagar. Diante das constatações foram expedidas recomendações de modo a contribuir para a melhoria da qualidade e consistência das informações prestadas por meio dos registros e demonstrativos contábeis e, ainda, para a diminuição de estoque composto por saldos que não possuam real potencial de pagamento.

1) No âmbito desta Secretaria, com vistas à transparência e eficiência, e servindo de subsídio para o modelo de acompanhamento pelos fiscais/unidades gestoras são disponibilizados arquivos com os saldos orçamentários e financeiros semanais dos empenhos emitidos, bem como relatório da execução dos contratos na pasta compartilhada, no endereço [file:///rjarq04/consultas_orcamentarias\\$](file:///rjarq04/consultas_orcamentarias$)

2) Estuda-se a possibilidade de disponibilização diária, às UGRs, das informações acima descritas.

3) A Coordenadoria de Orçamento encaminha, periodicamente, às unidades gestoras, relatório com os empenhos inscritos em restos a pagar para ciência e análise das mesmas quanto à eventual cancelamento parcial/integral, com vistas a subsidiar a tomada de decisão.

4) Introduzimos no relatório, campo adicional para apresentação de justificativas pela unidade gestora quanto à manutenção ou não da inscrição em restos a pagar.

No que tange aos demais trabalhos relativos ao monitoramento de recomendações expedidas para a área, maiores informações podem ser encontradas no Relatório Anual de Auditoria Interna, parte integrante desta Prestação de Contas.

A vertical bar on the left side of the slide, composed of several colored rectangular segments: dark red, light grey, teal, orange, dark teal, lime green, and blue.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1 MECANISMOS DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DO TRE-RJ E DE TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL

7.1.1 GESTÃO DOCUMENTAL

Os instrumentos de Gestão Documental - Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade - passaram por diversas atualizações no ano de 2019 com o objetivo de manter atualizada a estrutura de produção de tipos documentais (processos e documentos) da instituição, com indicação dos níveis de acesso para os documentos e suas informações. Tais Instrumentos contribuem para ampliar o nível de transparência e de acesso às informações produzidas pelo Tribunal e estão disponíveis no Portal da Transparência, no link Gestão de Documentos e Informações, sendo identificados até o momento 4.701 tipos documentais. Tais instrumentos são muito importantes, por servirem como base material para a regulamentação da Lei de Acesso à Informação, bem como procedimentos derivados desta norma, como a identificação, classificação e tratamento das informações, incluindo as classificadas em algum grau de sigilo, visando à maior celeridade na localização e divulgação das informações institucionais.

A implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no Tribunal no ano de 2019 constituiu-se em verdadeira mudança de paradigma quanto à produção de documentos e processos administrativos em meio digital. Tal implantação, apoiada na metodologia de aplicação dos instrumentos de Gestão Documental para sistemas informatizados contribui para a racionalização de custos de materiais para produção de documentos e processos administrativos. Somente em 2019, foram produzidos 66.527 processos administrativos através do SEI.

Outros aspectos relevantes na implantação do SEI são a divulgação do conhecimento institucional para o público interno, bem como a contribuição para a

padronização e transparência no registro de processos, documentos e informações na esfera administrativa.

Em termo de perspectivas para o futuro, com o projeto estratégico SEI - Fase 2, iniciado em 2019, pretende-se realizar a implantação segura e confiável deste sistema na Internet, ampliando ao público externo os mecanismos de transparência quanto à gestão administrativa que já vêm sendo adotados em âmbito interno quanto à produção de documentos e processos administrativos.

7.1.2 TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL

O TRE-RJ, considerando a Resolução CNJ nº 215/2015, a qual dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), nos termos no artigo 6º, inciso VII, do referido normativo, deve disponibilizar em seu sítio eletrônico (www.tre-rj.jus.br), no menu “Transparência”, informações e dados para acesso da sociedade.

No que tange ao Portal da Transparência do TRE-RJ, a missão é manter a qualidade do serviço de disponibilização das informações para o público externo, mantendo a periodicidade de atualização do conteúdo dos dados, o seu monitoramento por gestores previamente definidos, a vinculação das informações disponíveis para acesso aos dispositivos legais, entre outras atividades.

Ranking da Transparência - CNJ

Com o objetivo de valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada, o Conselho Nacional de Justiça, instituiu, por meio da Resolução CNJ nº 260/2018, o Ranking da

Transparência, contribuindo para um monitoramento interno aprimorado desta atividade pelos órgãos do Poder Judiciário. Com isso, ganha a sociedade, que tem assegurado o seu direito de acesso às informações públicas, de modo a promover e facilitar o exercício de direitos.

No ano de 2019, o TRE-RJ subiu 7 posições no ranking de todos os tribunais, alcançando 77,05% de cumprimento dos itens avaliados, em comparação com os 58,85% de 2018.

Por fim, é relevante destacar que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro encontra-se desenvolvendo e aprimorando ferramentas que serão utilizadas para garantir a autenticidade e a integridade das informações.

7.2 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão - CPAI do TRE-RJ foi constituída por meio da Resolução nº 1.084/2019, em cumprimento ao comando fixado no art. 10 da Resolução CNJ nº 230/2016, que dispõe sobre a acessibilidade nos órgãos do Poder Judiciário. Tem caráter multidisciplinar e a finalidade de identificar e promover gradualmente medidas que visem à eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas, para garantir às pessoas com deficiência – servidores, colaboradores e usuários dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral fluminense – acessibilidade plena, coibindo qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência.



7.2.1 ACESSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), de controle e tramitação de processos administrativos, foi implementado dentro dos padrões de acessibilidade, contribuindo para o melhor desempenho das atribuições dos servidores com deficiência visual usuários de software leitor de tela Jaws for Windows.

Entraram em vigor normativos internos com a finalidade de promover a acessibilidade aos atos publicados na internet e intranet do Tribunal:

- o Ato GP nº 471/2019, que disciplina os procedimentos para garantir que todos os documentos disponibilizados na internet e na intranet do TRE-RJ atendam aos padrões de acessibilidade;
- a Instrução Normativa nº 4/2019, que regulamenta os aspectos técnicos de gestão documental quanto à formatação de arquivos para publicação na internet e intranet, visando ao atendimento dos padrões de acessibilidade.

Em termos de perspectivas para o futuro, estão sendo realizados esforços para a adoção de padrões de acessibilidade para documentos arquivísticos

digitais, especialmente para sua produção e acesso pela Intranet e Internet, sendo aprovadas diretrizes para produção de documentos no formato PDF (preferencialmente, PDF/A) e tratamento de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) para documentos natodigitais e digitalizados.

7.2.2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA OU FÍSICA

Em 2019, em relação às unidades com instalações acessíveis, extrai-se que dos 4 (quatro) prédios administrativos do Tribunal, apenas 1 (um) dispõe de instalações alinhadas aos critérios de acessibilidade. Quanto aos 165 cartórios eleitorais instalados no estado do Rio de Janeiro, somente 34 têm suas instalações em consonância com aqueles critérios. Embora esse número tenha se elevado em relação a 2018, quando era de 23 cartórios, constata-se que um grande esforço ainda é necessário para garantir a adequação de todos os imóveis da Justiça Eleitoral fluminense.

Portanto, a comissão observou o aumento do índice de acessibilidade de 15,38% para 21,30%, em virtude:

- da mudança das sedes das 7 (sete) Zonas Eleitorais do Município de Duque de Caxias, que ocorreram no ano de 2019, com realização de obras para torná-los acessíveis antes da ocupação, por força de previsão do respectivo contrato locatício;
- da cessão, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de instalações com acessibilidade para o funcionamento das 2 (duas) Zonas Eleitorais de Angra dos Reis, no novo fórum;
- a transferência da sede da 22ª Zona Eleitoral de Irajá para juntar-se à 167ª Zona Eleitoral da Pavuna no Shopping Via Brasil, que possui acessibilidade arquitetônica apropriada.

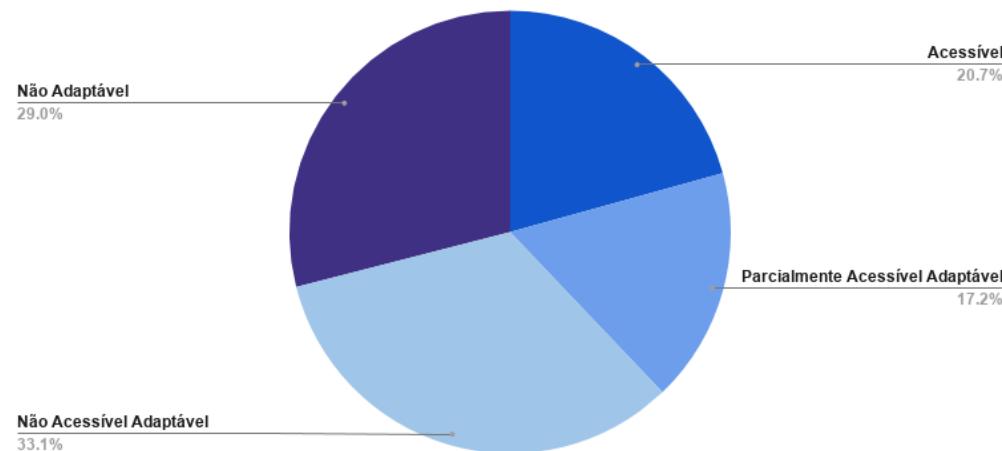


Gráfico 7.2.2.1: Acessibilidade arquitetônica ou física

7.2.3 ACESSIBILIDADE A SISTEMAS

Internet e Intranet

A seguir, destacam-se as principais ações desenvolvidas pelo TRE/RJ a fim de garantir a acessibilidade aos conteúdos da Intranet e Internet do Tribunal:

- implantação de várias técnicas de programação com o objetivo de acelerar o carregamento das páginas, diminuindo o tempo de espera: esta alteração na performance é muito importante para as pessoas com deficiência visual, pois os leitores de tela necessitam de todas as informações da página para poder efetuar a leitura correta.
- adoção do eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, que é um documento com recomendações a serem consideradas para que o processo de acessibilidade dos sites e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação. Dessa forma,

o desenvolvimento de sites e portais do TRE/RJ observa as recomendações de acessibilidade para a construção e adaptação de conteúdos do governo brasileiro na Internet – eMAG.

- utilização da ferramenta avaliadora AccessMonitor (<http://www.acessibilidade.gov.pt/accessmonitor/>) para validar as recomendações das diretrizes de acessibilidade de conteúdos web produzidas pelo W3C (WCAG 1.0 e 2.0) em páginas produzidas pela unidade responsável. Essa ferramenta é usada em conjunto com outra ferramenta chamada ASES, recomendada pelo governo federal, retirando assim diversos erros em várias páginas.
- disponibilização da ferramenta Rybená no site da Internet do TRE/RJ, oferecendo aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais, disléxicos, e outras pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, a possibilidade do entendimento das páginas Web, aumentando assim a acessibilidade.
- desenvolvimento de uma página explicativa sobre as técnicas de acessibilidade utilizadas no site Internet, de fácil acesso pela página principal, de modo a melhor orientar os usuários.
- disponibilização de formulário específico dentro da área “Fale Conosco” para tratar de eventuais problemas com acessibilidade e nas páginas do site Internet do TRE-RJ existe link onde o usuário pode informar dificuldades na acessibilidade.

Cabe ainda mencionar que foi realizado um estudo gerando os seguintes relatórios: levantamento de impeditivos e soluções nos ambientes web; planejamento para implementação de acessibilidade nos ambientes de intranet e internet; conhecimento de boas práticas de acessibilidade e definição de metodologia de desenvolvimentos em ambientes web.

Como perspectiva para o futuro, irá ocorrer ainda em 2020 a migração do site da internet para o modelo utilizado pelo TSE e todos os outros TREs. Toda a página principal bem como a maioria dos recursos de acessibilidade serão gerenciados pelo TSE, cabendo ao TRE-RJ apenas o gerenciamento de páginas internas que utilizam de acesso ao banco de dados.

Ferramentas de acessibilidade para servidores

No ano de 2019, foram adquiridas 4 atualizações da licença do software leitor de telas Jaws for Windows, utilizado pelos servidores com deficiência visual.

O software de leitura de tela Jaws também é utilizado para testar as páginas produzidas pelo TRE-RJ, de forma a garantir que além de estarem dentro das especificações técnicas exigidas, estejam, na prática, funcionando de forma eficaz para os usuários. Outro software de leitura de tela utilizado é o NVDA, que é gratuito (ao contrário do JAWS).

Registre-se que a manutenção dos softwares leitores de tela atualizados contribui de forma expressiva para a acessibilidade aos sistemas de trabalho pelos servidores com deficiência visual, proporcionando-lhes autonomia funcional.

A Secretaria de Gestão de Pessoas disponibilizou em 2019 formulários para requerimentos pessoais com acessibilidade razoável, que permitem aos servidores com deficiência formalizarem seus pedidos com autonomia satisfatória.

7.2.4 ACESSIBILIDADE ELEITORAL

Em 2019, até o mês de agosto, conforme relatório extraído do Sistema Elo pela STI, houve 180 inscrições de mesários voluntários que assinalaram em campo próprio terem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

O quantitativo referido é reflexo da iniciativa da Vice-Presidência e Corregedoria em solicitar a inclusão no formulário de inscrição dos mesários voluntários, disponível na página da internet do Tribunal, de campo no qual o cidadão assinala o conhecimento em LIBRAS.

Oportuno assinalar que a Presidência, acolhendo proposta da CPAI consignada no seu relatório anual de atividades, oficiou ao TSE (Ofício nº 647/2019),

solicitando a inclusão do campo “conhecimento em LIBRAS” no Sistema Elo, para o eleitor marcá-lo quando for realizar operações no cadastro eleitoral.

Em 2019, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral organizaram eventos para tratar de acessibilidade (I Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão e Reunião dos gestores de acessibilidade), com participação de servidor integrante da CPAI, lotado na Corregedoria do TRE-RJ.

A vertical bar on the left side of the slide, composed of several colored rectangular segments: light purple, dark blue, light blue, teal, orange, dark teal, lime green, green, and blue.

ANEXOS E APÊNDICES

8.1 DADOS DE PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

8.1.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS ANUAIS - EXERCÍCIO DE 2018

Em 2019, 35 diretórios estaduais vigentes no estado do Rio de Janeiro em 2018 tiveram obrigação de prestar contas à Justiça Eleitoral relativas ao exercício financeiro daquele ano. De acordo com as informações prestadas pelos referidos Diretórios no Sistema de Prestação de Contas Anuais (SPCA), divulgadas no Repositório de Dados Eleitorais do TSE, verifica-se a seguinte aplicação de recursos públicos:

PARTIDO		EXERCÍCIO 2018	
Nº	SIGLA	FUNDO PARTIDÁRIO – FP (R\$)	FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA – FEFC (R\$)
10	PRB - alterada para REPUBLICANOS	3.874.386,01	0,00
11	PP	1.359.817,62	0,00
12	PDT	1.019.583,85	20.100,00
13	PT	3.286.657,93	440.000,00
14	PTB	1.544.952,50	3.248.067,69
15	MDB	3.587.273,90	8.816.187,04
16	PSTU	0,00	0,00
17	PSL	0,00	550.000,00

Nº	SIGLA	FUNDO PARTIDÁRIO – FP (R\$)	FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA – FEFC (R\$)
18	REDE	0,00	0,00
19	PODE	25.126,75	206.302,00
20	PSC	1.668.981,40	0,00
21	PCB	0,00	0,00
22	PR - alterada para PL	1.005.070,15	0,00
23	PPS - alterada para CIDADANIA	208.061,08	0,00
25	DEM	2.999.822,18	0,00
27	DC	0,00	0,00
28	PRTB	0,00	0,00
29	PCO	0,00	0,00
30	NOVO	94.101,29	0,00
31	PHS - incorporado ao PODE	0,00	0,00
33	PMN	0,00	0,00
35	PMB	0,00	156.463,97

Nº	SIGLA	FUNDO PARTIDÁRIO – FP (R\$)	FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA – FEFC (R\$)
36	PTC	0,00	0,00
40	PSB	1.160.733,40	0,00
43	PV	286.775,26	0,00
44	PRP - incorporado ao PATRI	0,00	0,00
45	PSDB	959.791,18	0,00
50	PSOL	830.642,96	1.600.827,65
51	PATRI	190.000,10	500.000,00
54	PPL - incorporado ao PCdoB	0,00	0,00
55	PSD	1.038.714,03	0,00
65	PC do B	0,00	275.007,55
70	AVANTE	0,00	104.000,00
77	SDD	1.173.533,19	0,00
90	PROS	400.224,83	0,00
		26.714.249,61	15.916.955,90

Tabela 8.1.1.1: Aplicação de recursos públicos
Observação: As Contas ainda serão analisadas pelo TRE-RJ.

8.2.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - ELEIÇÕES DE 2018

A Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias do TRE-RJ analisou, em 2019, cerca de 3.600 processos de prestações de contas de candidatos relativas às Eleições de 2018.

De acordo com as informações registradas pelos candidatos no Sistema de Prestação de Contas Eleitoral (SPCE), divulgadas no Repositório de Dados Eleitorais do TSE, as campanhas movimentaram, aproximadamente, o montante de R\$ 68,1 milhões de recursos públicos, equivalente a 74,76% do total repassado aos candidatos no RJ, sendo R\$ 56,4 milhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e R\$ 11,7 milhões do Fundo Partidário.

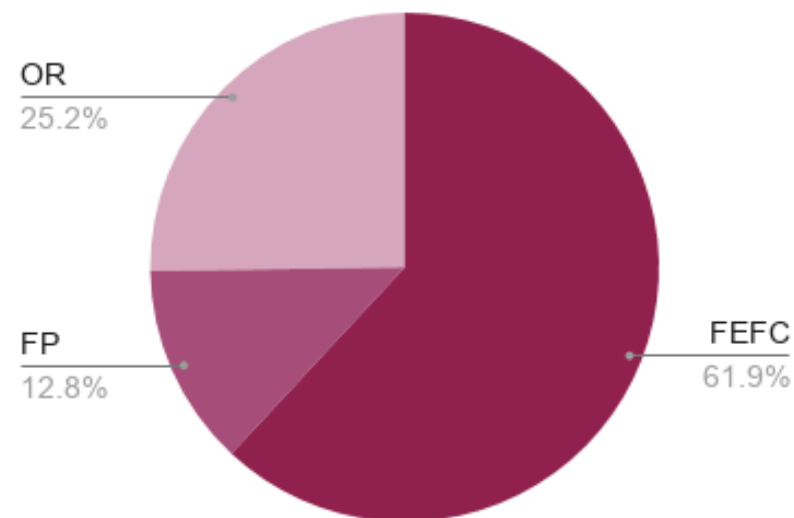


Gráfico 8.2.2.1: Origem dos recursos aplicados - Eleições 2018

Após análise e julgamento dessas prestações, foram identificadas irregularidades em aproximadamente 10% das contas apresentadas, referentes à utilização ilegal ou não comprovada de recursos, gerando a determinação de devolução ao Tesouro Nacional do valor total e aproximado de R\$ 2,9 milhões.

Conforme se verifica no gráfico a seguir, do total de recolhimento determinado, R\$ 2,9 milhões, R\$ 2,1 milhões de FEFC irão retornar à sociedade, por meio da devolução destes valores aos cofres da administração pública do governo federal e R\$ 800 mil retornarão ao Fundo Partidário.

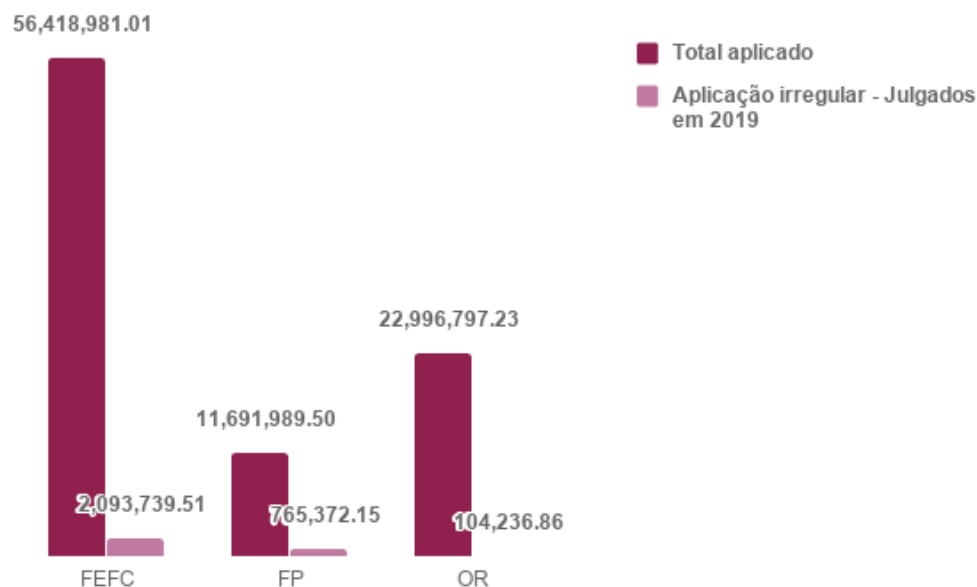


Gráfico 8.2.2.2: Total dos recursos aplicados por candidatos nas Eleições de 2018 x Aplicação irregular

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

